

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Roulox Baro e o “país dos tapuias”. Representações acerca do gentio
no Brasil do século XVII.**

James Emanuel de Albuquerque

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-graduação em
História Social (PPGHIS), Instituto de
Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Mestre em História.**

**Orientadora:
Professora Dra. Jacqueline Hermann**

jea

Rio de Janeiro

Abril de 2006

**Roulox Baro e o “país dos tapuias”. Representações acerca do gentio
no Brasil do século XVII.**

James Emanuel de Albuquerque

**Orientadora:
Professora Dra. Jacqueline Hermann**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História Social (PPGHIS), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
(IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.**

Aprovada por:

Profa. Dra. Jacqueline Hermann (Orientadora)

Prof. Dr. John Manuel Monteiro

Prof. Dr. Carlos Ziller Camemietzki

**Rio de Janeiro
Abril de 2006**

Albuquerque, James Emanuel de

Roulox Baro e o “país dos tapuias”. Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII/ James Emanuel de Albuquerque. – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2006.

vii, 108f.

Orientadora: Jacqueline Hermann

Dissertação – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006.

Referências Bibliográficas: f. 101 - 108

1. Índios da América do Sul – Brasil – História . 2. Brasil – Período colonial, Século XVII. I. Hermann, Jacqueline. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas, professores e funcionários do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela forma gentil como me suportaram durante a graduação e o mestrado.

Agradeço ao professor Dr. Flávio dos Santos Gomes, por ter acreditado no meu tema de pesquisa e orientado minha monografia de bacharelado.

Agradeço à professora Dra. Jacqueline Hermann, por orientar esta pesquisa e pela paciência e elegância com que tentou me ensinar a escrever.

Agradeço à professora Maria Regina Celestino de Almeida, pelas orientações fundamentais por ocasião da qualificação.

Agradeço ao Almirante Max Justo Guedes, nome maior de historiador de nossa marinha, pela atenção e o entusiasmo com que respondeu às minhas consultas.

E, principalmente, agradeço aos meus filhos e ao meu amor.

RESUMO

Roulox Baro e o “país dos tapuias”. Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII.

James Emanuel de Albuquerque

**Orientadora:
Jacqueline Hermann**

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

O presente trabalho procurou pensar os processos de contato inter-étnicos presentes na *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, de Roulox Baro, intérprete junto aos tapuias no Brasil holandês, procurando enfatizar o dinamismo, a variabilidade e a historicidade da cultura. Para tanto, indo buscar no possível cenário da permanência do seu autor entre as forças de Martim de Sá, entre 1617 e início dos anos 1640, elementos que o teriam formado como mediador cultural. Para encontrar, na primeira metade do século XVII, uma contínua combinação de acordos, conflitos e adaptações de práticas culturais entre indígenas, mestiços e europeus, que teria acompanhado nossa história social e cultural.

Palavras-chave: tapuias; Brasil holandês; crônicas.

**Rio de Janeiro
Abril de 2006**

ABSTRACT

This work intended to think the processes of Inter-ethnic contact present in *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, by Roulox Baro, interpreter to the tapuias in Dutch-Brazil, trying to emphasize the dynamism, the variability and the historicity of the culture. In order to achieve that, we've searched in the possible scenario of the permanence of its author among the forces of Martim de Sá, between 1617 and the early 1640's, elements that would have shaped him as cultural mediator. To find, in the first half of the 17th Century, a continuous combination of agreements, conflicts and adaptations of cultural acts between aboriginals, mestizos and Europeans, who would have followed our social and cultural history.

Keywords: tapuias; Dutch Brazil; chronicles.

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo 1: <i>Trajetória de um “embaixador” da Companhia das Índias Ocidentais</i>	16
Capítulo 2: <i>Cenários da “indianização” de um holandês.....</i>	38
Capítulo 3: <i>O gentio na Relação da Viagem ao País dos Tapuias.....</i>	67
Conclusão	98
Fontes	100
Bibliografia	102

Introdução

“É célebre no Brasil holandês o nome dos tapuias, por causa do seu ódio aos portugueses, das guerras com os seus vizinhos e dos auxílios mais de uma vez prestados a nós. Habitam o sertão brasileiro, bastante longe do litoral, onde dominam os lusitanos ou os batavos. Distinguem-se por suas designações, línguas, costumes e territórios. São-nos mais conhecidos os que moram nas vizinhanças do Rio Grande e do Ceará e no Maranhão, onde impera Janduí ou João Wy.” (Gaspar Barleus – 1647)

A *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*¹ de Roulox Baro, editada pela primeira vez em Paris², em 1651, relata em formato de diário a expedição deste “intérprete e embaixador ordinário da Companhia das Índias Ocidentais” (MOREAU, BARO; p.91)³, ao interior do continente, partindo da sede da capitania do Rio Grande⁴, entre abril e julho de 1647.

Este trabalho propõe uma leitura deste documento gerado pela administração do Brasil holandês, com vistas a uma reflexão sobre a participação dos povos indígenas do interior do continente no processo de exploração e domínio da costa brasílica pelas forças européias. Para isso, procuramos o que havia publicado sobre sua trajetória como funcionário da dita Companhia, e, ainda, nos aprofundamos na investigação sobre os possíveis cenários em que o autor viveu. De forma mais ampla, esperamos que este trabalho contribua para o estudo das populações indígenas como agentes de nossa história colonial.

Uma visão geral da missão atribuída à Roulox Baro, e de sua capacidade para a empreitada, pode ser lida no registro do francês, funcionário da referida Companhia e contemporâneo de Baro, Pierre Moreau, em *História das últimas lutas no Brasil entre*

¹ MOREAU, P.,BARO, R. *História das Últimas Lutas Entre Holandeses e Portugueses e Relação da viagem ao País dos Tapuias*. [1651]. Tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues ; nota introdutória José Honório Rodrigues. Belo Horizonte/ São Paulo, Ed. Itatiaia/ Edusp, 1979

² O título completo da crônica de Roulox Baro na edição de 1651 é: “*Relation du voyage de Roulox Baro, Interprète et Ambassadeur Ordinaire de la Compagnie des Indes d' Occident, de la Part des Illustrissimes Seigneurs des Provinces Unies, au pays des Tapuias dans la terre ferme du Brasil Commencé le troisieme Avril 1647, & finy le quatorzième Juillet de la mesme année. Traduict d' Hollandois en François par Pierre Moreau, de Paray en Charolois*”.

³ A Companhia das Índias Ocidentais era uma sociedade por ações que detinha o monopólio de todo o comércio e navegação holandeses com a América e a África Ocidental, sendo autorizada a promover guerra ou paz com os poderes indígenas, manter forças militares e navais, e exercer funções judiciais e administrativas nas regiões ocupadas. Para uma descrição mais detalhada de sua operação, veja-se BOXER, Charles R. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1973, especialmente pp.26-27. Ao longo do texto, ao utilizarmos a expressão “Companhia”, estaremos nos referindo à Companhia das Índias Ocidentais, holandesa.

⁴ Atual cidade de Natal, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Norte.

holandeses e portugueses. Nesta crônica, publicada junto com o relatório de Baro, em 1651, Moreau informa que em função das notícias de que alguns grupos indígenas, antes aliados dos holandeses, haviam debandado para o lado dos luso-brasileiros, a administração da Companhia no Recife teria enviado ao sertão Roulox Baro, “*que lhes servia comumente de intérprete, o qual, tendo convivido desde a sua juventude com os tapuias (...) [e] sabia perfeitamente sua língua e era muito querido deles.*”.

Sua missão junto a Janduí, chefe dos tapuias que mantinham a aliança com os holandeses, seria: “*agradecer-lhe em seu nome a amizade que lhes dispensava e, em testemunho da sua, presenteá-lo de sua parte com machados, machadinhas, facas, espelhos, pentes e objetos semelhantes*”, e, ao mesmo tempo: “*demonstrar-lhe os embustes e infidelidades dos portugueses, convidando-o a não nos abandonar.*” (MOREAU, BARO; p.66)⁵.

Joan Nieuhof⁶, em sua crônica: *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, de 1682⁷, analisando a “população do Brasil”, afirma que a encontrou dividida em indivíduos livres e escravos, destacando, porém, que esses grupos eram compostos de diversas nações, “*tanto nativas quanto alienígenas*”. Os homens livres seriam os holandeses, os portugueses e, com certas exceções, os nativos do país, enquanto os escravos eram negros e indígenas cativos “*comprados no Maranhão, dentre*

⁵ Quanto à grafia de certos nomes próprios que aparecem de diversas formas nos diferentes documentos, optei por adotar apenas uma delas para todas as referências. Por exemplo, “Janduí” pode ser encontrado, de acordo com a fonte utilizada, como: “Jan Duwy”, “Jan de Wy”, “Jandovi”, “Ĵandovius”, “Iandovin”, “Joan de Wy”, “João Wy”, “Iandhuy”, etc. O mesmo ocorrendo com “Jacob Rabbi”; “Roulox Baro”, e outros.

⁶ Na “Introdução” da edição que utilizamos, José Honório Rodrigues nos informa que Joan Nieuhof, nascido em Ulsen, no condado de Benthem, na Westfália, veio para o Brasil em 1640, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, e aqui chegou aos 15 de dezembro daquele ano. Ficou em Pernambuco até 23 de julho de 1649, quando embarcou de volta para a Holanda, lá chegando a 19 de setembro. Ficou no Brasil 8 anos e 5 meses, “o suficiente para dar ao seu livro o caráter fidedigno que ele possui, como a melhor fonte do lado holandês, dos quatro anos do governo nassoviano, e do pós-nassoviano constituído por um triunvirato incompetente.” Apesar de conter de tudo: geografia, história natural, etnografia e a história do domínio holandês no Brasil, sua força maior consiste no estudo das razões da “revolta dos luso-brasileiros” contra a dominação holandesa com transcrição de documentos. A descrição dos índios, seus usos e costumes, tornou sua obra uma importante fonte para a etnografia nacional, principalmente no que se refere aos tapuias. Nos trechos dedicados a botânica, zoológica ou medicinal, Nieuhof recorreu, segundo Rodrigues, aos trabalhos de Marcgrave e Piso⁶, “os primeiros e maiores médicos que escreveram sobre o Brasil do século dezessete.” Ao contrário de Barleus, que era “escritor de nomeada” em sua terra, Nieuhof não é senão um agente comercial, um servidor da Companhia, transformado em cronista, não tendo, portanto, sua obra a elaboração refinada do livro de Barleus. Para Rodrigues, o “*Memorável...*” é um dos livros holandeses essenciais sobre a revolta luso-brasileira contra o domínio holandês. Nieuhof, alemão, e Moreau, francês, são “as duas testemunhas mais autênticas e fidedignas na divulgação e interpretação do ponto de vista holandês sobre a rebelião luso-brasileira”. (NIEUHOF; pp. 13-18).

⁷ NIEUHOF, Joan *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues.

prisioneiros de guerra, ou adquiridos aos tapuias que também escravizavam ou executavam, segundo seus costumes guerreiros” (NIEUHOF; p.334).

Os nativos eram os tupis – ou brasilianos, como são chamados nos documentos holandeses – e os tapuias, incluindo nessas denominações diversas nações, tanto entre os brasilianos quanto entre os tapuias. Sobre os tupis, nos informa Nieuhof:

“Os brasilianos viviam em aldeias ou vilas especialmente designadas. Aí podiam eles fazer suas plantações e trabalhar para os portugueses mediante salário mensal que lhes facultava a aquisição de roupas e outras cousas que necessitavam. (...) Não suportam o jugo da escravidão, nem qualquer fadiga por menor que seja. Vivem muito quietos, a menos que bebam; nessas ocasiões cantam e dançam dia e noite. A bebedeira avassala os indivíduos de ambos os sexos e dá lugar a brigas, bem como vícios inomináveis. (...) Os do litoral, que mantêm contato com os holandeses e portugueses, usam uma camisa de algodão ou linho. Durante o tempo em que estive no Brasil, alguns dos principais aborígenes procuravam imitar os europeus na maneira de vestir.” (NIEUHOF; p.348).

Os tapuias – termo que em tupi designaria os grupos indígenas: “que são estranhos à sua tribo”; “que não falavam o tupi” – ainda segundo Nieuhof, habitavam o interior “*ao poente das regiões que se acham sob o domínio dos portugueses e holandeses, entre o Rio Grande, o Rio Ceará e o São Francisco*”, estavam divididos em diversas nações: “*que se distinguem tanto pela língua como pela denominação*” e demonstravam “*ódio mortal*” pelos portugueses, e por isso: “*onde os encontravam, matavam-nos na certa.*”. Nieuhof registra ainda que: “*Diversas nações tapuias, principalmente as que estavam sob a autoridade de Janduí, mantinham boas relações com os holandeses com os quais prestaram bom auxílio em várias ocasiões, enquanto se não submetessem a estes.*” (NIEUHOF.; p.359).

Nos dá mais informações sobre os indígenas no Brasil holandês o cronista “oficial” do governo de Maurício de Nassau, Gaspar Barleus⁸: “*À força de armas*

⁸ BARLEUS, Gaspar *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980. Fac-símile da edição do Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. Tradução e Notas de Cláudio Brandão.

Texto escrito por Gaspar Barleus, forma portuguesa de Kaspar van Baerle, por encomenda de João Maurício de Nassau, para registrar os seus oito anos como governador do Brasil Holandês (1637-1644), enviado pela Companhia das Índias Ocidentais. O autor, como nos informa Leonardo Dantas Silva, na “Nota do Editor” da edição que utilizamos, nasceu em Antuérpia a 12 de fevereiro de 1584, e faleceu em Amsterdam a 14 de janeiro de 1648, foi poeta, literato e teólogo. Exerceu as funções de

defendem os indígenas do sertão as suas terras contra os portugueses. Os do litoral vivem misturados com eles e sujeitos ao seu domínio. (...) Depois de se haver introduzido entre esses selvagens a religião e os estudos das artes liberais, foram distribuídos em aldeias e vilas os que moram à beira-mar, e adotaram os costumes dos europeus”. Sobre os tapuias, Barleus os define como “gentio do sertão e todo aquele que conserva os costumes pátrios”, e que seriam mais feras do que homens, “avidíssimos de vingança e de sangue humano”, considerando inimigos os desconhecidos que com eles vão ter. O cronista afirma que os tapuias não teriam seus espíritos temperados “com boas leis algumas, com cultura alguma”, obstinando-se “em guardar o caráter conforme aos costumes e ao natural dos seus maiores”. (BARLEUS; p.24-25).

Sobre a relação da Companhia com os brasileiros, Barleus transcreve em sua crônica uma descrição constante do “*Relatório sobre o estado do Brasil, apresentado aos Diretores da Companhia pelo conselheiro van der Dussen*”, de 1639, :

“Põem à frente de cada uma de suas aldeias um chefe, mais para exemplo e admiração do que para mandar. Designam um principal para cada uma das casas, ao qual obedecem espontaneamente, aprendendo da natureza que não se pode reger uma multidão sem a concórdia entre governadores e governados. Além disso, a cada uma das aldeias preside um capitão holandês, que tem por ofício avisar dos trabalhos os preguiçosos e os tardos, e acautelar que não sejam fraudados de sua paga pelos senhores de engenho. Ajustam seus trabalhos por 20 dias seguidos, transcorridos os quais, dificilmente seriam persuadidos a novos, e não esperam o pagamento, mas, incrédulos de receber a soldada, exigem-na antes de executarem a sua tarefa. Daí resulta que, fugindo, enganam os senhores de engenho. As mais das vezes se ocupam em cortar madeira para uso dos engenhos. Hoje, porém, pela escassez e carestia dos negros, são empregados também noutros afãs, e, não os sabendo, antes querem fugir perfidamente que fatigar-se com o trabalho. Muito inclinados à guerra, temem procurar com o suor o que preferem procurar com o sangue, não tendo nenhum escrúpulo de desertar de suas parcialidades e bandeiras. Sempre que se fazem levar nas aldeias, escapolem-se antes de ser intimidados.

Pastor, em Nieuwe Tonge (1608); Vice-Regente do Colégio Estatal de Lieden (1612) e professor de Lógica (1618). A obra editada em latim, em Amsterdam (1647), através do impressor João Blaeu, foi traduzida, mas não no seu texto integral, para o alemão em 1659, e, na sua integralidade, para o holandês em 1923, por Samuel Pierre L'Honoré e para a nossa língua, em 1940 pelo Prof. Cláudio Brandão.

Na introdução, a cargo de José Antônio Gonsalves de Mello, encontramos informações complementares sobre Barleus e sua obra, as quais condensaremos em seguida. Ao contrário de Nieuhof e Moreau, Gaspar Barleus nunca esteve no Brasil. Para a execução do seu trabalho, contou com a documentação reunida pelo Conde em sua estada em Pernambuco, com informações relatadas diretamente por Nassau, além de depoimentos de um português, amigo pessoal de João Maurício: Gaspar Dias Ferreira. Ao seu nome prestigioso no campo das letras e ao tema brasileiro deve-se a divulgação deste livro no restrito mundo intelectual português do século XVII, onde as publicações holandesas eram temidas pelas idéias heréticas que podiam difundir. Mesmo assim, esta *História* foi conhecida e citada por D. Francisco Manuel de Melo no *D. Teodósio* (1648) e por Francisco de Brito Freyre, a quem serviu de paradigma para realizar uma das obras primas da arte gráfica portuguesa, que é a *Nova Lusitânia História da Guerra Brasilica* (1675). No Brasil, somente a partir do século XIX o livro começou a merecer atenção, quando ocorrem as primeiras tentativas de tradução; tendo Varnhagen utilizado-o na sua *História do Brasil* (1854).

Sujeitam-se com dificuldade à mesma disciplina dos nossos, recebendo soldo menor. São terríveis para os inimigos, não tanto pela força quanto pela fama de ferocidade.”...”Muito remissos em matéria de religião, aprenderam com os católicos as orações cristãs, a Oração Dominical e o Símbolo dos Apóstolos, ignorando tudo mais. O predicante Davílio, para instruir aquela gente ignorante nas coisas divinas, aprendeu-lhe a língua, fixou-se no meio de suas aldeias, ensinou a infância, arrancou-os ao paganismo com o santo batismo da Igreja Reformada e casou-os segundo nosso rito.” (Barleus; p.132-133)⁹.

Roulox Baro teria se encontrado tanto com grupos de brasileiros quanto com grupos de tapuias¹⁰ na viagem que resultou na *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, como veremos com detalhes mais adiante.

Em nosso trabalho, no primeiro capítulo, procuramos reunir as informações levantadas sobre as atividades de Baro como funcionário da Companhia, entre 1643 e 1648, discutindo como a historiografia que aborda a ação e a obra de Roulox Baro identifica sua chegada ao Novo Mundo, na região da Ilha Grande¹¹, em 1617, aos sete anos de idade, quando teria sido um dos poucos sobreviventes do ataque sofrido pelo navio vindo dos Países Baixos, pelas forças de Martim de Sá. O capitão do navio atacado teria sido enviado à Salvador, de onde voltaria para a Europa, enquanto o pequeno Baro, grumete, teria sido entregue aos tupis de uma aldeia próxima da costa.

A mencionada produção historiográfica, como veremos, não valorizou aspectos das relações interétnicas na região e no período onde se presume ter o autor da *Viagem ao País dos Tapuias* vivido seus primeiros contatos com os indígenas brasileiros. Consolidou-se a imagem de que os indígenas nas redondezas da Ilha Grande, entre 1617 e os anos quarenta do século XVII, estariam, desde muito tempo cristianizados por padres jesuítas, reduzidos em aldeias e assim integrados ao processo colonial.

⁹ Apesar de não haver nenhuma nota explicativa na edição que utilizamos, é provável que o predicante referido por van der Dussen como Davílio seja David van Doorenslaer, assim mencionado por Gonsalves de Mello em seu *Tempo dos Flamengos* (p.214-215): “Somente em janeiro de 1638 é que se iniciou verdadeiramente a catequese quando, desaprovada a proposta para serem trazidos índios para o Recife, onde seriam instruídos, ofereceu-se um jovem pregador – que revelou verdadeira vocação de missionário – David van Doorenslaer, para levar às próprias aldeias a palavra divina; a pregação seria feita em português, cujo conhecimento, bem como do tupi, Doorenslaer possuía”.

¹⁰ Alguns autores se referem aos tapuias liderados por Janduí como Tarairiu, outros como Janduís, prefrimos, diante da dificuldade de localizar e definir etnias acentuada pelos problemas de língua e de compreensões culturais equivocadas dos cronistas, manter a denominação genérica de “tapuias”, sem procurar identificar grupos específicos dentro da grande heterogeneidade dos grupos indígenas localizados no sertão. Sobre esta heterogeneidade, veja-se DANTAS, B. *et alii* “Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico” In. CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹¹ No litoral norte do atual estado brasileiro do Rio de Janeiro.

A partir desta “construção”, onde vimos poucas variantes nas relações entre índios e europeus, procuramos levantar registros em fontes da época, capazes de revelar uma visão menos generalizada da convivência entre os luso-brasileiros e os grupos indígenas no referido período naquela região. O resultado dessa pesquisa, acompanhado de uma tentativa de interpretação das características que emergem dos registros das relações interétnicas entre os diversos grupos em contato, é o assunto do segundo capítulo. A partir destas reflexões, propomos uma leitura das representações de Roulox Baro para a ação dos indígenas presentes em seu relatório, objeto do terceiro capítulo.

As reflexões aqui propostas procuram dialogar com as teses mais conhecidas acerca do papel e das relações entre europeus e indígenas no Brasil colonial.

A geração de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, teve como preocupação principal, em seus primeiros anos de funcionamento, a descoberta, recuperação e divulgação dos documentos necessários para escrita de uma história para o Império do Brasil.

Sobre o processo de trazer para os trópicos o que entendiam como “nação” e “civilização”, encontramos no trabalho “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”¹², do professor Manuel Luiz Salgado Guimarães, um comentário que nos parece resumir suas principais características, enquanto aponta para seus ecos para além das circunstâncias daquela época, que reproduzimos abaixo:

“Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção.” (GUIMARÃES; p.7)

¹² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n.1:p.5-27, 1988.

No primeiro concurso promovido pelo instituto, em 1847, com o fim de selecionar o melhor trabalho acerca de “Como se deve escrever a História do Brasil”¹³, o vencedor von Martius já dizia que mesmo tendo o português “*como descobridor, conquistador e senhor*” poderosamente influído em seu desenvolvimento, dando “*as condições e garantias morais e físicas para um reino independente (...) seria um grande erro para todos os princípios da historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população..(...)* Sei muito bem que “brancos” haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia”. (Von Martius; p.381)

Ainda sobre este processo, o antropólogo e historiador John Manuel Monteiro, em artigo publicado por ocasião das comemorações dos “500 anos”¹⁴, apontou para a necessidade da releitura de documentos coloniais que produzisse um “*renovado retrato da participação das populações indígenas diante do avanço dos europeus*”, lembrando que muitas leituras críticas promovidas pela mencionada geração de intelectuais estariam marcadas pelo “*fardo de uma sociedade escravista cuja imagem carregava os estigmas do atraso*”. Segundo Monteiro, a conseqüente minimização do lugar das populações indígenas na história colonial as teria condenado “*a uma nebulosa pré-história ou ao domínio exclusivo da antropologia.*” (Monteiro, 2000).

Em outro trabalho “Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de Historiografia Indígena e do Indigenismo”¹⁵, o mencionado pesquisador John M. Monteiro registra sua observação de que o maior obstáculo impedindo a inclusão dos atores indígenas no “*palco da historiografia brasileira*” não seria a quase total ausência de fontes textuais e iconográficas produzidas por escritores e artistas índios, mas a “*resistência dos historiadores ao tema, considerado, desde há muito, como alçada exclusiva dos antropólogos.*” (Monteiro 2001; p.2).

¹³ VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipe. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 6(24);381-403.

¹⁴ MONTEIRO, John M. “A Ótica dos Colonizadores”. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil – Caderno Idéias Especial*, 22 de abril de 2000.

¹⁵ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos.htm> Visita em fevereiro de 2006.

Até a década de 1980, a história dos índios no Brasil resumia-se basicamente à crônica de sua extinção. Monteiro aponta para um dos riscos dessa abordagem, que seria o da manutenção da imagem dos índios como eternos prisioneiros de formações isoladas e primitivas, o que teria “*dificultado a compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica que ajudariam a explicar uma parte considerável da história social e cultural do país*” (Monteiro 2001; p.5). A partir do final dos anos 1970, uma nova vertente de estudos buscou unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas de um emergente movimento indígena, o que estimulou a produção de trabalhos acadêmicos sobre a história dos índios ¹⁶. (MONTEIRO, 2001; p.5).

As perspectivas desenvolvidas a partir da confluência da história com a antropologia, das quais destacamos contribuições de antropólogos como Sidney Mintz¹⁷, preocupados em enfatizar o dinamismo, a variabilidade e a historicidade da cultura, permitiram pensar o processo de contato como algo mais que perdas e extinção, mas também de mediação e reformulação de identidades, de construção de novas formações sociais e culturais. Características que acreditamos estarem presentes nos encontros entre os diversos grupos étnicos e sociais que abordaremos em nosso trabalho.

¹⁶ Entre os diversos trabalhos publicados nessa área, a partir da década de 80, podemos destacar: FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991; CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995; RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Jorge Zahar Editor/Edusp, 1996; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; e POMPA, Cristina *Religião como Tradução*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

¹⁷ MINTZ, Sidney. “Culture: An anthropological View”. *The Yale Review*. Yale University Press, 1982. Pp. 499-512

Capítulo I

Trajectoria de um “embaixador” da Companhia das Índias Ocidentais.

No presente capítulo faremos uma revisão do que encontramos publicado sobre Roulox Baro e seu relatório, procurando justificar a perspectiva de análise adotada em nosso trabalho. Apresentaremos, adicionalmente, um resumo de sua biografia, referente à fase posterior a sua apresentação aos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais.

A edição da relação da viagem de Roulox Baro deve-se à iniciativa do cronista Pierre Moreau de traduzi-la do original em flamengo e, acompanhada pelas notas ilustrativas de Claude B. Morisot¹⁸, oferecê-la para publicação junto com a sua *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses*. O texto foi incluído na coletânea intitulada “*Relations Veritables et Curieuses de l’isle de Madagascar et du Bresil*”, publicada em Paris, por Augustin Courbé, no ano de 1651. Em sua crônica, Pierre Moreau assim se refere ao relato de Baro :

“A relação da viagem feita por Roulox Baro ao país do Janduí, do que tratou com ele, as conversas que junto tiveram, o que ele viu a respeito das maneiras e cerimônias desse povo se lerá adiante, segundo a tradução que fiz do flamengo, à qual me reporto, e que ajuntei separadamente no fim do presente discurso, como uma curiosidade para o leitor,... (MOREAU, BARO;p.66)

Sobre Pierre Moreau, o historiador José Honório Rodrigues, em sua “Nota Introdutória” para a edição que utilizamos, registra que pouco se sabe de sua vida além do que aparece em sua obra, especialmente na dedicatória e no prefácio. Moreau acreditava que não se aprende só com os livros, e deixou-se levar pela doce paixão de viajar para conhecer pessoalmente o que existia de louvável e censurável nos outros países. Dirigiu-se à Holanda, “*verdadeiro ponto de encontro dos que tencionam dirigir-se às regiões distantes*”, e ao saber da revolta pernambucana contra os holandeses, exercitou-se nas armas e se ofereceu para participar da expedição que iria ao Brasil.

¹⁸ Segundo J. H. Rodrigues, Claude Barthomy Morisot (1592-1661) foi um erudito que escreveu várias obras, a grande maioria em latim, tendo se interessado pelas viagens e os viajantes; nunca esteve no Brasil e em suas anotações limitou-se a uma bibliografia muito reduzida, com citações sempre incompletas (MOREAU, BARO; p.10). Para Alfredo de Carvalho, Morisot seria um “*erudito francês que, pela natureza de seus estudos, hoje chamaríamos de “americanista” e, pouco antes, dera à luz uma volumosa dissertação latina sobre os selvagens do Novo Mundo.*” (CARVALHO; pp.167,168).

Moreau foi apresentado aos Senhores do Conselho que vinham governar o Brasil Holandês, e foi escolhido para ser secretário de Michael van Goch. Este fora nomeado, em 1645, juntamente com Walter van Schonenburgh e Hendrik Haecxs, para integrar o referido governo do Brasil Holandês. Moreau era livre para voltar à Holanda quando quisesse, o que fez depois de dois anos. Sua crônica cobre os anos de 1646 a 1648, seis anos antes de terminada a guerra, mas não se resume ao depoimento do que teria testemunhado, tendo consultado memórias e pesquisados registros da Companhia das Índias Ocidentais. Moreau afirma ter refletido muito sobre os horrores da guerra, e sua crônica espelha a face sangrenta do domínio holandês no Brasil.

José Honório Rodrigues chama atenção para o fato de que Moreau, ao contrário dos cronistas portugueses anteriores, que diziam ser o Brasil um paraíso terrestre, teve uma visão pessimista e torturada, especialmente no trecho do prefácio no qual assinala o caráter sangrento dos dois primeiros séculos, com os portugueses massacrando índios, as lutas com os franceses, os holandeses e os espanhóis, com grande derramamento de sangue.

Gaspar Barleus, cronista do governo de Maurício de Nassau, registra em sua crônica *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*, cuja primeira edição é de 1647, a expedição comandada por Roulox Baro, em 1643, que teria levado à sua contratação pela Companhia: “*Afamou-se no Brasil pelos seus arrojados tentames certo Roulox Baro, que, auxiliado pelos tapuias, empreendeu, em companhia de três desses selvagens, uma viagem para o ocidente com o fim de descobrir as terras dos Waripebas e dos Caripatós. (...) Após um breve resumo dessa viagem, registraria: “O Conde contratou este Baro, mediante um ordenado anual, para ele, como explorador inquieto, dedicar-se ao descobrimento de terras.”* (BARLEUS; p.259 e 260).

Na crônica já citada de Joan Nieuhof, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, de 1682, Roulox Baro é mencionado pela primeira vez como um dos emissários de cartas para a administração holandesa em Recife, relatando a situação reinante no Rio Grande diante da ameaça dos rebeldes, provenientes do sul, e pelos índios do Ceará e Maranhão, em julho de 1645 (NIEUHOF; p.188). A partir dessa data, até abril de 1646, o nome de Baro apareceria, associado ao de Jacob Rabbi ¹⁹, nos

¹⁹ Como veremos adiante, Jacob Rabbi, conforme Gaspar Barleus, teria vindo para o Brasil em 1637, acompanhando a Maurício de Nassau¹⁹, e: “*a pedido do rei Janduí e com permissão do Conde de Nassau, partira para as terras dos tapuias, afim de servir de intérprete entre os holandeses e aquela*

registros referentes às providências tomadas junto aos tapuias na luta contra as forças luso-brasileiras. Todas as providências junto aos tapuias chefiados por Janduí, registradas por Niehof seriam, então, atribuídas à Roulox Baro. O último registro de Nieuhof sobre Roulox Baro refere-se a agosto de 1646:

“A 13 de agosto Roulox Baro, que como já relatamos, fora incubido de levar alguns presentes a Janduí, rei dos tapuias, trouxe uma carta desse chefe indígena, datada de 1 de julho, endereçada ao Conselho, na qual agradecia os presentes e pedia que lhe enviasse armas de ferro, pois estava em guerra com os Paiaicus, e, logo que os tivesse subjogado, marcharia com todas as suas forças contra os portugueses.” (NIEUHOF; p.295).

Outros estudos se debruçaram sobre Roulox Baro e sua obra. Trabalhos que contribuíram para a formação do nosso entendimento sobre a relevância do objetivo central de nossa pesquisa, um aprofundamento do estudo dos contextos prováveis onde Roulox Baro teria formado a “parte brasileira” de sua visão de mundo, de forma a propor uma nova leitura dos temas de relacionamentos interétnicos abordados em sua crônica.

Conforme nos informa José Antônio Gonsalves de Mello, em seu clássico *Tempo dos Flamengos*²⁰, com a entrega por José Hygino Pereira ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano da documentação trazida, em cópia, da Holanda, uma série de traduções e estudos detalhados seriam produzidos para jornais e revistas históricas a partir de 1886. Exemplos desses estudos foram elaborados pelo próprio José Hygino e pelo seu “seguidor próximo” Alfredo de Carvalho (GONSALVES DE MELLO, 1978; pp.21-22).

Alfredo de Carvalho é o autor do ensaio “Um Intérprete dos Tapuios”²¹, no qual trata das atividades de Jacob Rabbi. O que torna “Um Intérprete dos Tapuios” especialmente importante para o nosso trabalho é o destaque que o autor dá a Roulox Baro e sua obra. Sobre sua biografia, inicia repetindo as informações da nota 1 de

nação. Viveu quatro anos com os costumes deles, agradável ao rei, espectador e testemunha bem aceita de tudo.” (BARLEUS; p.269). Pierre Moreau, que o menciona como “alemão”, descrevia Jacob Rabbi como um “homem intrépido”, o qual “de tal forma se adaptara a estes selvagens em seus costumes e modo de viver, que se tornara como se fosse um deles, e estes de tal modo a ele se afeiçoaram, que o fizeram um de seus principais capitães.” (MOREAU, BARO; p.63). Foi assassinado em 1646.

²⁰ GONSALVES DE MELLO, José Antônio *Tempo de Flamengos*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

²¹ CARVALHO, Alfredo de “Um Intérprete dos Tapuios”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XIV, n° 78, 657-667. Foi tirada uma separata (Recife, 1912, 18 págs.), e foi reimpresso em *Aventuras e Aventureiros*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1930, 165-176.

Morisot [1651] sobre a vinda de Baro para o Brasil, a qual aparece com a seguinte redação na edição das notas que utilizamos:

“Roulox Baro foi enviado, quando criança, ao Brasil, na frota das Índias Ocidentais, que partiu da Holanda em 1617 e pode ter, atualmente, quarenta anos. Aprendeu, em pouco tempo, a língua do país, privou com os bárbaros e viveu com eles.” (MOREAU, BARO; p.111)

Carvalho não se refere ao período anterior a sua apresentação aos holandeses no Recife. Segundo suas pesquisas Roulox Baro seria de nacionalidade alemã e teria tomado parte na várias expedições *“enviadas pelos holandeses ao interior do país a procura de minas de ouro, ou para travar relações com os chefes indígenas”*. Em 3 de abril de 1647 foi nomeado substituto de Jacob Rabbi. (CARVALHO; p.167).

Carvalho considera a *Relação* *“uma curiosa narrativa da viagem que então realizou à principal aldeia dos tapuios do Rio Grande do Norte, governados pelo famoso Janduí”*, e destaca a sua importância para os *“modernos etnólogos, por ser o mais abundante repositório de notícias sobre os tapuios que chegou até nós”*, além de *“conter outras matérias de interesse para a história do Rio Grande do Norte”* (CARVALHO; pp167-168). Carvalho conclui suas considerações sobre a biografia de Baro com uma curiosa comparação com Jacob Rabbi:

“O seu autor parece ter sido um indivíduo calmo, humano, sem grandes luzes, mas dotado de natural engenho; pelo menos o seu nome não está ligado a nenhuma das lúgubres façanhas que tanto celebrizaram o seu protervo colega, cuja carreira sinistra vamos resumir, mercê de documentos holandeses inéditos, entre os quais o próprio original do inquérito procedido por ocasião de sua morte.” (CARVALHO; p.168).

Roulox Baro volta a ter seu nome destacado na historiografia sobre o período de domínio holandês com a publicação, em 1944, de *Tempo dos Flamengos – Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*, de José Antônio Gonsalves de Mello. Inspirado nas pesquisas de Alfredo de Carvalho, Gonsalves de Mello não só retomou e completou, *“página por página”*, a análise da documentação trazida por José Hygino ²², como examinou os documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, copiados na Holanda por iniciativa de Joaquim Caetano da Silva,

²² Como registra Gonsalves de Mello: “Desde a morte de Alfredo de Carvalho, em 1916, - de fato, desde 1910, quando deixou de colaborar em revistas e jornais – os documentos trazidos da Holanda dormiram nas estantes do Instituto Arqueológico de Pernambuco. Fui encontrá-los empoeirados e roídos de bicho,

além do material recolhido na Biblioteca Nacional (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.21). Esta intensa atividade de pesquisa, associada ao exame da vasta bibliografia sobre o período de dominação holandesa em Pernambuco, resultou em um livro que, nas palavras de Gilberto Freyre:

“junta-se às melhores obras de pesquisa histórica e de interpretação sociológica do passado brasileiro. Sobre o “tempo dos flamengos” no Brasil é a sua obra mais completa, mais minuciosa e mais compreensiva que hoje existe em qualquer língua.” (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.13-20).

Com um capítulo tratando especificamente das interações entre os holandeses e as populações indígenas, no qual encontramos a maioria das referências a Baro, a leitura dessa obra, em seu todo, serviu de base e inspiração original para as questões que me levaram à presente pesquisa, sobretudo no que se refere às crônicas que seriam importantes para uma análise do texto.

No capítulo intitulado “Atitude dos holandeses para com os índios e a catequese” Gonsalves de Mello destaca²³ que, se os agentes da Companhia procuraram atrair os indígenas como aliados, e agiram assim, “*em obediência a uma política traçada pelo Conselho dos XIX, muito antes da invasão de Pernambuco.*” (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.197)²⁴. Com exceção do episódio que envolveu o combate aos “palmares”, registrado no capítulo “Atitude dos Holandeses para com os Negros e a Escravidão”, que citaremos mais adiante, todas as referências a Baro e sua crônica, que aqui destacaremos, se encontram neste capítulo dedicado aos indígenas.

As pesquisas de Gonsalves de Mello identificaram Roulox Baro como um dos agentes utilizados pela Companhia para manter a todo custo a amizade com os índios, sem mencionar as indicações presentes na crônica de Pierre Moreau sobre ter Roulox Baro “*convivido desde a sua juventude com os tapuias*”, e que “*sabia perfeitamente sua língua*” (MOREAU, BARO; p.66), nem as informações contidas na nota 1 de Morisot quanto à circunstância de Baro ter sido “*enviado, quando criança, ao Brasil,*

com as encadernações soltas, alguns exemplares com falta de páginas.” (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.22)

²³ Citando um trecho do ensaio de Alfredo de Carvalho, “Um Intérprete dos Tapuios”, em que este afirma que uma das “*preocupações constantes da política dos invasores holandeses do Brasil Oriental foi, sem dúvida, a aliança das tribos indígenas do país, aliança que procuraram angariar e manter por todos os meios*” (CARVALHO; p.165).

²⁴ O “*Conselho dos XIX*”, tradução para *Heeren XIX*, mencionado por Gonsalves de Mello, era o conselho de diretores que regiam a Companhia das Índias Ocidentais. Sobre sua formação e atuação, veja-se BOXER, Charles R. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1973, especialmente pp.26-27.

na frota das Índias Ocidentais, que partiu da Holanda em 1617” (MOREAU, BARO; p.111).

O historiador pernambucano inicia sua exposição sobre nosso cronista abordando os registros da participação de Baro nas providências tomadas pelo governador do Brasil Holandês, Maurício de Nassau²⁵, no sentido de consolidar suas alianças com os indígenas – o que Gonsalves de Mello entende como um plano militar de defesa das fronteiras. Depois de obtido o apoio dos tapuias de Janduí no Rio Grande, mantendo a fronteira norte, Nassau procurou atrair e manter a amizade dos índios do Rio São Francisco, fronteira sul, e, ainda, visitar as tribos indígenas situadas a oeste da colônia. Para essa última missão foi nomeado “*um holandês de Amsterdã que se sentiu tão à vontade com os índios como Rabbi, mas sem a dureza e ferocidade deste: Roulox Baro.*” (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.202).

Com base em dois documentos, a Dag. Notule²⁶ em 6 de agosto de 1643 e uma carta ao Conselho dos XIX, datada de Recife, 31 de agosto de 1643, o autor aponta algumas características atribuídas à mencionada expedição. Sob o comando de Baro, teriam saído, em 26 de abril de 1643, “*em direção ao sertão para descobrir e procurar a amizade das nações indígenas Waipebas e Caripatous*”. Levando alguns machados e “quinquilharias” como presentes, voltou da aldeia dos tapuias Cariris, na companhia de alguns de seus habitantes²⁷.

Resumindo algumas referências geográficas sobre o alcance dessa viagem, temos que: atravessaram a serra Capoava, deixando-a ao lado direito seguiram o rio Paraíba 70 a 80 milhas, terra a dentro, voltando rumo sul, chegando às aldeias Waipebas e Caripatous. Estes grupos “*o receberam bem, do mesmo modo que aos seus tapuias*”, e de cada aldeia Baro recrutou alguns índios para trazê-los ao Recife, onde teria chegado em companhia de 40 deles, os quais receberam presentes e foram mandados de volta.

²⁵ Johan Maurits van Nassau-Siegen (1604-1679) governou o Brasil Holandês entre 1636 e 1644. Sobre Nassau veja-se GONSALVES DE MELLO, José Antônio *Tempo de Flamengos*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978; MELLO, Evaldo Cabral de *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1998; e BRUNN, Gerhard. “Johann Moritz. Vida e legado.” In. *Seminário Internacional “A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário”* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005; pp. 325-340.

²⁶ A referência “Dag. Notule” informa ser o documento mencionado integrante da coleção “Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilië” (Livro de atas do Alto Conselho do Brasil), em 12 volumes, compreendendo os anos de 1635 a 1654, uma das coleções trazidas em cópia da Holanda por José Hygino para o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.(GONSALVES DE MELLO, 1978; p.23).

²⁷ Destaca o autor o fato de não levarem mantimentos, como explica o documento: “*porque o uso deles [tapuias] é procurar o sustento de cada dia, nas matas.*” (GONSALVES DE MELLO; p.203).

(Gonsalves de Mello; p.203). Em nota, Gonsalves de Mello reproduz um longo trecho de sua tradução para a carta de agosto de 1643, no qual, além informações sobre a região e algumas características dos Waipebas e Caripatous, atribuídas a um relatório de Baro, encontramos um importante registro sobre o nosso cronista, que reproduzimos a seguir. Gonsalves de Mello acredita que *“Talvez os holandeses conjecturassem poder atingir o Peru e as suas minas, pelo interior”*.

“Nós contratamos esse Roulox Baro, que se propõe prosseguir a exploração dessa região, pagando-lhe soldo de alferes (vaendrich) e estamos dispostos a enviá-lo de volta àquelas aldeias para inquirir tudo o que for possível a respeito do sertão e das terras que com ele confinam e as nações que lá habitam porque com essas informações poderemos prosseguir e isto parece-nos coisa que dará resultado.” (GONSALVES DE MELLO, 1978; pp.204-205, nota 16)

De acordo com as pesquisas de Gonsalves de Mello, logo em seguida, em setembro de 1643, Baro se preparava para prosseguir a exploração, tendo se proposto a visitar as nações situadas acima dos Waipebas e Caripatous. Expedição esta que não atingiria seus objetivos²⁸. Depois de enfrentar a resistência dos índios nesta malograda expedição, Roulox Baro se envolveria na luta contra os quilombos, apontados pela documentação examinada por Gonsalves de Mello, desde 1638, como *“uma grave ameaça para as populações e os bens dos moradores.”* (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.184). Gonsalves de Mello, ao longo do capítulo em pauta, registra, em notas, uma compilação dos dados biográficos sobre Roulox Baro que encontrou na documentação holandesa, informações que se tornariam referência para os autores de trabalhos posteriores sobre o tema.

No capítulo de *Tempo dos Flamengos* intitulado “Atitude dos Holandeses para com os Negros e a Escravidão”, o autor registra que Baro, após desistir de prosseguir no objetivo de *“descobrir a zona situada para os lados do sertão, onde se diz existirem belas e ricas terras”*, em função de terem os brasileiros se amotinado, *“reuniu à sua gente uns cem tapuias e resolveu atacar o que ele chamou de Pequeno Palmares”*. (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.185). Detalhes da referida luta e dos quilombos,

²⁸ Sobre esta expedição, o autor registra uma interferência dos administradores holandeses quanto a sua composição que se mostraria desastrosa. Em vez de alguns tapuias, como na primeira, experimentaram uma formação para a equipe que não teria o mesmo rendimento, conforme registra Gonsalves de Mello apresentando a tradução de uma Dag. Notule de 2 de fevereiro de 1643: *“Deram-lhe ordens para recrutar 60 brasileiros que, livremente, o quisessem acompanhar e lhe foram dados ainda 2 holandeses, empregados da Companhia, para em caso de doença ou morte do chefe a expedição pudesse ser conduzida a termo. Apesar de todos os cuidados não foi concluída: os índios amotinaram-se e Baro foi forçado a retroceder.”* (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.204).

que aparecem em carta datada de Porto Calvo de 25 de janeiro de 1644, estão reproduzidos no mencionado capítulo, em tradução do autor.

Em 1979, dentro da coleção “Reconquista do Brasil”, foi publicada, formando um único volume, uma edição em português da crônica *História das Últimas Lutas no Brasil Entre os Holandeses e Portugueses*, de Pierre Moreau, seguida da *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, de Roulox Baro, esta, por sua vez, acompanhada das *Notas do Senhor Moriso*²⁹. A tradução das obras coube à escritora Leda Boechat Rodrigues. Em uma “Nota Introdutória”, José Honório Rodrigues registra, em relação a Roulox Baro e sua crônica, laconicamente, que “*Nada se sabe de Roulox Baro, a não ser o que se colhe no seu relato e nos testemunhos da época. A relação é um documento etnográfico, descritivo da chamada cultura tapuia.*” Este autor indica alguns estudos sobre Jacob Rabbi, da lavra de Alfredo de Carvalho, como fontes para informações adicionais acerca de Baro. (MOREAU, BARO; p.9).

Ainda em 1979, temos a publicação do ensaio do professor Ernst van den Boogart, “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu, 1630-1654”³⁰. O autor se propõe a investigar as relações entre os empregados da Companhia das Índias Ocidentais holandesa e os tapuias do interior do Rio Grande, auto-denominados Tarairiu, e adicionalmente estudar o modo como estas relações são refletidas nos relatórios coloniais³¹. Boogart, não pretende recuperar a maneira de viver dos Tarairiu, mas elaborar uma investigação etno-histórica de uma construção cultural dos colonizadores do século XVII a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, destes selvagens que seriam nossos antepassados.

Neste trabalho encontramos um detalhado levantamento dos registros envolvendo os Tarairiu na documentação holandesa relacionada à colônia no nordeste do Brasil, desde os primeiros contatos com Janduí (1631) até a inclusão deste grupo tapuia nas cláusulas de anistia da rendição (1654). Ao mencionar as visitas de Roulox Baro ao país dos tapuias, Boogart remete o leitor para o capítulo sobre os indígenas do *Tempo dos*

²⁹ Segundo informa Leda Boechat Rodrigues, em sua “Nota da Tradutora”, já existia uma tradução completa, em português, das obras de Baro e Moreau, feita pelo Major Mário Barreto e publicada no *Boletim do Estado Maior do Exército*, vol. XXII, nº 1, janeiro a março de 1923, 123-140; sendo que aí a *Viagem* de Baro vem antes da *História* de Moreau, invertendo-se a ordem que aparecem no original. (Moreau, Baro; p.13).

³⁰ Ernst van den Boogaart, “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu, 1630-1654,” in: Ernst van den Boogaart, ed., in collaboration with, H.R. Hoetink, and P.J.P. Whitehead, *Johan Maurits van Nassau-Siegen: A Humanist Prince in Europe and Brazil. Essays on the Tercentenary of His Death* (The Hague: Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979): 519-538

³¹ Uma edição deste ensaio, ainda em língua inglesa, foi publicado em Almeida, L.S., Galindo, M., Elias, J.L., (Orgs.) *Índios do Nordeste: temas e problemas*, v.2, Maceió: Edufal, 2000.

Flamengos, no qual existem dados biográficos daquele cronista. Quando analisa os documentos contendo descrições de costumes e hábitos dos tapuias, observa que a *Relação da Viagem ao País dos Tapuias* não é uma descrição “etnográfica”, sendo mais um diário de sua viagem até Janduí em 1647.

Para Boogart, embora o texto de Baro contenha uma riqueza de detalhes sobre a vida dos Tarairiu, ele não procura, como os demais textos que abordam o assunto, dar uma imagem de sua sociedade que se encaixe dentro de um determinado esquema. Baro parecia aceitá-los pelo que eram, raramente descrevendo-os como selvagens. Descreve ainda, de maneira sucinta e imparcial, como os tapuias se sustentavam e quais contatos mantinham com outros grupos indígenas no “sertão”.

Em 1998, voltamos a encontrar Roulox Baro em destaque na historiografia, quando Benjamim Nicolaas Teensma³² publica o seu artigo “O Diário de Rodolfo Baro (1647) Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte”³³. Com base em pesquisa nos manuscritos da Biblioteca da Universidade de Leyden referentes ao período da ocupação holandesa no Brasil, o autor faz uma análise literária do diário de Roulox Baro. Analisa com mais ênfase a terminologia utilizada pelo autor, os erros de tradução e o uso incorreto de dados, os quais, segundo o autor, comprometem a compreensão da trama histórica; destacando que não se encontrou, até época da publicação de seu ensaio, nenhum vestígio do original em flamengo. Teensma, adicionalmente, procura analisar politicamente as ações de Baro em sua missão. Entretanto, o aspecto que nos parece mais importante em seu trabalho, é o seu destaque para a importância em sua formação cultural do período em que Roulox Baro viveu no Brasil, e, conseqüentemente, na ótica que presidiu seu relato.

Segundo a pesquisa de Teensma, no começo do ano de 1617 o navio neerlandês Blauwe Zee (Mar Azul) teria partido de um porto na província de Zelândia, no sul dos Países Baixos, com destino ao Brasil. Seu capitão, Dierick Ruiters, alguns meses depois,

³² Benjamim Nicolaas Teensma, professor aposentado do Departamento de Línguas e Culturas da América Latina da Rijksuniversiteit, Leiden, Países-Baixos, lecionou língua e cultura portuguesa durante 24 anos e toda a sua carreira foi dedicada aos estudos portugueses e hispânicos. Entre outras contribuições para a divulgação da cultura luso-brasileira, registramos a revisão detalhada da tradução da obra de José Antônia Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, publicada em 2001, pela Walburg Pers, com o título de *De Nederlanders in Brazilië: De invloed van de Hollandse bezetting op het leven en de cultuur in Noord-Brazilië*. A iniciativa da revisão e publicação dessa tradução, existente em manuscrito desde 1956, de autoria do holandês Germand Visser, pelo professor Teensma, deve-se ao professor da Universidade Federal de Pernambuco, Dr. Marcus Galindo, com o apoio do Ministério da Cultura e da Embaixada do Brasil em Haia.

aportou em uma praia da Ilha Grande, atual litoral fluminense, quando assistiu seus patrícios serem atacados e trucidados por índios sob comando português. Entre os sobreviventes se encontravam o capitão e o grumete Roulox Baro, então com apenas sete anos de idade. As autoridades portuguesas teriam mandado o pequeno Baro para uma aldeia de índios no interior, e o capitão Ruiters a Salvador, capital do atual estado brasileiro da Bahia, para ser interrogado. Este capitão, depois de algum tempo, conseguiu evadir-se e regressar à Holanda onde, em 1623, publicou, na cidade de Flisinga, um livro, que Teensma considera como “bem conhecido”, intitulado *Tocha da Navegação*³⁴.

Ainda no ensaio em pauta, Teensma inicia sua anotação biográfica sobre Baro, se referindo à já mencionada “Nota 1” de Morissot, informando a vinda de Baro na frota de 1617 da Holanda para as Índias Ocidentais, acrescentando um trecho da “Nota 65” daqueles comentários. Neste trecho, transcrito por Teensma em seu ensaio, Morissot, citando o capítulo 14º da crônica de Jean de Léry, *Histoire d’na Voyage faict en la terre du Brèsil* [1578], descreve uma aldeia tupi do litoral na época da visita de Léry (fim de outubro de 1557, início de janeiro de 1558). O autor destaca sua importância por descrever “o tipo de aldeias índias em que Rodolfo [como o autor se refere a Roulox Baro] passara a sua juventude”, assim como “da vida cotidiana dos Tupi.” (TEENSMA; p. s/n).

“Por volta de 1620, os índios de tradição lingüística Tupi acima descritos, encontravam-se desde muito tempo cristianizados por padres jesuítas. Reduzidos em aldeias e integrados no processo colonial, sustentavam-se da caça e da agricultura, viviam em comunidades dirigidas por superiores brancos, e falavam além do próprio vernáculo a Língua Geral, idioma franco amplamente difundido no Brasil a esta época. Entre eles, Rodolfo Baro, no decorrer dos anos, sem dúvida que teria apreendido o tupi e a Língua Geral, como talvez também algum português elementar. Ainda mais importante foi que lá apreendia a aceitar como realidades evidentes, a sociedade e a mentalidade dos índios, sem qualquer sentimento de superioridade para com as culturas ultramarinas, que nessa

³³ TEENSMA, B. N. “O Diário de Rodolfo Baro (1647) Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte” In. *Revista Ethnos*. Ano II, n. 3 Jul/Dez 1998. Disponível em <http://www.galindo.demon.nl/ethnos3/teensma.html>

³⁴ Em nota, Teensma registra sua tradução para um trecho deste livro: “Quantas vezes não acontece que nós: Neerlandeses, Ingleses e Franceses, chegando à terra nestas costas [brasileiras], somos assassinados, mortos; e outros capturados em grande miséria durante seis e sete anos; da qual [prisão] alguns finalmente por puro milagre puderam libertar-se. Como eu que, astutamente surpreendido, e dela fugido milagrosamente pela graça de Deus, tive que errar como preso dos Portugueses durante trinta meses por estas costas americanas” Dierick Ruiters, *Toortse der Zee-vaert*, (*Tocha da Navegação*) trad. B.N. Teensma pp. V-VII. Os capítulos referentes ao Brasil do referido livro foram traduzidos por J. de Sousa Leão, filho, e publicados em RUITERS, Dierick *A Tocha da Navegação*, Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 269, outubro-dezembro de 1965, pp. 3 a 84, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

altura era tão comum na Europa. E também que sabia manter-se em vida na natureza brasileira.” (TEENSMA; p. s/n).

Teensma destaca, em seguida, a importância do convívio de Baro com os indígenas, e do seu distanciamento em relação às questões transcendentais que os habitantes do Novo Mundo levantaram na Europa na época. Como podemos ler no trecho de seu trabalho que reproduzimos a seguir:

“..o pequeno Rodolfo se criou na sua aldeia brasileira sem preocupações metafísicas, apreendia a caçar, pescar, agricultar, e brincava com seus camaradas índios nas roças de milho e de mandioca, brigava com eles, e sabia como pensavam, cheiravam e apalpavam. Para ele eram os companheiros diários de carne e osso. Mais tarde, já como funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, atravessava com eles as matas, caçando sempre e abrindo-se um caminho pela vegetação. Junto com eles, durante a jornada, assava de passo os veados e répteis capturados, e juntos subiam as árvores para apanharem mel silvestre, A psique índia, por tanto, no Diário Brasileiro de Baro de 1647, é muito mais humana do que nos textos mais distanciados de seus colegas europeus Herckmans e Rabe.” (TEENSMA; p. s/n).

Na passagem dessas considerações sobre a vivência com os indígenas, para seus comentários sobre a fase da biografia de Baro como explorador da Companhia das Índias Ocidentais, o autor prefere não se aprofundar na análise das relações interétnicas que permearam as décadas em que o cronista viveu em outras regiões das terras brasileiras. Relações estas que teriam permitido, por exemplo, que ele mantivesse sua capacidade de falar, e mesmo escrever, em holandês. Assim resumindo suas considerações sobre este referido período:

“Até por entre as selvas tropicais os rumores se movem rapidamente Em 1624, Baro teria sabido sem dúvida da conquista neerlandesa de Salvador da Bahia, mas como criança de catorze anos ainda não se tinha atrevido a deixar a sua comunidade índia para unir-se com os compatriotas. Mas como jovem de vinte anos sim que teve a ousadia para fazê-lo ao saber, em 1630, que os Holandeses se tinham apoderado de Pernambuco no nordeste do país. Secretamente pôs-se em marcha, apresentando-se numa data desconhecida às autoridades neerlandesas no Recife. E elas compreenderam logo quão importantes serviços esse jovem desconhecido com tão excepcionais qualidades poderia prestar à Companhia das Índias Ocidentais.” (TEENSMA; p. s/n).

Em seguida, Teensma faz um resumo da importância do conhecimento das terras do sertão para os holandeses, bem como do processo de reconhecimento das qualidades de Baro e de sua contratação como explorador pela Companhia, baseando-se principalmente em *Tempo dos Flamengos*, de José Antônio Gonsalves de Mello. Cita, ao abordar os prováveis motivos que determinaram a empreitada dos holandeses em

terras brasílicas, o trecho de Alfredo de Carvalho: “..certo não faltou a esperança de aqui deparar com alguma das cobiçadas jazidas de metais preciosos que faziam das colônias da contracosta as jóias mais fulgentes da Coroa Espanhola.”³⁵. A seguir, passa a abordar temas diretamente relacionados com o texto de Baro, procurando, inicialmente, verificar a exatidão das referências aos personagens indígenas e as características geográficas mencionadas ao longo do texto.

Teensma alude à plausibilidade de Baro ser fluente na língua tapuia, o autor levanta algumas questões que o levaram a conclusão de que o nosso cronista devia se utilizar de intérpretes em suas conversas com os tapuias. Apesar de conhecer a afirmação de Pierre Moreau de que Baro dominava perfeitamente a língua dos Tarairiú, “*tendo convivido desde a sua juventude com os tapuias*” (MOREAU, BARO; p.66), Teensma considera que essa hipótese pode não ser correta. Em favor de sua tese, argumenta, primeiramente, o fato de Baro ter sido capturado na costa do Rio de Janeiro, onde, segundo o autor, não havia tapuias. E, ainda, por considerar “óbvio” que Pierre Moreau e Roulox Baro nunca tinham se encontrado pessoalmente, pelo fato de Moreau ter mantido na edição de sua obra, em 1651, a redação que Morissot deu à já mencionada Nota 1 de seus comentários: “*Roulox Baro foi enviado, quando criança, ao Brasil, na FROTA das Índias Ocidentais, que partiu da Holanda em 1617*”, quando, segundo Teensma, “*naquela época, só navios individuais emprendiam a viagem desde a Europa.*”. Adicionalmente, também porque Moreau teria corrompido o nome neerlandês Roeloff em Roulox. Assim concluindo sua argumentação sobre a questão:

“A única razão porque Moreau e Morisot supuseram que Baro falava fluentemente o Tarairiú é, provavelmente porque ele e o cacique Nhandui, no texto do Diário, se tratavam de “meu pai” e “meu filho”, sem que eles interpretassem tal tratamento como simples termos de cortesia. É natural que Baro, pelos seus contatos com os Tarairiú, deve ter adquirido, no decorrer dos anos, algumas noções do idioma deles, mas a terminologia índia no seu Diário de 1647 é exclusivamente tupi.” (TEENSMA; p. s/n).

Ao procurar descrever as circunstâncias que motivaram a missão de Baro, o autor faz um resumo da movimentação das populações indígenas e as alianças formadas em função dos conflitos decorrentes da rebelião dos moradores portugueses de Pernambuco. Teensma entende que todas as facções dos grupos indígenas envolvidos, e seus respectivos chefes, são mencionados no texto de Baro. Entretanto, segundo o autor,

³⁵ Segundo TEENSMA (apud CARVALHO, Alfredo de “Minas de Ouro e Prata no Brasil Oriental. Explorações Holandesas no século XVII”. In: *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, 1906:96).

de forma tão deturpada que tornaria sua leitura incompreensível. Citando alguns exemplos de nomes de personagens indígenas cujos nomes em tupi estariam mutilados, avalia que com uma restauração de suas formas corretas o texto se tornaria mais claro.

Em seus comentários sobre a crônica de Roulox Baro, ao resumir alguns episódios do relato, o autor procura dar um sentido aos mesmos, baseado em sua visão do processo histórico que permeava aquela missão. Em seu artigo, Teensma comenta, adicionalmente, curiosidades sobre a cultura tapuia incluídas no texto de Baro; lamentando o fato de que o mesmo “*não prestou muita atenção a fenômenos naturais como o clima e a vegetação, considerando-os evidências óbvias que não precisavam de comentário.*”

. Entre suas considerações sobre a oportunidade de um conhecimento mais elaborado sobre a obra de Baro, enquanto elemento para reflexão sobre a participação das populações indígenas diante do avanço dos europeus, destacamos o trecho que reproduzimos a seguir:

“O Diário de Rodolfo Baro pode considerar-se como digno monumento à memória desse povo índio, porque a partir da segunda metade do século dezessete, todos os acontecimentos contribuíram para extingui-lo da memória dos Brasileiros. Depois da retirada dos Holandeses do nordeste do Brasil, os Portugueses e seus colaboradores penetraram cada vez mais longe no sertão, para instituir nele as próprias normas e leis. Os Índios que não queriam sujeitar-se a elas, foram combatidos e exterminados como inimigos. Também deviam ser castigados por terem sido os aliados dos odiados Neerlandeses. Os brancos foram melhor armados, melhor organizados, possesores de anseio da terra, e estimulados por proselitismo religioso, Em face de semelhante superioridade, os Tarairiú, havia pouco tão orgulhosos e conscientes do próprio valer, foram aniquilados em breve tempo.” (TEENSMA; p. s/n).

Roulox Baro volta à historiografia em 2003, quando Marcus Meuwese defende a sua tese de doutorado sobre os mediadores culturais e as relações entre holandeses e indígenas nos territórios do Brasil Holandês e de New Netherland, entre 1600 e 1654. Meuwese procura analisar as interações holandesas com as populações nativas, dentro de uma perspectiva geograficamente ampliada. Seu estudo tem perspectiva do Mundo Atlântico, e propõe uma comparação entre as relações holandeses – indígenas da colônia na América do Norte, New Netherland ³⁶, e no Brasil Holandês. Para isso se utiliza dos mediadores culturais como uma ferramenta para analisar as relações holandeses – nativos nas duas colônias holandesas nas Américas. Meuwese, ao

comparar mediadores em New Netherland com os no Brasil Holandês, demonstra que os contextos locais desempenharam um importante papel na modelagem das interações inter-culturais em cada uma das colônias.

No caso do Brasil, a luta dos holandeses contra os colonos portugueses determinaram, preliminarmente, as relações holandês – indígena. Tanto a Companhia das Índias Ocidentais holandesa quanto as diversas populações tupi e tarairiu do nordeste do Brasil precisavam uns dos outros como aliados contra os portugueses. Em New Netherland a situação era diferente, porque havia menos medo de um inimigo europeu até o surgimento da agressão inglesa na década de 1650.

Ao contrário do Brasil, na colônia da América do Norte os colonos e os indígenas foram postos em contato próximo e freqüente pela economia informal de comércio de fronteira. O autor considera que a despeito de suas diferentes respostas aos holandeses, as populações nativas no Brasil e em New Netherland compartilharam o feito de manterem independência em relação aos seus aliados e parceiros comerciais holandeses. Seu estudo dos mediadores culturais em duas diferentes colônias, segundo Meuwese, complexifica as afirmativas tradicionais que retratam os holandeses movidos apenas pelas trocas materiais, mostrando que as interações holandês–nativo no mundo atlântico foram também moldadas por motivações religiosas e imperiais; demonstrando, ainda, que os intermediários não levaram indígenas e colonos holandeses à uma aproximação mais profunda. Segundo sua pesquisa, ainda que os negociadores entre indígenas e holandeses cruzassem freqüentemente fronteiras culturais para manter alianças ou evitar banhos de sangue, eles não criaram um campo intermediário de práticas e símbolos compartilhados.

Como justificativa para a abordagem geograficamente ampliada de seu estudo, Meuwese aponta algumas características semelhantes entre estas duas experiências coloniais holandesas. Em ambas as colônias os holandeses estiveram em contato continuado com as populações indígenas durante aproximadamente o mesmo período. As relações holandês – indígena em New Netherland duraram de 1609 até 1664, e os contatos inter-culturais no Brasil Holandês aconteceram dos anos 1620 até 1654. Ambas foram partes integrantes do império atlântico da Companhia e compartilharam instituições políticas e judiciárias holandesas comuns. Ambas as experiências teriam

³⁶ Sobre “New Netherland” (1624-1664), colônia holandesa nas margens do rio Hudson e na ilha de Manhattan (América do Norte, onde atualmente se localiza a cidade de New York), veja-se BOXER, Charles R. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1973.

deixado um número considerável de fontes impressas e de arquivo que permitem um estudo comparativo de relações inter-culturais. Segundo o autor, não havia ainda estudos abordando, coletivamente, os mediadores inter-culturais em nenhuma das colônias em pauta. Sobre os mediadores entre os Tarairiu e a Companhia, Meuwese cita os trabalhos de Alfredo de Carvalho, José Antônio Gonsalves de Mello, B. N. Teensma e Ernst van den Boogart, já aqui comentados.

Destacando que o Alto Conselho em Recife empregou um grande número de indivíduos europeus como diplomatas inter-culturais no Brasil Holandês, Meuwese inclui em seu trabalho um capítulo³⁷, no qual aparece um perfil social e cultural desses colonizadores, os quais teriam servido de mediadores entre a Companhia e as diversas populações nativas brasileiras. Para o autor, é importante perceber que esses negociadores europeus não formavam um grupo monolítico, podendo ser agrupados, para efeito de análise, em cinco diferentes categorias. Esses cinco grupos não seriam apenas um reflexo da sociedade colonial hierárquica e segmentada, mas revelariam também a variedade de relações entre a Companhia e as populações indígenas ao longo do nordeste do Brasil. No capítulo onde aborda o desempenho dos “diplomatas inter-culturais”, com o título que em português seria “Proteger os brasileiros sob seu comando”: agentes diplomáticos europeus entre os indígenas brasileiros, 1635-1654.”, Meuwese analisa sucessivamente os seguintes grupos. Um grupo de diplomatas inter-culturais composto por oficiais coloniais de nível médio que serviam como “Comanders” – comandantes dos brasilianos. Outro grupo de mediadores formado por soldados de menor soldo da Companhia que ficavam estacionados nas aldeias ou missões dos tupis. Um terceiro grupo de negociadores formado por missionários cristãos protestantes que tentavam converter os indígenas ao calvinismo holandês; os quais, embora não fossem agentes oficiais da Companhia, seu programa de transformar os índios tupi em fazendeiros cristãos sedentários correspondia ao objetivo da mesma de tornar os indígenas brasileiros leais aliados protestantes. Uma quarta categoria distinta de mediadores europeus, a de indivíduos empregados como oficiais de ligação entre os Tarairius na província do Rio Grande, onde aparecem as referências a Roulox Baro e sua crônica. Observando o autor, sobre esse grupo, que por serem os Tarairiu vistos como selvagens “incontroláveis” pela Companhia, eles requeriam negociadores especiais que estivessem dispostos a estar em contato próximo com eles. Concluindo o

³⁷ No original: Chapter 4: “To Protect the Brazilians under Their Command”: European Diplomatic Agents among the Brazilian Indians, 1635-1654. (MEUWESE; pp.217-318).

capítulo com uma quinta categoria formada por diplomatas inter-culturais estacionados nas províncias fronteiriças do Ceará e Maranhão; grupo com características especiais devido ao fato de que nestas províncias era necessário seguir uma delicada política com os indígenas por ser a população nativa muito superior à dos colonos europeus e escravos africanos.

Na seção do referido capítulo em que aborda o quarto grupo de mediadores, que intitulou de “Agentes Diplomáticos entre os Tarairiu”³⁸, Meuwese, privilegia suas considerações sobre o intérprete Jacob Rabbi, utilizando para isso além das informações encontradas nas Dag Notulen, as pesquisas de Gonsalves de Mello, Alfredo de Carvalho, Van den Boogart e B. N. Teensma. Sobre Roulox Baro, que viria a substituir Jacob Rabbi, Meuwese o aponta como um explorador familiarizado com os Tarairiu e outros povos nativos do interior do nordeste, e considera que este seria o mais proeminente e bem documentado membro do reduzido número de indivíduos que foram empregados pela Companhia para explorar o interior e estabelecer contato com potenciais aliados indígenas (MEUWESE; p.277). Sobre a vida de Roulox Baro, na fase anterior à sua incorporação pela Companhia, o autor se resume às informações que reproduzimos em seguida:

“Baro supposedly marooned on the southern Brazilian shore in 1617 while serving aboard a Dutch vessel. Because of his young age, local Portuguese authorities who captured him hoped to use the young Dutchman as an Indian interpreter. Baro was reportedly placed in an aldeia where he learned the Tupi language. After the Dutch invasion in 1631, Baro made his way to Recife, where he offered his services to the WIC as explorer of the mountainous dry hinterlands of the northeast.” (MEUWESE; p.277)³⁹

Ao comentar a carreira de Roulox Baro como explorador, Meuwese registra que este apareceria pela primeira vez na documentação da Companhia em agosto de 1643, quando é mencionado no retorno da expedição à “Terra Nova”, região à qual voltaria em 1644 para contato com os nativos, tendo se envolvido na campanha contra comunidades africanos fugitivos no sertão.

Um ano mais tarde teria trabalhado com Jacob Rabbi na negociação de um armistício com os indígenas do Ceará. Nomeado substituto de Jacob Rabbi, foi enviado

³⁸ No original: “Diplomatic Agents among the Tarairius”, (MEUWESE; pp.263-290).

³⁹ O que poderíamos traduzir como: “Baro supostamente foi abandonado em uma praia no litoral sul brasileiro em 1617 quando servia a bordo de um navio holandês. Em função de sua pouca idade, as autoridades portuguesas locais que o capturaram pretenderam usar o pequeno holandês como um intérprete junto aos indígenas. Constando que Baro teria sido colocado em uma “aldeia” onde aprendeu a

logo após o assassinato do mesmo com uma carta do Alto Conselho para Janduí, explicando àquele chefe tapuia que o assassinato de Rabbi fora cometido por soldados irresponsáveis que seriam punidos. Baro teria, nessa ocasião, recebido ordens para que acompanhasse uma delegação Tarairiu ao Recife objetivando manter a aliança e apresentar os novos membros do governo que haviam chegado da Holanda. Após citar as observações de Pierre Moreau sobre as conseqüências entre os indígenas da não entrega de Garstman, o autor registra que em 1647, em plena rebelião dos portugueses, Roulox Baro foi mandado novamente para ter com Janduí, missão que redundaria na sua *Viagem ao País dos Tapuias*. (MEUWESE; pp. 277-278). Nessa altura, Meuwese comenta que afortunadamente o diário de Baro foi preservado em uma tradução em francês, e que suas anotações detalhadas forneceram não apenas uma grande quantidade de informação etnográfica sobre os Taraitius, mas especialmente traz luz sobre as atitudes de Baro em relação àqueles indígenas.

O autor analisa episódios do relacionamento entre Baro e alguns nativos descritos na crônica, e conclui que “*suas notas mostram claramente que seu relacionamento com os Tarairius era tudo menos amigável*”⁴⁰. Ao continuar seus registros sobre a trajetória de Baro, registra, em seguida, um relatório de 1648 onde ele comunica que os grupos indígenas inimigos estavam empurrando os Tarairiu para o litoral; onde relataria, adicionalmente, que a maioria dos soldados da Companhia que tinham vindo apoiar os Tarairiu tinham retornado muito rapidamente ao Forte Ceulen⁴¹. Segundo o autor, ainda em 1648, Baro aparece na documentação na transferência de algumas centenas de guerreiros Tarairiu para Recife onde o Alto Conselho os utilizaria em um ataque mal sucedido à posições portuguesas; avaliando ter sido essa sua última contribuição, posto ter solicitado dispensa de seus serviços junto aos tapuias em agosto de 1646. Registrando, adicionalmente, um documento de agosto de 1650 onde são solicitadas informações sobre Roulox Baro, morto no ano de 1648, para regularização do pagamento de seus soldos para sua viúva na Holanda. (MEUWESE; pp.277-284).

A parte dedicada aos diplomatas junto aos Tarairius é concluída com uma comparação entre sua leitura das atitudes dos três principais intérpretes, Jacob Rabbi, Roulox Baro e Pieter Persijn, da qual reproduzimos o trecho a seguir:

língua tupi. Após a invasão holandesa em 1631, Baro se dirigiu à Recife, onde ofereceu seus serviços para a Companhia como explorador do interior montanhoso e seco do nordeste

⁴⁰ No original: “his notes clearly showed that his relationship with the Tarairius was anything but amicable.” (MEUWESE; p.280).

*“Em retrospecto, Jacob Rabe era o único mediador europeu que pessoalmente teve associação muito próxima com os Tarairius. Embora Roelof Baro e Pieter Persijn também estivessem em contato freqüente com os Tarairius, estes dois indivíduos, ao contrário de Rabe, nunca moraram com eles. Enquanto Rabe desenvolveu interesse pessoal pela cultura dos Tarairius, tendo inclusive escrito uma curta etnografia deles, Baro e Persijn consideravam a maioria dos costumes Tarairius repugnantes.”*⁴² (MEUWESE; p.290) .

O trabalho mais recente que encontramos, ligado diretamente ao tema central de nossa pesquisa, é a obra de Cristina Pompa, *Religião como Tradição: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*⁴³ , de 2003. Nele, a autora propõe uma releitura da história da evangelização, procurando entender os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas, e revelar a dialética do encontro entre índios e missionários. Para a autora, houve, de um e de outro lado, *“um constante trabalho de transformação no plano das práticas e dos símbolos, as primeiras veiculando os segundos e sendo, ao mesmo tempo, determinadas por estes.”* (POMPA; p.23).

Quando Pompa trata especificamente do relato de Roulox Baro, diz:

“O último relato que examinarei é a famosa Relação da viagem ao país dos Tapuia de Roulox Baro, escrita em 1647. Baro foi o sucessor de Jacob Rabbi como intérprete e embaixador dos Holandeses entre os Janduí. Seu interesse principal, o de tratar questões militares com o “rei” – que ele chama simplesmente “chefe” – Janduí, faz que suas observações (como presumivelmente as de Rabbi antes dele) sejam despojadas de exotismo, monstruosidade ou gosto por citações eruditas. Está clara uma certa simpatia para com os “Tapuia”, que são tratados de igual para igual e de quem são admiradas a força e a habilidade guerreiras. O feroz “rei” é definido como “o bom velho Janduí”, que ainda tem força, com mais de cem anos, para “correr a árvore” com os jovens.” (POMPA; p.251).

Em seguida, a autora transcreve o trecho onde Baro registra a “corrida das árvores” (MOREAU, BARO; p.99) , afirmando que a mesma *“foi realizada na ocasião*

⁴¹ Denominação dada ao Forte dos Santos Reis, no litoral da capitania do Rio Grande, após sua tomada, em 1633, por uma expedição enviada do Recife.

⁴² O que poderíamos traduzir como: “Em retrospecto, Jacob Rabbi foi o único mediador europeu que se associou pessoalmente de forma íntima com os Tarairius. Enquanto Roulox Baro e Pieter Persijn estivessem também em contato freqüente com os Tarairius, estes dois indivíduos, ao contrário de Rabbi, nunca habitaram entre eles. Enquanto Rabbi dedicou um interesse especial na cultura dos Tarairius, escrevendo mesmo uma pequena descrição etnográfica dos mesmos, Baro e Persijn consideravam a maior parte dos costumes Tarairiu repugnantes.”.

⁴³ POMPA, Cristina *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

de sua chegada e durante todo o tempo em que Baro permaneceu no acampamento de Janduí, ou seja, quase um mês”, e que a mesma “é descrita em detalhes.” (POMPA; p.251). E, ainda, trechos que registram a descrição de uma cerimônia de casamento e puberdade (MOREAU, BARO; pp. 105-106) ; rituais de canibalismo funerário (MOREAU, BARO; p.104) ; relações de alianças com outros grupos “principalmente de “brasilianos”, com os quais os Janduí mantinham complicadas relações de alianças” (MOREAU, BARO; p.97); distribuição dos presentes e a “presença maciça de holandeses e portugueses e seus produtos” (MOREAU, BARO; pp. 98, 100, 101). Concluindo sua abordagem da crônica de Baro se referindo à alguns comentários sobre a mesma encontrados no *Infernal Allies* de Ernst van den Boogart.

Pompa volta a transcrever trechos de Baro na seção denominada “Janduí: Demônios e Feiticeiros”, dentro do capítulo 9 – “A religião tapuia” – onde observa ser Roulox Baro “a mais “objetiva” das fontes holandesas sobre os Tarairiú do “rei” Janduí”, não parecendo “particularmente impressionado com a evocação do Diabo, descrito como se ele tivesse presenciado a sua aparição” (POMPA; p.343). Dois trechos estão incluídos, o primeiro descrevendo a consulta “ao Diabo” de Janduí ao tomar conhecimento de que “os homens de Paiacu tinham se posto em marcha contra ele” (MOREAU, BARO; pp. 104, 105); e o segundo quando o Diabo reaparece alguns dias depois (MOREAU, BARO;p.106) , trecho que revelaria, segundo a autora, “a razão da grande tolerância de Baro para com ele: este Diabo se torna intérprete dos pensamentos do próprio Baro e dos holandeses, com respeito às alianças dos Janduís.” (POMPA; p.344).

Em seguida, vamos reunir as informações sobre a trajetória de Roulox Baro levantadas pelos autores aqui mencionados, procurando montar uma pequena biografia de seu período como colaborador da Companhia das Índias Ocidentais.

Com base no que nos revela Gonsalves de Mello, em *Tempo dos Flamengos*, baseado nas informações que levantou sobre Roulox Baro na coleção “Dagelijksche Notulen der Hooge Raden in Brazilië” (Livro de atas do Alto Conselho do Brasil), podemos compor o seguinte quadro:

Roulox Baro, auxiliar dos mais decididos com que contou o governo holandês, identificou-se com o estilo e hábitos de vida dos selvagens brasileiros e nos deixou um precioso relatório de sua viagem ao “país dos tapuias”, no interior do continente. Em agosto de 1643, Baro foi admitido como funcionário da Companhia, tendo porém, anteriormente prestado serviços à empresa como explorador de terras brasileiras. O

sucesso de sua expedição ao sertão, em 1643, onde contou apenas com o auxílio de alguns tapuias, promovendo contatos com algumas tribos importantes para a defesa da fronteira oeste, e trazendo alguns representantes de cada uma delas para negociar em Recife, levou os holandeses a contratá-lo com o salário de alferes. Ao se preparar para retornar àquelas aldeias, visando investigar melhor as terras do sertão, recebeu ordens para adotar uma equipe mais nos moldes das que os holandeses estavam acostumados a mandar para o interior⁴⁴: 80 brasileiros voluntários e dois funcionários holandeses – para que em caso de doença ou morte do chefe a expedição pudesse ser conduzida a termo. Os índios se amotinaram, e Baro foi obrigado a retroceder. Em seu retorno, abandonado pelos brasileiros, reuniu “uns cem tapuias” e atacou um quilombo, no qual, segundo seu informe, moravam quase mil famílias. Em 1644 foi autorizado a visitar a Holanda, onde se casou com Lobberich Wijbrantsdochter, em Amsterdã. Serviu à Companhia até 1648, ano em que pediu demissão. Baro realizou várias viagens ao “país dos tapuias”, e chegou a interessar a algumas pessoas nessa vida de aventuras, como ao polonês Jan Stras. Em 1646 substituiu Jacob Rabbi como intérprete junto aos tapuias. Com seu afastamento, foi substituído por Pieter Perijn. A Companhia recusou seu pedido para se estabelecer como criador de gado no Rio Grande, e seu falecimento teria ocorrido ainda em 1648, como parece indicar uma correspondência de 1650. Sua viúva, na Holanda, em 1650 requereu o pagamento de seus soldos em atraso.

Ernst van den Boogart, em *Infernal Allies*, se refere aos dados sobre Roulox Baro, pesquisados por Gonsalves de Mello, acrescentando outras informações. A primeira expedição de Baro para convencer Janduí a permanecer aliado dos holandeses foi enviada logo após o assassinato de Jacob Rabbi, em junho de 1646, quando, sem encontrá-lo pessoalmente, foi informado de que aquele chefe não poderia dar nenhum apoio militar por estar em guerra com Pajucu. Quando de seu retorno da viagem que resultou na *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, Baro defendeu em Recife o pedido de tropas formulado por Janduí. O Conselho Político inicialmente rejeitou a idéia, e

⁴⁴ Encontramos em *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, de Alfredo de Carvalho, uma descrição de uma expedição ao sertão, anterior à contratação de Roulox Baro: “A 3 de setembro de 1641 partiu do Recife acompanhado de 53 soldados, alguns voluntários, 60 indígenas e sete carros de bagagem. A jornada, desde o começo, apresentou dificuldades tamanhas, que dentro em breve o número dos soldados ficou reduzido a 40 e o dos brasileiros a 36. Os expedicionários tiveram que atravessar muitos rios, entre eles o largo Mongaguaba, abrir a machado picadas na espessura das matas, vadear pântanos extensos, e quase pereceram vítimas do incêndio que os selvagens lançaram à relva ressequida do sertão. (.....) Mas, as dificuldades cresciam e começaram a padecer falta d’água e de viveres, e a custo, diz Barleus, conseguia Herckmans mover a sua gente a prosseguir; avançavam no máximo duas a três milhas por dia. Por fim, achando-se à vista dum outeiro, que supunham ser o monte Capoaba, foi resolvido regressar, e, a 4 de novembro, o resto da malfadada expedição entrava no Recife.” (CARVALHO; pp. 103-104).

depois decidiu mandar alguns homens e um grande “presente” consistindo de 100 libras de pólvora, 50 libras de chumbo ⁴⁵, 24 pares de sapatos, 500 anzóis, 12 talhadeiras, um instrumento de sopro e um livro de salmos. Boogart associa a demissão de Baro a um comunicado vindo do Forte Ceulen, em junho de 1648, de que os tapuias de Janduí estariam novamente promovendo estragos nas roças dos colonos e matando um grande número de animais.

Eugene Meuwese (MEUWESE; pp.276-290) também se refere às informações de Gonsalves de Mello, agregando mais alguns dados. Em 1645, Roulox Baro, juntamente com Jacob Rabbi, tentou conseguir junto aos índios do Ceará uma trégua com a Companhia. Roulox Baro convidou, acompanhou e apresentou a delegação dos tapuias que em 1646 foi a Recife negociar com os novos membros do Conselho, tendo em vista a manutenção da aliança. Em abril de 1648, Baro faria seu último serviço registrado para a Companhia, ao trazer algumas centenas de guerreiros tapuias para o Recife, utilizados pelo Alto Conselho em um ataque mal sucedido à posições luso-brasileiras nos arredores daquela cidade. Segundo Meuwese, Baro teria pedido dispensa em agosto de 1648, sendo atendido sem maiores argumentações.

Minha leitura dos trabalhos que mencionamos nessa compilação me leva a conclusão de que seus autores preferiram não procurar uma montagem de cenários plausíveis para o que poderíamos denominar de período de “indianização” de Roulox Baro. De Baro ao Brasil, supostamente em 1617, na região da Ilha Grande, atual sul do estado do Rio de Janeiro, até o registro de sua expedição à “Terra Nova”, em 1643, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais holandesa, a qual teria partido da região onde hoje se situa a cidade de Recife, no estado de Pernambuco. Acredito que algumas informações, colhidas de fontes da época e da historiografia, sobre a convivência entre europeus e grupos indígenas nas regiões e no período onde sua trajetória se deu, serão de alguma valia para uma avaliação da visão de mundo do autor, e, ainda, para a elaboração de novas interpretações de suas representações sobre os contatos interétnicos que permearam sua viagem ao país dos tapuias. Assim, com o cruzamento entre o que se pode conhecer do nosso cronista e a macro-história das disputas entre europeus pela exploração do Novo Mundo no período, procuraremos, nos próximos capítulos, entender melhor as referências que teriam presidido a “produção” das representações presentes no relatório de Roulox Baro, tendo como focos principais a maneira como os

⁴⁵ Ao registrar esta lista, Boogart afirma sua suposição de que essa munição para armas de fogo se destinaria aos soldados europeus, posto que aqueles tapuias não pareciam utilizá-las e terem medo delas.

grupos indígenas aparecem em relação à questão da guerra, a intermediação cultural com os europeus, e suas relações inter-grupais.

Capítulo II

Cenários da “indianização” de um holandês.

Nosso objetivo, neste capítulo, será a busca por dados relativos a interações entre colonos europeus e grupos indígenas, a partir de registros de processos compatíveis aos que teriam cercado a estadia de Roulox Baro na Brasil, antes de seu deslocamento para o Recife⁴⁶. Procuraremos interpretar alguns aspectos que estariam presentes no processo da formação da “visão de mundo” de nosso cronista.

Como já vimos na revisão do que encontramos publicado sobre o autor da *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, a maior parte do que encontramos sobre a biografia de Roulox Baro pode ser sintetizada como uma soma da indicação da nota 1 de Morisot, com o resultado das pesquisas de José Antônio Gonsalves de Mello apresentado em sua obra *Tempo de Flamengos*.

Alguns registros sobre possíveis práticas culturais que cercaram os anos de Roulox Baro ainda na Europa podem ser encontrados entre os que procuram descrever algumas características de sua provável região de origem⁴⁷, na época. Segundo Charles R. Boxer⁴⁸, entre seus comentários sobre os prováveis motivos que permitiriam a evolução dos Países Baixos na virada do século XVI para o XVII, encontramos a afirmação de que a maior razão isolada para este sucesso teria sido o destacado desenvolvimento econômico das duas províncias litorâneas da Holanda e da Zeelândia, particularmente o súbito e grandioso crescimento do comércio marítimo a partir de 1590. Boxer lembra ainda que, em meados do século XVI, os mercadores e navegadores da Holanda e da Zeelândia foram responsáveis por uma boa parte do comércio por via marítima entre o Mar Báltico e a Europa Ocidental e entre o Mar do Norte e a Península Ibérica. Mercadores e navegadores tinham importante poder político e controlavam os conselhos municipais (BOXER, 1973a; pp.6 a 7). Estas considerações podem indicar a hipótese de que Roulox Baro tenha sido admitido como grumete por fazer parte de uma família envolvida com a navegação. Sua possível posição na sociedade zeelandesa justificaria o domínio da língua flamenga, e, ainda, a provável clemência que o piloto

⁴⁶ No capítulo seguinte, procuraremos desenvolver nosso comentário sobre as representações de brasileiros e tapuias presentes no relato de Baro.

⁴⁷ A Zeelândia, uma das províncias que formavam a república dos Países Baixos.

⁴⁸ BOXER, Charles R. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1973a.

Dierick Ruiters teria procurado para ele junto às forças de Martim de Sá. Clemência que se justificaria, na prática, pela importância para a defesa da costa, da “formação” de um mediador inter-cultural entre os indígenas, com a capacidade adicional para ler documentos eventualmente apreendidos com os holandeses. Sobre esta capacidade de escrever, Paul Zumthor⁴⁹, informa que o número de analfabetos era o menor da Europa da época, e que: “Normalmente, a criança é submetida desde seus jovens anos à disciplina escolar.” (ZUMTHOR; p.129); e, ainda, “Dos três aos sete anos, as crianças freqüentavam a escola maternal, que se sediava numa casa qualquer, assinalada por uma insígnia com o nome da professora ou do prédio.” (ZUMTHOR; p.131). Especificamente na Holanda e na Zeelândia, se daria muita importância ao ensino da escrita, “A escrita, considerada a primeira das artes úteis, gozava de imenso prestígio. Certos mestres faziam da caligrafia uma verdadeira estética. Escreviam como se grava. O renome dos mestres de escrita holandeses e zeelandeses ultrapassara as fronteiras do país.” (ZUMTHOR; p.134).

Entre os trabalhos que examinamos abordando a vida de Roulox Baro, o único que tece algum tipo de consideração sobre o período que vai de seu desembarque no Novo Mundo à primeira referência ao seu nome na documentação da Companhia das Índias Ocidentais, é o artigo de Teensma, “O Diário de Rodolfo Baro (1647) Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte”.⁵⁰ Como vimos no capítulo anterior, os comentários de Teensma iniciam com a transcrição da nota 65 de Morissot. Nessa anotação, Morissot, cita o capítulo 14º da crônica de Jean de Léry⁵¹, com uma descrição de uma aldeia tupi do litoral de fins do século XVI. Teensma, ao reproduzi-la, destaca sua importância por descrever “o tipo de aldeias índias em que Rodolfo [como o autor se refere a Roulox Baro] *passara a sua juventude*”, assim como “*da vida cotidiana dos Tupi.*” (TEENSMA; p. s/n).

Iniciamos nossa leitura das fontes que pudessem fornecer indicações sobre os cenários que permearam o processo de formação da “visão de mundo” de Roulox Baro, pela tradução de José Hygino Duarte Pereira, publicada em 1878⁵², do relato da

⁴⁹ ZUMTHOR, Paul *A Holanda no Tempo de Rembrandt*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

⁵⁰ TEENSMA, B. N. “O Diário de Rodolfo Baro (1647) Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte” *In. Revista Ethnos*. Ano II, n. 3 Jul/Dez 1998. Disponível em <http://www.galindo.demon.nl/ethnos3/teensma.html> Acesso em jan. de 2002

⁵¹ Histoire d’na Voyage faict en la terre du Brèsil [1578].

⁵² KNIVET, A. “*Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet, da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomas Candish. Tradução do hollandez (Offerecida ao*

peregrinação, entre 1591 e 1601, de Antony Knivet por terras brasileiras ⁵³. Desta crônica, cuja primeira edição é de 1625, procuramos compilar as informações sobre as relações de contato interétnicos, especialmente as que envolveram grupos indígenas. A maior parte das interações entre colonos e indígenas, narradas por Knivet, teria ocorrido na mesma região onde as evidências apontam ter Roulox Baro transitado durante sua primeira etapa no Novo Mundo, e em um período muito próximo ao que supomos ter o mesmo permanecido a serviço de Martim de Sá, ou seja, de sua chegada em 1617 até sua transferência para Recife, no início dos anos 40 do século XVII. Antony Knivet teria partido de Plymouth, na Inglaterra, em agosto de 1591, no *Galleon Leicester*, nau capitânia de uma armada de cinco navios em direção ao “mar do sul” (Oceano Pacífico), liderada por Thomas Cavendish ⁵⁴, experiente navegador que havia completado a primeira viagem de circum-navegação inglesa em 1588.

Em seu relato, Knivet, ao comentar um episódio ocorrido ainda antes da expedição atingir a costa do Brasil, conta sobre o que seria sua primeira referência aos indígenas brasileiros: “*com quanto seja coisa impossível atravessar por terra a América, de Santos ao mar do sul, visto como são essas regiões selvas povoadas do gentio.*” ⁵⁵(KNIVET; p.186). Esta observação pode ser interpretada como uma demonstração do seu conhecimento – ao escrever o relato, após suas excursões ao interior do continente – da ocupação das terras afastadas do litoral pelas populações indígenas. Imagem esta que, ao nosso entender, se antepõe a idéia de “vazio”, por vezes atribuída ao “sertão” em algumas crônicas ⁵⁶, e, adicionalmente, parece corroborar a indicada por Pero de Magalhães Gândavo, no seu *Tratado da Terra do Brasil* ⁵⁷, escrito

Instituto Histórico pelo traductor)”. Trad. José Hygino Duarte Pereira. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XLI, Parte Primeira, pp. 183-272. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro & Cia., 1878

⁵³ Escrita originalmente em inglês com o título: « The admirable adventures and strange fortunes of Master Antony Knivet, which went with Master Tomas Candish [Cavendish] in his second voyage to the south sea. 1591. What befell in their voyage to the straits, and after till he was taken by the Portugals », publicada pela primeira vez, em 1625, na coleção de Samuel Purchas, Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrims, 1625, part IV, p. 1201-42. A tradução de José H. D. Pereira se baseou na edição traduzida para o holandês publicada em Leyde, em 1707.

⁵⁴ Sobre esta expedição liderada por Thomas Cavendish, veja-se CAVENDISH, Thomas *The last voyage of Thomas Cavendish*. Edited and with an Introduction by David B. Quinn. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

⁵⁵ Nas referências à tradução de José Hygino Duarte Pereira para o relato de Knivet, procuramos atualizar a ortografia para facilitar a leitura.

⁵⁶ Sobre esta idéia de “vazio”, veja-se MADER, M. Elisa Noronha de Sá *O vazio: o sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1995. Dissertação de mestrado.

⁵⁷ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil – História da província Santa Cruz*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1980. (1ª publ. do *Tratado* :1826; 1ª publ. da *História*: 1576).

algumas décadas antes, quando este afirma: “*Não há pela terra dentro povoações de portugueses por causa dos índios que não no consentem..*” (GÂNDAVO; p.23).

Em seguida Knivet informa que, ao chegar à costa, na altura de Cabo Frio, sua frota apreendeu um navio que levava escravos africanos e alguma mercadoria de Recife para negociar no Rio da Prata. O piloto dessa embarcação, neste momento em poder dos ingleses, teria dirigido as embarcações até Santos, que seria saqueada. Após tomarem a cidade, Cavendish (que Knivet chama de “general”) alojou-se no “convento dos jesuítas”, ali permanecendo enquanto durou esta escala da expedição, entre 22 de dezembro de 1591 e 24 de janeiro de 1592. Em um aposento deste convento, teria se dado um episódio que, além de estar relacionado à capacidade de adaptação dos índios para sobreviverem diante do assalto dos europeus, dá uma idéia da fragilidade e do desconhecimento do grupo de ingleses que havia tomado a cidade dos “portugueses”⁵⁸. Pelo menos dois índios chegaram ao leito do comandante sem encontrar qualquer resistência ou vigília. Tendo Knivet registrado este evento como transcrevemos em seguida:

“Dois indígenas, maltratados dos portugueses, fugiram deles, e, como conhecessem bem as entradas do convento, foram ter certa noite à câmara do general, e se apresentaram diante do seu leito com alguns porcos e galinhas que consigo trouxeram. Acordando o general, começou a bradar por socorro; mas um dos selvagens, que falava português, caiu de joelhos dizendo que ali viera, não para fazer-lhe mal, mas para implorar seu patrocínio. Quando amanheceu, o general praticou com eles, e por eles soube da força dos portugueses, e bem assim que estes tencionavam, quando nos retirássemos da cidade, acometer-nos e bater-nos. Informaram mais que três embrulhos grandes com dinheiro e...⁵⁹ estavam enterrados debaixo de certa figueira, e nos conduziram a um campo, onde encontramos trezentas cabeças de gado, de que nos servimos, enquanto aí estivemos.” (KNIVET; pp.191-192)⁶⁰.

Sobre outras ofertas de apoio dos indígenas à expedição de Cavendish, Knivet nos conta que:

“Quando estávamos em Santos, vieram ter conosco vários canibais ou antropófagos, e pediram ao general que aniquilasse os portugueses e conservassem para si o lugar, assegurando-lhe que todos eles tomariam voz pelo general. Este, porém, agradeceu-lhes as boas disposições e declarou que tinha coisa diferente que fazer.” (KNIVET; p.192).

⁵⁸ A rigor, devemos supor a existência de espanhóis entre os que estavam estabelecidos nas áreas da costa mencionadas por Knivet e Cavendish, especialmente por estar em vigor, desde 1580, a União Ibérica. No entanto, ambos os autores sempre mencionam os ocupantes brancos da terra como “portugueses”

⁵⁹ A lacuna é do original.

⁶⁰ Mais adiante, Knivet informa que estes indígenas teriam acompanhado a frota quando esta deixou Santos :” *Os dois índios, que entraram de noite no quarto de dormir do general, iam também conosco para o estreito de Magalhães.*” (KNIVET; p.194).

Estas referências a ofertas de alianças podem ser interpretadas como uma das faces das práticas que alguns grupos indígenas adotavam no esforço para se adaptarem à presença dos europeus. Sobre o mesmo episódio, encontramos registros indicando um outro aspecto dessa adaptação, dessa vez envolvendo uma possível colaboração de alguns grupos indígenas com os colonos luso-brasileiros que ali se encontravam estabelecidos até então.

Segundo informa David Beers Quinn ⁶¹, John Jane, no seu relato da viagem do navio que comandava, o *Desire* ⁶², na primeira fase da tomada de Santos, a maioria dos luso-brasileiros teria caído refém numa igreja, pegos durante uma missa, e, enquanto os ingleses esperavam as demais naus inglesas para o controle completo da cidade, perderam muitos mantimentos pela ação dos indígenas. Registro que reproduzimos a seguir: “*..this coup was not adequately exploited since the local Indians were allowed to move freely in and out the town and consequently were able to remove, under the eyes of the English, most of the food stored there.*” (CAVENDISH; p.23) ⁶³.

Knivet, em seguida, relata as tentativas da expedição de vencer o Estreito de Magalhães e as causas do insucesso, o retorno ao ponto da costa brasileira de onde tinham partido, bem como as circunstâncias que o levaram a estar em péssimo estado de saúde nesta altura da viagem. Quando do regresso ao porto de Santos, houve um assalto a um engenho à beira mar para obtenção de víveres, no qual participou como guia um dos índios que havia invadido o colégio dos jesuítas ⁶⁴. Após o embarque de alguns mantimentos, Knivet informa ter chegado a notícia de que os que desembarcaram teriam sido mortos pelos ditos “portugueses”, afirmando, ainda :

“Quando estes e os contrários se achavam no mais aceso da briga, o índio, vendo-se já ferido de flecha no pescoço, boca e demais partes do corpo, e conhecendo a disposição do lugar se pôs em fuga, nadou para o Leicester em um pedaço de madeira, e nos referiu que toda a nossa gente havia sido rôta.” ⁶⁵ (KNIVET; pp. 201-202).

⁶¹ Em sua “Introduction” para a edição mencionada da *The Last Voyage of Thomas Cavendish 1591-1592*.

⁶² Além dos já mencionados *Galleon Leicester* e *Desire*, integravam a frota o *Roebuck*, o *Daintie* e o *Black Pinnace* (CAVENDISH; p.21).

⁶³ Trecho que podemos traduzir como: ..essa vitória não foi adequadamente aproveitada uma vez que aos indígenas locais foi permitido se movimentarem livremente entrando e saindo da cidade, e, conseqüentemente, capazes de remover, sob os olhos dos ingleses, a maior parte da comida ali estocada.

⁶⁴ O segundo índio teria morrido afogado durante a tentativa de vencer o Estreito de Magalhães, conforme registra Knivet: “*Aquí um daqueles índios, que foram de noite à câmara do general, acertou de cair no mar e morreu.*” (KNIVET; p.201).

⁶⁵ Segundo Cavendish, o índio afirmou que foram atacados por 80 portugueses e 300 índios (CAVENDISH; p.76).

Cavendish, segundo nos informa Knivet, pretendia bombardear Santos como vingança pela perda de seus homens⁶⁶, entretanto, tendo o *Galleon Leicester* encalhado no Canal de Bertioga, teria se contentado em mandar uma equipe saquear uma plantação das redondezas, para, em seguida, rumar para o Espírito Santo. Ali chegando, registra nosso autor que, ao notar que o canal de entrada não teria a profundidade suficiente para a aproximação dos navios e tomada da cidade, Cavendish, diante da insistência de alguns de seus oficiais, teria permitido que cento e vinte homens tentassem entrar na cidade⁶⁷, aventura que se mostraria desastrosa pela reação dos “portugueses” e indígenas⁶⁸. Sobre este episódio, afirma Knivet: “*Em uma palavra, perdemos oitenta homens, e dos quarenta que voltaram não havia um que não estivesse ferido de flecha, e alguns o estavam em cinco e seis partes do corpo*”. (KNIVET; p.204).

Conforme seu relato, a frota decidira voltar à ilha de São Sebastião, para em seguida seguir para o Estreito de Magalhães. Registra Knivet sobre o estado de suas condições físicas, nesta oportunidade: “*Neste entretanto permanecia eu debaixo da coberta, enfermo, estropiado e quase morto de fome, e tão desfalecido estava que não podia subir nem descer.*” (KNIVET; p.204); e, ainda, que a primeira providência ao chegar na ilha teria sido o abandono dos doentes em terra, “*afim de que eles se houvessem como melhor pudessem.*” (KNIVET; p.204)⁶⁹. Assim começaria a parte do relato de Knivet referente a sua convivência com os habitantes do continente.

Destes primeiros contatos envolvendo os indígenas que encontramos registrados por Knivet, emerge, ao nosso ver, uma primeira situação cultural que poderia ser incluída em um tipo de relação que foge às interpretações tradicionais que opõem radicalmente conquistadores e colonizadores aos indígenas. Nestes primeiros embates com as forças de defesa dos colonos luso-brasileiros, o relato de Knivet, reforçado pelas anotações da carta de Cavendish, apontam para descrições em que a maioria da tropa dos por ele denominados “portugueses” seria composta por arqueiros indígenas. Além

⁶⁶ Cavendish se refere à perda de 25 de seus melhores homens, “*..25 of my principale men*” (CAVENDISH; p.76).

⁶⁷ Segundo Cavendish, o grupo teria oitenta homens, “*..some 80 men as well furnished with weapons*” (CAVENDISH; p.92).

⁶⁸ Knivet só se refere aos portugueses, mas Cavendish registra “*Indians & Poringales*” (CAVENDISH; p.96).

⁶⁹ Esta seria a última viagem de Cavendish, não tendo sucesso em alcançar o “mar do sul”, viria a falecer no regresso à Inglaterra. Para informações sobre a biografia de Thomas Cavendish e sobre esta sua última viagem, veja-se a introdução de David B. Quinn, em Cavendish, T.; Op. Cit., pp. 1-46.

de permitir que conheçamos algumas características de mistura de culturas, quando, entre outras evidências, destaca que o transporte era preponderantemente feito por canoas indígenas, e ao se referir aos feridos por essa “tropa”, estes teriam sido sempre tidos como atingidos por flechas.

Após narrar suas peripécias para sobreviver e se reabilitar se alimentando de caranguejos e de uma baleia encalhada, Knivet conta ter se sentido recuperado e se apresentado a um grupo de quarenta homens que o “general” havia mandado à terra para que pescassem e limpassem “o seu batel”. Neste ínterim, enquanto este grupo preparava água e lenha para o navio, “*desembarcaram portugueses do Rio de Janeiro na ponta do norte da ilha*”, tendo estes “*portugueses e selvagens*” atacado e matado vinte e oito do grupo, “*escapando somente eu e Henrique Barraway, pela minha intervenção*”. (KNIVET; p.207-208). Ao descrever sua captura, Knivet conta que teria se dirigido, em português ⁷⁰, tanto a um indígena quanto a um “português” sugerindo “*que lhes contaria algumas novidades se [lhe] poupassem a vida*” (KNIVET; p.207). Este “português” teria dito que Knivet não precisava se preocupar: “*visto que o selvagem era um dos seus escravos e conduzir-me-ia ao capitão*”. (KNIVET; p.207). Transcrevo, em seguida, o trecho do relato de seu transporte pelo indígena até o capitão português e como foi recebido. Neste podemos perceber importantes indicações sobre a convivência dos “portugueses” e dos indígenas em suas ações militares, em época e região muito próximas da que teria recebido o grumete Roulox Baro:

“Levou-me este canibal pela praia, e fomos ter a uma penha que sabe ao mar; tomou-me ele nas costas, e, tendo nadado comigo por fora dos parciais, continuamos a nossa viagem, e caminhamos quase toda a noite, até que enfim chegamos a um grande banco na costa. Aí o selvagem assobiou, foi respondido por um outro selvagem, e apareceram imediatamente cinco ou seis portugueses, e entre eles o capitão.

Este trazia nas mãos um pedaço de pão e marmelada, e ao ver-me perguntou o que tinha de novo a lhe dizer? Respondi que tinha muita fome, pelo que me rogava que me desse alguma coisa para comer, e depois lhe contaria tudo o que soubesse. Entraram os portugueses a rir, e deram-me pão e peixe. Feita a refeição, respondi com verdade a tudo que me perguntaram.” (KNIVET; pp. 207-208).

Até este ponto estávamos percorrendo o “Capítulo I” do relato de Knivet, intitulado “Knivet parte da Inglaterra e vai Ter ao estreito de Magalhães – Cai nas mãos dos portugueses”, agora entramos no “Capítulo II”, que recebeu o título “Knivet é

⁷⁰ Knivet não esclarece como tinha aprendido a se expressar em português. J. de Sousa Leão, filho, em seu prefácio para a tradução do *Toortse der Zee-vaert* de Dierick Ruiters, que abordaremos adiante,

levado ao Rio de Janeiro e convive com os portugueses e índios – Faz varias excursões naquelas partes”. Neste destacamos sua referência de que ao ser levado pelos portugueses para o Rio de Janeiro, estaria sob as ordens “*do sujeito que, na noite em que me aprisionaram, salvou-me a vida*”, e que este tal sujeito seria “*um mestiço, o que quer dizer – meio português, meio índio*”, e que teriam chegado “*em numerosas canoas*” com os portugueses “*à cidade de S. Sebastião, sita no Rio de Janeiro.*” (KNIVET; p.208). Para este mesmo sujeito, ele teria sido dado como presente pelo governador ⁷¹, “*com o que muito folguei, porque não havia sido maltratado por esse sujeito, desde que com ele vim da ilha de S. Sebastião*” (KNIVET; p.209). Knivet passou três meses fazendo serviços para o referido mestiço.

Este período de convívio com este “mestiço”, Knivet considerou como uma “*vida muito cômoda*”, pois “*meu amo chamava-me de filho; jantávamos e ceiávamos juntos; dormia eu em uma rede no mesmo quarto que ele ocupava*” ⁷² (KNIVET; p.209). Levado ao governador Sebastião Correia de Sá, ao se identificar como marinheiro foi enviado para um engenho, “*incumbido de andar acima e abaixo, em um batel, a transportar canas e madeira para o engenho.*” (KNIVET; p.210). Passados alguns meses nessa tarefa, sua situação viria a mudar, permitindo a sua participação em relações mais diretas com os elementos que estariam mais proximamente envolvidos com a provável primeira fase de Roulox Baro no Novo Mundo. Esta possibilidade teria surgido em função de um acontecimento assim registrado por Knivet:

“Havia quatro meses que eu lidava com o batel, quando chegou do Espírito Santo Martim de Sá, um dos filhos do governador. Este homem, compadecido de minha sorte e mísera vida, pediu ao pai que me desse a ele, o que lhe foi concedido, e muito contente fiquei com o meu novo amo.” (KNIVET; p.210).

Sem tecer comentário algum sobre os dois primeiros anos que teria servido à Martim de Sá, Knivet passa a narrar uma missão que lhe foi confiada por seu “amo” junto a um grupo indígena. Este teria parte das providências que o governador teria

considera provável que o português, na época, foi a língua franca do navegante na rota da África. (RUITERS; p.7).

⁷¹ Salvador Correia de Sá, que exercia o seu segundo governo desde 1578. Para a relação dos governadores da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XVII veja-se COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965, p.xxxvi

⁷² Analisando esta temporada de Knivet com o “mestiço”, tendo conhecimento da futura utilização do mesmo nas atividades de preação de índios, podemos interpretar como um “estágio” junto a um mediador inter-cultural.

confiado ao seu filho em um “*lugar chamado Wianasses* ⁷³, *cujos moradores tinham pazes com os portugueses, e por facas e machados lhes vendiam mulher e filhos.*” (KNIVET; p.211). As ordens recebidas ao chegarem na tal região tiveram o seguinte registro:

“Vendo Martim de Sá que eu o servia com solicitude, ordenou-me que com oito dos seus escravos, carregados de machados e facas, fosse buscar um outro gênero de selvagens chamados Pories (Puris), que haviam igualmente assentado pazes com os portugueses; desde muito, porém, os portugueses os não procuravam.” (KNIVET; p.211).

Em seguida, encontramos registros de suas impressões sobre os costumes dos “selvagens”, entremeados da narração de “façanhas”, nas quais pretendia demonstrar sua valentia e esperteza no trato com o gentio, para, mais adiante, assim relatar o cumprimento de sua missão:

“À tarde fiz presente ao velho de todos os meus haveres, e lhe pedi que em retribuição houvesse de mandar-me por fora de suas terras. No outro dia deu-me o velho setenta escravos e trezentos flecheiros para me conduzirem até a outra banda do rio Paraíba. Dali voltou essa escolta, e em quarenta dias fui ter facilmente à Ilha Grande, onde encontrei Martim de Sá, que muito folgou com minha volta e prometeu dar-me um dos selvagens por escravo; mas, quando chegou ao Rio de Janeiro, vendeu-os todos e não me deu nenhum.” (KNIVET; p.214).

Knivet conta que, dois meses depois Martim de Sá, o mandou para outra missão semelhante, mas diante de sua recusa o devolveu para o engenho de seu pai.

Já sob as ordens do governador, passou a “*pescar em um batelzinho, afim de tirar do pescado azeite para o engenho*” (KNIVET; p.214), o que lhe deu oportunidade para uma tentativa de fuga, quando tentou alcançar navios ingleses que se abasteciam de água na ilha de S. Sebastião. Atrapalhado por uma tempestade, foi encontrado naufrago em uma ilha e condenado como fugitivo, e escapou de ser enforcado, mas não de trabalhos forçados, passando a carregar “*ferros de trinta libras*” e a “*trabalhar no engenho como escravo*” (KNIVET; p.217). Para escapar, conta que atacou o feitor e se embrenhou nas matas, onde, alguns dias depois, foi caçado pelos índios do governador.

⁷³ Em nota, o tradutor assim interpretou esta denominação: “*Os habitantes é que se chamavam Guayanazes, e senhoreavam a costa desde Angra dos Reis até Cananea*” (KNIVET; p.211, nota 26). A Dra. Nanci Vieira de Oliveira adota a denominação “os Guaianá”, avaliando que a dita aldeia localizava-se provavelmente na baía de Sepetiba, conforme Nanci Vieira de Oliveira – LAB/UERJ, Pedro Paulo A. Funari – NEE/UNICAMP, “Projeto Conjunto – Estratégias de ocupação e defesa do litoral sul fluminense: uma análise da rede de fortificações na baía de Ilha Grande”. Disponível em http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/ilha_grande.html Acesso em Janeiro de 2006.

Knivet se dirigiu, então, para a região onde estivera quando negociava escravos entre os indígenas, onde ficou por nove meses. Esta convivência com os Guaianases teria durado até Martim de Sá retornar por aqueles lados em busca de mais “mercadoria”, quando, nas palavras de Knivet, *“os selvagens, sem mais deliberação, me entregaram de mãos e pés atados”*. (KNIVET; p.221). Assim registrou Knivet a sua volta ao poder do filho de seu “amo”:

“Entregue a Martim de Sá pelos canibais, todos os que anteriormente me haviam protestado ser os meus melhores amigos, mostraram-se agora os meus maiores e encarniçados inimigos. Zombavam de mim e me injuriavam, batiam-me na cabeça, e contavam aos portugueses que eu envidara esforços para concitá-los a se levantarem contra eles.” (KNIVET; p.221).

Algumas características que se depreendem do relato de Knivet sobre as relações entre este grupo indígena e as forças de Martim de Sá, caracterizariam, no nosso entendimento, uma aliança onde através de adaptações de seus valores culturais ambos os grupos procuravam atingir seus propósitos quanto à sobrevivência. Podemos destacar, entre as múltiplas adaptações de formas culturais que emergem da narrativa de Knivet envolvendo os indígenas e os colonos luso-brasileiros, os registros de que, se os prisioneiros já não serviam apenas para rituais antropofágicos para os indígenas, os brancos, por seu lado, abriam mão do seu papel de agentes de conversão do gentio. A posição adotada pela liderança deste grupo, tanto na negociação de escravos com Knivet, enquanto preposto de Martim de Sá, quanto na sua devolução *“sem mais deliberação”* como fugitivo, somada à liberdade encontrada por Knivet em seu cotidiano na aldeia, parecem indicar a situação de aliança baseada numa relação de troca, não se enquadrando na idéia da colonização como uma simples sucessão de genocídio e aculturação dos conquistadores contra as populações indígenas. Adicionalmente, a permanência de Knivet por nove meses entre estes indígenas, reforça a possibilidade de ter sido nesta aldeia, ou em outra com parceria semelhante com Martim de Sá, que este teria deixado o grumete Roulox Baro, para depois utilizá-lo como mediador inter-cultural.

Continuando sua narrativa, Knivet afirma que, temendo ser morto ao chegar ao Rio de Janeiro, aceitou a proposta de Martim de Sá de liderar uma missão, assim descrita: *“.. que eu fosse buscar mulheres, rapazes e raparigas ao lugar chamado*

Paraíba-Wereob” (KNIVET; p.222). Registra Knivet: “*Dirigi-me, pois, para as florestas, acompanhado de doze selvagens, sem saber para onde.*” (KNIVET; p.222); afirmação que parece indicar a importância da presença de um branco na expedição para negociar com os grupos indígenas, posto que Knivet declara sua total ignorância sobre o destino de sua viagem. Após uma jornada de vinte e cinco dias pela selva, o grupo teria se encontrado com dois indígenas, os quais seriam da nação com quem deviam negociar, episódio assim narrado por Knivet:

“Quiseram eles evitar-nos, mas como lhes levávamos vantagem em número, os alcançamos antes que eles abiscassem à terra.

*Achava-se em minha companhia um selvagem da nação daqueles, chamado Morosoey, o qual foi tomado pelos **Wainasses** e vendido aos portugueses. Sabia, pois, falar a língua dos **Tamoios**, que eu entendia muito bem.”*

“Mui admirados ficaram os dois canibais da canoa com verem homens vestidos, e como seu compatriota estivesse também a portuguesa, não o reconheceram a princípio.” (KNIVET; p.223).

Transcrevemos este episódio, por acreditarmos nele estarem presentes elementos que representariam a flexibilidade que marcaria estes contatos inter-culturais, quando, mesmo vestidos “à portuguesa”, os companheiros de Knivet não deixavam de serem descritos como “selvagens”, enquanto, por estar assim trajado, “Morosoey” não teria sido reconhecido pelos da sua gente.

Depois de descrever as cerimônias que cercaram a sua recepção naquela aldeia, registra Knivet: “*No dia imediato entrei a fazer trato de escravos com eles. Comprei noventa e levei-os todos a Martim de Sá, que me esperava na Ilha Grande.*” (KNIVET; p.224). Após registrar ter pedido para continuar nos serviços entre os indígenas, por ainda temer as consequências da morte do feitor, Knivet teria sido informado de que aquele teria sobrevivido e seguido para o Rio da Prata, e devolvido ao governador, para quem teria trabalhado no engenho pelo ano que se seguiu: “*empregado em encaixotar açúcares.*” (KNIVET; p.224). O próximo registro envolvendo diretamente os grupos indígenas se refere ao episódio em que os Guaianases teriam sido atacados “*por uma casta de selvagens chamados **Tamoyos***”⁷⁴, que Knivet registra como “*os mais encarniçados inimigos que os colonos tinham na América.*” (KNIVET; p.224), tendo pedido auxílio aos luso-brasileiros. Ocasão para a sua participação junto as forças de

⁷⁴ O tradutor, em nota, informa: “*Os Tamoyos, que haviam ocupado a costa desde o Cabo Frio até Angra dos Reis, se achavam internados.*” (KNIVET; p.224, nota 33). Sobre este processo veja-se HEMMING, John Red Gold: *The conquest of the Brazilian Indians*. London: Papermac, 1995, especialmente pp.136-138.

Martim de Sá, que teria sido enviado pelo governador para socorrê-los com “*setecentos portugueses e dois mil índios.*” (KNIVET; p.225). Knivet dedica várias páginas à narrativa dessa ação militar, onde teria sido reunida uma formação similar às que tinham aparecido nos registros da defesa dos colonos contra ameaças de missões lideradas pelos ingleses, mas que nesta oportunidade seria utilizada para auxiliar uma população indígena que era parceira comercial dos luso-brasileiros. Ocupando com a descrição desta expedição o restante do capítulo II. Entre as diversas interações entre colonos e indígenas registradas nas movimentações dessa tropa, primeiro até Paratí, por mar, e depois atravessando o vale do Paraíba, em busca dos Tamoios, procuraremos destacar algumas que, ao nosso ver, possam servir para uma avaliação da influência que teriam na formação da visão de mundo de Roulox Baro, no caso de sua eventual participação em ações semelhantes.

Ainda em Paratí, antes de começarem a jornada por terra, temos um registro que se refere ao engajamento de novos indígenas na expedição, mostrando, além da circulação das notícias entre as aldeias, uma situação onde se revelariam alguns detalhes do cerimonial no trato com as lideranças indígenas. Assim registrou Knivet este episódio:

“Quando chegamos a Parati, veio ter conosco, noite fechada, um selvagem de nome Alecio, da aldeia Jequerequere, sita na costa defronte da ilha de S. Sebastião. Este Alecio trouxe consigo oitenta flecheiros, e ofereceu-se a acompanhar o capitão com os seus. Pusemo-nos, pois, a caminho pelos montes. Na seguinte noite, vendo o capitão que Alecio estava deitado no chão, tomou-me a rede em que eu tencionava dormir, e deu-a ao canibal, de modo que tive de resignar-me a pernoitar no chão.” (KNIVET; p.226).

Mais adiante, encontramos o registro de um episódio em que aparece um exemplo da facilidade com que o homem branco, mesmo com alguma experiência entre os grupos indígenas e convivendo com mestiços, perdia a orientação nas matas do interior; assim como mais uma indicação da referida “densidade demográfica” na região. Merecendo destaque, adicionalmente, a reação, aparentemente movida por interesses de troca com os expedicionários, da parte de um grupo dos Puris. Episódio este cujo registro transcrevemos abaixo:

“Certo dia sai a pescar. Como chovia um pouco, voltaram os três índios que me haviam acompanhado, de modo que fiquei só. Quando pretendi voltar ao acampamento pelo

mesmo caminho através dos bosques, por onde tinha vindo com os índios, perdi-me. Tornei, pois, outra vez ao rio, certo de que permanecendo em suas margens, havia de dar com o lugar em que acampava o capitão. Sendo já um pouco tarde, fui Ter inesperadamente a um sítio, onde se achavam alguns cem Puris entre homens e mulheres. Conjetei que morreria nas mãos desses canibais; não me fizeram, porém, mal algum. Tomaram-me a faca e instrumentos de pesca, e deram-me a comer do seu alimento, que era um assado de carne de macaco. Comi satisfatoriamente, e, terminada a refeição, fizeram-me eles um aparelho de algumas canas secas, que pudesse servir para nadar, e nele vim ter com brevidade ao nosso acampamento na margem do rio. Esses selvagens nos indicaram um lugar a dois dias de viagem dali, no qual encontraríamos favas ou ervilhas, milho e raízes.” (KNIVET; p.228).

Algumas características registradas por Knivet dão indicações sobre condições peculiares enfrentadas por essas excursões ao interior do continente na época. Durante todo o trajeto as tropas utilizavam “canibais” como guias. Mesmo antes de qualquer combate, teriam ocorrido diversas baixas por doenças e fome. E, ainda, o que pode ser interpretado como uma soma dessas duas condições anteriores, a ocorrência do receio da tropa de que os guias estariam informando caminhos errados para sabotar a expedição, como registra Knivet: *“Isto levou os portugueses a conjurarem-se e representarem ao capitão que, ao seu ver, o fim dos canibais era levá-los por ali e acolá até que perecessem.”* (KNIVET; p.232). Em nosso entender, podemos considerar que as cenas de interação descritas na narrativa que acabamos de nos referir, no que envolve os encontros entre os colonos luso-brasileiros e as populações indígenas, parecem revelar um equilíbrio dinâmico de forças que difere fundamentalmente do modelo de encontro entre “civilização” e “barbárie”.

A expedição, segundo o relato de Knivet, teria terminado sem encontrar os Tamoios, apesar de afirmar ter encontrar a aldeia dos mesmos abandonada e lá ter permanecido por dois meses. No seu registro de um episódio em que teria sido condenado a morte por Martim de Sá em função de desordens envolvendo um primo daquele “capitão”, Knivet fornece uma indicação do caráter de negócio particular⁷⁵ que a missão de proteção aos Guaianá teria se revestido, presente na fala atribuída a um grupo de colonos ditos “portugueses” que procuravam interceder para que poupassem a sua vida:

⁷⁵ Apesar do caráter “particular” desta expedição, Knivet registra que nela havia assistência religiosa, como no trecho em que comentando a situação de fome em certa altura da viagem afirma: *“Comemos também um couro de vaca que o frade trazia para resguardar da chuva o seu serviço”* (KNIVET; p.231). Nas missões de negócio com as aldeias na compra de índios não encontramos registro dessa presença. Em tempo, o tradutor, em nota quando o termo frade aparece pela primeira vez, esclarece que: *“O tradutor holandês usa invariavelmente da palavra **monnik** (monge) para designar, quer frade, quer padre. É*

“Encolerizaram-se então os portugueses com o carrasco. João de Sousa, Graned del Galbo, Fostino Albanos e uma grande parte dos portugueses entraram a murmurar, perguntando uns aos outros: “Que poder tem o capitão para dar morte a este homem? Não viemos a estes sertões em serviço do rei, senão em proveito próprio, e o capitão não é mais que um filho bastardo do governador.” Do que resultou ficar sustada a execução.” (KNIVET; p.237).

Ao tomarem a decisão de retornar ao Rio de Janeiro, Knivet relata que ele e um grupo de doze “portugueses” teriam resolvido permanecer no interior, encerrando o capítulo II com a descrição desse episódio, onde justifica a sua decisão e a do grupo que o teria acompanhado:

“Desta aldeia tornaram os portugueses para casa, menos eu e doze galhardos mancebos, pois pedimos ao capitão a nossa dispensa afim de irmos correr aventuras, o que nos foi concedido.

*Quanto a mim, solicitei a minha dispensa, porque receava que o capitão me maltratasse durante a volta. Demais, parecia a todos pouco avisado voltarmos ao Rio de Janeiro, uma vez que não sabíamos onde estávamos, e não ousávamos retornar o caminho por onde viéramos, pois os **Pories, Lepos, Tominenos** e outros canibais, vendo-nos tão fracos, certamente haviam de dar sobre nós.” (KNIVET; p.238).*

Knivet deu ao terceiro e último capítulo o título: “Singulares peregrinações de Knivet e doze portugueses – Estes são vítimas dos selvagens antropófagos – Knivet assiste entre os selvagens e depois entre os portugueses – Foge para Angola, de onde é reenviado para o Brasil – Depois de muitas aventuras parte para Lisboa”. Nas páginas iniciais descreve sua aventura com os companheiros luso-brasileiros, entremeando sugestões da presença de metais preciosos, e não registra nenhum encontro com indígenas durante as primeiras semanas. Em seguida, temos o encontro com uma aldeia, cujos habitantes teriam massacrado todos os ditos “portugueses” do grupo em rituais semelhantes aos descritos por Jean de Lery ⁷⁶, em obra publicada pela primeira vez em 1578, tendo Knivet sido poupado pela conveniente combinação que teria feito o mesmo se declarar francês, enquanto os demais teriam assumido serem “portugueses”. Segundo Knivet, estaria nessa ocasião entre os Tamoios, os quais teriam afirmado que seus antepassados tinham sido amigos dos franceses, Knivet os acompanharia em ações de combate contra os Temiminós, e habitaria entre eles por diversos meses. Após a

assim, por exemplo, que se exprime com relação aos jesuitas, que não eram monges.” (KNIVET; p.187, nota3).

⁷⁶ DE LÉRY, Jean *Viagem à Terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961. Trad. Sérgio Milliet. Primeira edição – 1578.

descrição de muitas viagens e enfrentamentos com outros grupos que teria testemunhado durante a sua permanência entre os Tamoios, Knivet narra a queda de seus novos companheiros, quando, após conquistarem uma aldeia dos Carijós, no litoral, a perderam nas mãos das forças de Martim de Sá. Registro que reproduzimos a seguir:

“Passando a notícia de S. Vicente ao Rio de Janeiro, equiparam logo os portugueses uma frota de caravelas e canoas, cujo comando foi dado a Martim de Sá, que já se achava de volta de sua viagem ao rio Javary, onde eu havia me apartado dele.

Chegados os portugueses, saíram a noite contra nossa aldeia e a cercaram. Pelas três horas da madrugada um índio, que viera com os portugueses, gritou aos nossos que se não mexessem, pois do contrário seriam passados todos à espada. Os Tamoios, ouvindo o que lhes dizia o índio, entraram a fazer grande soada com seus arcos e flechas; mas, apenas os portugueses dispararam um tiro, ficaram todos mofinos e sem pingo de sangue metidos em suas redes.

Quando amanheceu, dando comigo o filho de meu amo, persignou-se e benzeu-se. Perguntou-me onde ficaram meus companheiros, respondi-lhe que os índios os mataram e comeram.

Pelas dez horas foram tirados das casas e interrogados os índios. Alguns deles asseguraram que eu os movera a matarem os portugueses, mentira que, se se confirmasse, acarretar-me-ia a morte. Mas aprouve a Deus desmascarar os caluniadores pela própria boca dos índios.

Após isto os portugueses mataram, em número de dez mil, todos os velhos e mulheres, e particularmente os que eram réus no assassinato dos meus companheiros. Os vinte mil restantes foram repartidos como escravos.

Assim voltei à casa do meu velho amo, e fui enviado com os Tamoios para um engenho que ele levantara recentemente.” (KNIVET; pp.247-248).

Após alguns meses a serviço do governador Salvador Correia de Sá, transportando madeira nas matas junto aos outros escravos, Knivet relata seu engajamento em uma missão contra os Goytacazes. Em função de notícias vindas de Cabo Frio de que teriam se instalado em “*certos sítios dantes ocupados pelos Tamoios*”, registra Knivet: “*Salvador Correia de Sá despachou para ali seu filho Gonçalo Correia de Sá, e eu tive de acompanhá-lo, posto que de má vontade.*” (KNIVET; p.249). No retorno desta ação, que teria contado com o apoio de um grupo Tamoio remanescente na região, Knivet conta ter se reabilitado junto ao governador: “*Quando chegou à casa deu Gonçalo Correia de Sá tão favorável testemunho de mim a seu pai, que este me ordenou que velasse sobre ele por toda parte.*” (KNIVET; p.250).

Neste ponto, Knivet registra mais uma amostra das recorrentes ameaças de ataque por forças provenientes de nações européias sofridas nas posições do continente ocupadas pelos “portugueses”. Situação que pode ser interpretada como mais uma indicação para o interesse de parte de Martim de Sá em formar um mediador intercultural conhecedor da língua flamenga, e posicioná-lo entre os indígenas, como parte

integrante e importante das forças de defesa, como pode ter ocorrido no caso de Roulox Baro. Assim tendo registrado Knivet, o mencionado episódio: *“Por esse tempo veio de Portugal a notícia de que uma frota inglesa estava a partir para o Brasil. Esta notícia levou o governador a mandar levantar um forte sobre certa altura à boca do porto.”* (KNIVET; p.251). Situação que teria se repetiria, por exemplo, já sob o governo de Francisco de Mendonça e Vasconcelos (1599-1601), desta vez com o seguinte registro: *“Neste mesmo ano lançaram âncoras à boca do porto quatro navios holandeses, do que se causou tomar armas toda a cidade.”* (KNIVET; p.259).

Nas aventuras narradas a partir deste ponto, as poucas referências envolvendo o convívio com povos indígenas ocorrem durante uma viagem que Salvador Correia de Sá teria feito à Pernambuco, já depois de ter sido substituído no governo por Francisco de Mendonça e Vasconcelos ⁷⁷, da qual Knivet teria participado. Durante a ida, ainda embarcados na urca em que deixaram o Rio de Janeiro, ao se verem embaraçados nos recifes próximos da costa, distante, segundo Knivet, quarenta léguas de Pernambuco, o governador o teria mandado desembarcar e dialogar com indígenas que teriam sido avistados na praia, para *“saber que costa era aquela e se podíamos ir por terra a Pernambuco.”* (KNIVET; p.264). Estes teriam informado não estarem longe do Rio de S. Francisco, e, ainda, que *“eles eram escravos dos portugueses de Pernambuco, e haviam levado gado à Bahia, de onde voltavam para casa.”* (KNIVET; p.265). O governador e sua comitiva, segundo os registros de Knivet, teriam desembarcado e continuado a viagem por terra e navegando por rios da região.

Após seu retorno a Pernambuco, Knivet narra sua ida para Lisboa na frota que levou Salvador Correia de Sá àquela cidade, onde terminaria seus registros sem incluir como teria conseguido retornar a Inglaterra. Algumas observações de Knivet ao longo de sua narrativa apontam para a presença de indivíduos com origem em diversas regiões, tanto em seu período embarcado, quanto no Rio de Janeiro, Pernambuco ou Lisboa. Enquanto na expedição de Cavendish, Knivet registra uma conspiração envolvendo dois japoneses e um português; além das diversas indicações que parecem levar a impressão de que o português era uma língua cujo conhecimento seria essencial

⁷⁷ Francisco Mendonça e Vasconcelos teria governado a cidade do Rio de Janeiro de 1599 até 1602, ano em que foi substituído por Martim de Sá, que teria governado até 1607; tendo, ainda, este último um segundo mandato de governador entre 1623 e 1632. Para a relação dos governadores da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XVII veja-se Coaracy, V.; Op. Cit., p.xxxvi.

para quem se envolvesse nas grandes navegações⁷⁸. Durante sua permanência na região do Rio de Janeiro, como exemplo de indicação da presença dessa multiplicidade de etnias européias, podemos lembrar, como exemplo, o seguinte trecho:

“Andava eu então nas graças do governador, e pelo meu valimento receberam os prisioneiros todos os favores que pude obter, particularmente em deles chamado Robert Heixt, que os outros disseram ser pessoa nobre.

Durante obra de três meses assistimos em um povoado na costa, onde um tal de Thomas Cooper, homem casado, residia e fazia o seu negócio. Éramos nove ingleses e três neerlandeses.

Aí resolvemos assenhorear-mos de uma das embarcações do Rio da Prata, quando elas viessem ao porto, e nela fugir.

Freqüentava eu diariamente com Heixt a casa de um português, onde eu era mui bem visto. Uma certa noite foi Heixt a essa casa, e furtou uma bolsa com sessenta piastras e duas ou três moedas holandesas.” (KNIVET; p.255).

Em Pernambuco, Knivet afirma ter encontrado dois ingleses: *“um deles era um gentil-homem chamado Thomaz Turner; o outro chamava-se Musgrave, e era piloto de uma fusta de Newton, negociante em Londres.”*; acrescentando que: *“Por conselho meu Turner foi ao Rio de Janeiro, e daí se passou para Angola, onde realizou grandes lucros, negociando com suas mercadorias, pelo que me agradeceu depois na Inglaterra.”* (KNIVET; p.269). Transcrevemos, a seguir, como exemplo dessa mesma circunstância multi-étnica que parecia cercar o “eixo” Europa – Novo Mundo na virada do século XVI para o XVII, o trecho que registra uma parte de sua estadia em Lisboa, última etapa de seu relato:

“Tendo saído do hospital, pareceu-me mais acertado abandonar a casa do meu amo e procurar meios de vida. Comestas vistas dirigi-me à alfândega do rei, onde, entre toda sorte de estrangeiros, encontrei alguns escoceses, que procuravam quem os entendesse. Ouvindo isto, ofereci-lhes os meus serviços, e ganhei tanto quanto desejava, pois me pagavam muito bem o meu trabalho de traduzir (ou interpretar).

Propuseram-me vários negociantes holandeses que eu tornasse, em proveito deles, ao Brasil e às Índias; respondi-lhes que desejava visitar primeiro a Inglaterra, pois alimentava a esperança de poder ganhar aí honradamente o meu pão.” (KNIVET; p.271).

⁷⁸ Sobre essa circunstância, temos a consideração de J. De Sousa Leão, filho, em seu “Prefácio da Tradução” do *Toortse der Zee-vaert* de Dierick Ruiters, de 1623, quando afirma, sobre o holandês escrito por Ruiters: *“Seu pedestre e por vezes cru “zelandês” curiosamente impregnado de portuguesismos, comprova, que o português na época foi a língua franca do navegante na rota da África.”* (RUITERS; p.7).

A presença de portugueses e indígenas aliados na Ilha Grande aparece indicada ao longo de diversos episódios. O mesmo ocorrendo com a destruição de suas casas nas mãos de visitantes hostis, como na narrativa da parada do *Galleon Leicester*, quando Knivet registra: “*A tarde pusemos fogo a um navio novo, queimamos todas as casas, e...nos fizemos a vela desta ilha.*” (KNIVET; p.188). Encontramos registros em vários pontos da narrativa de Knivet com relação a Ilha Grande, palco onde teria ocorrido a captura pelas forças de Martim de Sá do navio Blauwen Zeeu, em 1617, com o conseqüente envio do grumete Roulox Baro para, aos sete anos de idade, habitar em uma aldeia no continente. Além de ser mencionada como ponto de encontro de Knivet com Martim de Sá no retorno das duas missões relatadas para negociação de escravos indígenas, como vimos anteriormente, a Ilha Grande é citada como ponto de parada para abastecimento de embarcações, caso do *Galleon Leicester* (KNIVET; p.187); do *Desire* em seu retorno do Estreito de Magalhães (KNIVET; p.251); sendo essa característica de ponto de parada dos navios evidenciada no trecho que reproduzimos a seguir:

“Obra de dois meses depois aportou na Ilha Grande um pequeno navio de guerra, cujo capitão chamava-se Abraham Kock. Andava espreitando os navios que estavam a vir do Rio da Prata, e certamente os teria apresado se não lhe fugisse um batel cinco dos seus, os quais descobriram que o dito navio ali se achava. E, com efeito sete dias depois da partida de Abraham Kock surgiram no mesmo porto três caravelas.” (KNIVET; p.255).

Do que compilamos da narração de Antony Knivet, destacamos algumas impressões que podem ajudar em uma visão de alguns aspectos relevantes para uma tentativa de interpretação do ambiente onde Roulox Baro teria passado os primeiros anos de sua estada no Brasil. Entre elas podemos destacar a posição e o poder de Martim de Sá e seus índios no entorno da cidade do Rio de Janeiro, ainda antes de ter se tornado governador. Martim de Sá manteve alianças com aldeias que permaneciam com o direito de viverem livres em seus territórios em troca da ação como “coletoras” de indígenas de outros grupos para serem negociados com os prepostos do Governador. Alianças, estas, que chegavam a causar a mobilização de grandes expedições, com a participação de contingentes de colonos “portugueses”, para socorrê-las em caso de ameaça grave de outros grupos indígenas, bem como a particularidade da constituição das forças de defesa da posição dos “portugueses” no continente, os colonizadores tiveram que agir em meio à preponderância do elemento indígena tanto em número, quanto em certos aspectos culturais como transporte e armamento.

Além da importância da presença de indivíduos que aliassem a força simbólica de ser um “homem branco” e o conhecimento dos valores culturais dos indígenas, tanto para a liderança de expedições comerciais como nas ações de combate. E, para o caso específico de uma possível “utilidade” para Roulox Baro, poderíamos destacar também o início da presença dos holandeses como ameaça, e a necessidade de Martim de Sá contar com intérpretes que facilitassem a obtenção de informações de eventuais prisioneiros e desertores.

Sobre as circunstâncias que se apresentavam nesta região da costa brasileira na época da chegada de Roulox Baro, contamos com o depoimento do capitão do navio que o teria transportado, Dierick Ruiters, da província da Zelândia, através da tradução de Joaquim de Souza Leão, filho, para os capítulos referentes ao Brasil de seu livro *A Tocha da Navegação (Toortse der Zee-vaert)*, cuja primeira edição é de 1623⁷⁹. Os seus comentários sobre as causas de sua detenção pelos portugueses e indígenas (os quais denomina de americanos) na Ilha Grande em 1617, trazem, ao nosso ver, indicações valiosas para uma avaliação da estratégia das forças combinadas de colonos e indígenas na defesa de suas posições. Reproduzimos, a seguir, o trecho do “Prefácio” do *Toortse der Zee-vaert*, de Dierick Ruiters, que inclui alguns destes comentários:

“A causa principal do engano ao chegar a todas estas costas, situadas ao sul do Trópico de Câncer, é que, não se encontra gente e a terra está em geral coberta de densas matas, jamais penetradas pelos homens. Não se encontra cabana, pegadas ou qualquer indício que faça suspeitar a presença de seres humanos. Toma-se água, corta-se madeira, anda-se pelos bosques, volta-se a bordo e desembarca-se outra vez, não suspeitando que se possa ser atacado aprisionado ou morto, ainda que estejamos armados de espingarda e tudo mais. Foi o que me aconteceu, para minha desgraça, numa ilha deserta e ainda desabitada, sendo agredido e preso por americanos e portugueses, por isso quero aconselhar o próximo a que esteja sempre alerta e não desembarque na moita – é o que me parece mais prudente – sobretudo se há possibilidade de espanhóis e portugueses na vizinhança, mas, saltando em terra, dispare seu mosquete duas ou três vezes, para que eles apareçam e não se apanhem, não somente uma vez mas quantas te aproximares de terra em teu bote. Não havendo porém, espanhóis e portugueses e se quiseres falar com os nativos, não atires para que não se espantem. Poderia citar aqui os nomes de muitos comandante hábil, Almirante e Vice-Almirante (ingleses, franceses como de nossa nação), que, por causa de surpresas dessas, perderam gente e só a muito custo se salvaram.” (RUITERS; pp.23-24).

⁷⁹ RUITERS, Dierick *A Tocha da Navegação*, Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 269, outubro-dezembro de 1965, pp. 3 a 84, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

Segundo informa o texto introdutório da edição que utilizamos da obra de Ruiters⁸⁰, este “*esteve na América do Sul em 1617... no mesmo ano...foi feito prisioneiro em Angra dos Reis e de lá foi levado para o Rio de Janeiro, onde se encontrava em 1618*” (RUITERS; p.11). Após descrever as fortificações que protegeriam a cidade do Rio de Janeiro, Ruiters diz: “*Mas, a principal defesa são mesmo os brasilienses mantidos, em maioria, pelos portugueses sob a escravidão e são-lhes tão obedientes que entrariam para eles no fogo*” (RUITERS; p.64). Sobre estes “brasilienses” sob escravidão dos portugueses, o capitão afirma que “*Nestes é que os portugueses confiam*”, descrevendo dois dos serviços habituais a que estavam submetidos, no trecho que transcrevemos a seguir:

“As saídas que estes fazem ao mar quando vêm na costa alguma navio de nacionalidade alemã, francesa ou inglesa, visam, por toda sorte de astúcias, atraí-lo à terra, para se assenhoarem do mesmo e matar a tripulação. As expedições que fazem em terra são contra os próprios habitantes que não querem se submeter à escravidão, os quais por isso chamam os portugueses de “Levantados”, que é o mesmo que dizer rebeldes.” (RUITERS; pp. 64-65).

Na edição da *A Tocha da Navegação* que utilizamos, foi incluída uma tradução para o “*Requerimento da mulher do piloto Dirck Ruyter para solicitar cartas de recomendação em favor de seu marido, preso na Baía de Todos os Santos, às autoridades lá, 1618*”, no qual “*Catharyna Willems, esposa de Dirck de Ruyter, de Middelburgh na província da Zelândia*” explica aos “Nobres e Altos Senhores” o que teria ocorrido ao seu marido e solicitava uma recomendação em língua espanhola dirigida ao “Governador Geral da Baya de Todos Santos”, pedindo a sua libertação. Reproduzimos a seguir um trecho que mostra uma descrição do ponto de vista do “derrotado” nas estratégias desenvolvidas pelas forças lideradas por Martim de Sá na defesa de suas posições:

“que ele partiu como piloto no Blauwen Zeen, e não obstante ter navegado segundo as instruções, foi surpreendido por ventos contrários, aos 23 graus sul do equador, e, desviado da rota em direção à costa, desembarcou desarmado, para tomar água. Lá foi surpreendido, cercado e preso, não sabendo que ali encontraria gente, pois em ocasião anterior não vira ninguém, razão pela qual não levava armas. Em seguida, foi seu marido levado com mais dois homens para Rio de Genero, dali para outro lugar e afinal para a Baya de todos Santos” (RUITERS; p.84^A).

⁸⁰ “Introdução – D. Ruiters e A Tocha” de S. P. L’Honoré Naber.

Em *O Roteiro do Rico Brasil... (Reysboeck van het Rycke Brasilien...)*⁸¹, publicado em 1624, de autoria desconhecida, considerado pelo tradutor Joaquim de Sousa Leão, filho, “o primeiro livro na opulenta bibliografia de viagens holandesas do século dezessete que trata exclusivamente do continente sul americano e em especial do Brasil”⁸², temos, na parte onde se descreve a Ilha Grande, o registro de um episódio que, como veremos adiante, teve a participação das forças de defesa de Martim de Sá:

“Nesta ilha, Spilberghen perdeu alguns de seus homens, entre os quais o tenente François de Chena, que recebeu ferimentos graves e foi levado para a baía de Todos os Santos e lá mantido preso até que conseguiu escapar arditosamente, voltando à pátria. Promovido a capitão, mandaram-no, de novo, à Bahia, a fim de vingar-se da mão mutilada, praticando alguns assaltos que ele mesmo dirigiu.” (Revista do IHGB, v.303 – Abril-Junho – 1974; p.198).

Deste episódio⁸³, temos o registro no capítulo nono do livro quinto da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador⁸⁴, obra escrita ao longo da terceira década do século XVII, no qual aparecem as principais características comuns às ações envolvendo as forças combinadas de portugueses e indígenas lideradas por Martim de Sá na defesa das posições da União Ibérica no continente.

*“Neste tempo sendo capitão-mor do Rio de Janeiro Constantino de Menelau, que sucedeu a Afonso de Albuquerque, foi aportar à enseada do rio da Marambaia, que dista nove léguas abaixo do Rio de Janeiro, uma armada de seis naus holandesas, cujo general se chamava Jorge: soube-o Martim de Sá, que tinha um engenho ali perto na Tijuca, e entendendo como experimentado que por necessidade de água iam ali, e que haviam de desembarcar com o beneplácito do capitão-mor, a quem escreveu, se foi lá uma noite com doze canoas de gente, em que iriam 300 homens portugueses, e Índios, os quais deixando-as escondidas no rio, se desembarcaram delas, e conjeturando por três batéis, que viram na praia da enseada, que andavam holandeses em terra, como de feito andavam uns à água, outros às frutas, bem descuidados, os cercaram, e deram sobre eles tão subitamente, que ainda que se quiseram defender trinta e seis holandeses que eram, não puderam, antes lhes mataram 22, e cativaram 14 com as lanchas, sem que das naus lhes pudessem valer, porque ficavam longe, e logo se fizeram à vela para seguir sua viagem, que era para o estreito de Magalhães, e por ele ao mar do Sul...”*⁸⁵

⁸¹ *Roteiro do Rico Brasil*. Tradução, introdução e notas por Joaquim de Sousa Leão, filho. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.303 – Abril-Junho – 1974. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.

⁸² Revista do IHGB, v.303 – Abril-Junho – 1974; p.181.

⁸³ Episódio que teria ocorrido em outubro de 1614. Sobre a expedição liderada por Joris Van Spilbergen ao “mar do sul”, veja-se NETSCHER, Pieter Marinus. *Holandeses no Brasil, notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mário Sette. São Paulo : : Cia. Ed. Nacional, , 1942.

⁸⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Literatura Brasileira. Textos literários em meio eletrônico. Edição de base: Biblioteca Nacional – setor de obras digitalizadas. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/Buscar.html?letraObras=*&PO=5&portal=55, visita junho de 2005.

⁸⁵ Os trechos reproduzidos da crônica de Frei Vicente do Salvador estão referenciados pelo capítulo e pelo livro correspondentes, não constando numeração de página na versão virtual consultada, a saber: Edição

A partir de uma análise da rede de fortificações na Baía de Ilha Grande ⁸⁶, encontramos uma síntese da estratégia de Martim de Sá para a defesa da costa, no trecho: “*Para a vigilância constante do litoral, Martim de Sá utiliza como estratégia o deslocamento de aldeias de índios de outras áreas para as bandas de Cabo Frio e baía de Ilha Grande, de forma a garantir a defesa.*” Sobre o episódio envolvendo a expedição de Joris Van Spilbergen e a participação de indígenas provenientes de aldeamentos administrados por jesuítas nas ações de Martim de Sá, temos que:

“Joris van Spilbergen (1614), comandante holandês, esteve por um bom tempo ancorado provavelmente próximo às ilhas de Jaguanon e Itacuruçá, até que Martim de Sá, avisado pelos índios de sua sesmaria, atacou com o auxílio dos índios do aldeamento de São Barnabé, as embarcações holandesas que se encontravam na enseada da Marambaia.” ⁸⁷

Certamente, existe a possibilidade de Roulox Baro ter sido abrigado em uma aldeia sob a administração de jesuítas, entretanto, não encontramos nenhuma referência que pudesse levar a essa conclusão, nem em seu relato, nem nas referências a ele nas crônicas coevas e nos documentos já analisados. Esta opção de fato pouco provável, tendo em vista a sua condição de ser originalmente da Igreja Reformada, e Martim de Sá dispor de aldeias onde não precisaria dividir sua autoridade com a Companhia de Jesus para alocar seus “escravos”, como mostra a narrativa de Knivet, apontado como “luterano” ⁸⁸.

de base: Biblioteca Nacional – setor de obras digitalizadas. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/Buscar.html?letraObras=* &PO=5&portal=55.

⁸⁶ Na “Apresentação” do projeto conjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp e do Laboratório de Antropologia Biológica da Uerj para o estudo das estratégias de ocupação e defesa do litoral fluminense.

⁸⁷ Este trecho é o anterior, referentes a “Apresentação” do projeto conjunto LAB/UERJ – NEE/UNICAMP, conforme Nanci Vieira de Oliveira – LAB/UERJ, Pedro Paulo A. Funari – NEE/UNICAMP, “Projeto Conjunto – Estratégias de ocupação e defesa do litoral sul fluminense: uma análise da rede de fortificações na baía de Ilha Grande”. Disponível em http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/ilha_grande.html.

⁸⁸ Nos registros de sua prisão, quando tentava alcançar um navio inglês para fugir, Knivet comenta: “Estive encerrado quatorze dias, jazendo no chão como um cachorro, e tendo por único alimento água e farinha de cassave. Tendo resistido a toda essa miséria, condenaram-me à forca por transfuga e luterano.” (KNIVET; p.216).

Nos registros do jesuíta Fernão Cardim (1548-1625) referentes à visita que fez à capitania do Rio de Janeiro, entre dezembro de 1584 e janeiro de 1585 ⁸⁹, o padre informa ter sido recebido pelo governador (Salvador Correia de Sá), descrevendo, entre os festejos organizados pelos principais da terra para a chegada da missão, uma procissão marítima com a presença de “*algumas vinte canoas bem equipadas*”, e que “*entre elas vinha Martim Afonso, comendador de Cristo, índio antigo...grande cavaleiro e valente, que ajudou muito os portugueses na tomada deste Rio.*” (CARDIM; p.208), e, ainda, “*uma dança de meninos índios, o mais velho seria de oito anos, todos nusinhos*” executada em frente a “*nossa igreja.*” (CARDIM; p.209). Sobre os aldeamentos jesuíticos no Rio de Janeiro, temos o seguinte registro:

“*Têm os padres duas aldeias de índios, uma delas de S. Lourenço, uma légua da cidade por mar; e a outra de S. Barnabé, 7 léguas também por mar, terão ambas três mil índios cristãos. Foi o padre visitador à de S. Lourenço, aonde residem os padres, e dia dos Reis lhes disse missa cantada oficiada pelos índios em canto d’orgão com suas frutas; casou alguns em lei de graça, e deu a comunhão a outros poucos. Eu batizei dois adultos somente, por os mais serem todos cristãos.*” (CARDIM; p.209) ⁹⁰.

Nestes aldeamentos ⁹¹, com exceção dos breves períodos em que leigos foram designados para administrá-los, a presença de brancos no interior das aldeias costumava ser proibida, como indica Celestino de Almeida ⁹². A autora acrescenta que tal proibição não teve efeito prático no Rio de Janeiro, pois “*Ali, brancos, mestiços e negros não apenas freqüentavam, mas trabalhavam e viviam no interior das aldeias, pois desde o início do seiscentos aforavam terras, pelo menos em São Barnabé e São Lourenço.*” (ALMEIDA; pp131-132). A autora analisa ainda o papel dos aldeamentos em relação à integração dos índios à colonização em suas duas vertentes principais. Se a política de aldeamentos religiosos tinha a função primordial de reunir os índios aliados em grandes aldeias próximas aos núcleos portugueses, onde sob a administração espiritual e temporal dos jesuítas tornar-se-iam súditos cristãos, a prática de descer índios, constituir

⁸⁹ Presentes em sua “*Informação da Missão do P. Christovão Gouvêa as Partes do Brasil – Anno de 83, ou Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica*”, incluída na edição CARDIM, Pe. Fernão. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

⁹⁰ Neste mesmo documento, o padre Fernão Cardim, ao descrever a visita à Capitania do Espírito Santo, afirma que “*Os portugueses têm muita escravaria destes índios cristãos.*” (CARDIM; p.206).

⁹¹ Este aldeamento de São Barnabé, na época se localizava em uma região próxima à lagoa de Maricá. Sobre esta aldeia, veja-se OLIVEIRA, Nanci Vieira de. *São Barnabé: lugar e memória*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese de doutorado.

⁹² Em seu trabalho ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

e administrar aldeias eram atividades que atraíam também os colonos, podendo significar a possibilidade de controlar um grande contingente de índios ou privilégio na repartição do seu trabalho. Não raramente eles pediam permissão para realizar estas expedições, principalmente no século XVII, quando os escravos negros eram caros e pouco acessíveis.

Durante todo o período colonial, a Coroa e os missionários tiveram objetivos ambivalentes quanto à forma de integrar os indígenas, pois visavam torná-los súditos cristãos e força de trabalho, contra a pressão contínua dos colonos, mais interessados em tê-los como mão-de-obra ou soldados numa força militar.

Quando do estada de Cavendish em Santos (1591)⁹³, o escritor Thomas Lodge encontrou, e levou consigo em seu retorno à Inglaterra, um manuscrito da biblioteca dos jesuítas que seria um exemplo da tentativa dos missionários de tornar acessíveis aos indígenas as fórmulas da Igreja, com o título “Doutrina Christãa na lingua Brasilica”, que seria uma tradução e adaptação de um catecismo para a língua do gentio (CAVENDISH; pp22-23). As aldeias missionárias, embora povoadas predominantemente por índios de origem Tupi, também abrigavam residentes provenientes de outras origens étnicas, tornando-se os principais focos da interação entre jesuítas e índios, campo onde teria sido sistematizada uma “língua geral” baseada no Tupi falado, que se tornaria o principal instrumento de uma política lingüística que a tornaria o “idioma colonial”⁹⁴.

Sobre a ação de Martim de Sá na fundação e administração de aldeamentos no Rio de Janeiro do início do século XVII, Celestino de Almeida indica ser ele o responsável pelo primeiro aldeamento fora da administração da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro. Ao abordar a ocupação da região a sudoeste da baía de Guanabara, no mencionado período, a autora registra o estabelecimento de duas aldeias, a de São Francisco Xavier de Itinga (depois Itaguaí), sob a administração dos jesuítas, e a de Mangaratiba, cujo controle é atribuído a Martim de Sá, afirma:

⁹³ Segundo nos informa David B. Quinn, em CAVENDISH, Thomas *The last voyage of Thomas Cavendish*. Edited and with an Introduction by David B. Quinn. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

⁹⁴ Sobre essa “política lingüística, esposada pelos jesuítas e encampada pelos colonos particulares e pelas autoridades régias” que transformaria a “língua geral” na “língua mais usada na costa do Brasil”, veja-se MONTEIRO, John M. “Traduzindo tradições: Gramáticas, Vocabulários e Catecismos em Línguas Nativas na América Portuguesa”. In. Pais de Brito Joaquim. *Os Índios, Nós*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000. Pp.36-43.

“Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba foi a primeira aldeia não jesuítica do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se com índios tupiniquins trazidos de Porto Segura por Martim de Sá, aos quais depois misturaram-se outros vindos de diversas aldeias. Martim de Sá demarcou e cedeu parte de suas terras para os índios nela se estabelecerem e cultivarem. Foi sempre uma aldeia pequena que não contava com a assistência dos jesuítas e, até o século XVIII, não teve missionários ali residentes.” (ALMEIDA; p.88).

A autoridade de Martim de Sá nas questões que envolveriam uma possível estadia de Roulox Baro em uma aldeia na região do Rio de Janeiro, que transparece nos registros de Knivet, aparentemente só teria aumentado com o seu primeiro mandato como governador, entre 1602 e 1607. É o que parece indicar a referência a um alvará de 22 de fevereiro de 1618 nomeando Martim de Sá, *“administrador dos serviços de guerra, com a superintendência das gentes e índios de todas as aldeias da costa.”* (COARACY; p.46), que encontramos, no *O Rio de Janeiro do Século Dezesete* de Vivaldo Coaracy; Coaracy comenta que este ato representaria uma restrição a autoridade do então governador da cidade, Rui Vaz Pinto, cujo mandato teria coberto o período de 1617 a 1620. Martim de Sá, ainda segundo nos informa Coaracy, cumpriria um segundo mandato como governador do Rio de Janeiro, entre 1623 e 1632 (COARACY; pp.57-79).

Em *“Instrumentos de conquista: O papel da cartografia no desenvolvimento do poder naval batavo”*, ensaio de autoria do Almirante Max Justo Guedes ⁹⁵, podemos acompanhar o processo pelo qual a navegação flamenga, basicamente costeira, procurou, ao longo do século XVI, enfronhar-se na arte de navegação de longo curso, bastante desenvolvida pelos portugueses, promovendo uma intensa publicação de roteiros, livros náuticos e cartas de marear, que, nas últimas décadas dos quinhentos já dominavam o mercado especializado, ampliando os horizontes dos navegadores batavos.

Segundo José Antônio Gonsalves de Mello ⁹⁶, a mais antiga notícia da presença no Brasil de navios holandeses é do ano de 1587, quando Robert Withrington, ao atacar a Bahia, encontrou ancorada no Recôncavo uma urca de Vlissingen de 250 toneladas fretada por um “mercador flamengo”. Esta contava com mais de cem navios holandeses e alemães em serviço de transporte no Brasil no período de 1587 a 1599, e que de 1600

⁹⁵ GUEDES, Max Justo. “Instrumentos da conquista: O papel da cartografia no desenvolvimento do poder naval batavo”. In. TOSTES, V. L. B., BENCHETRIT, S. F. Orgs. *Seminário Internacional “A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005. Pp. 43-88.

⁹⁶ Em “O Domínio Holandês na Bahia e no Nordeste” ⁹⁶, incluído na obra organizada por Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, cuja primeira edição é de 1961.

a 1605 esse total deveria ser pelo menos duplicado. (GONSALVES DE MELLO, 2003; p.261).

Esta situação de ameaça de ataque de uma grande frota holandesa, que se concretizaria em 1624 na Bahia e em 1630 em Pernambuco, levaria os responsáveis pela administração das posições luso-brasileiras na região do Rio de Janeiro a adotarem diversas providências de defesa, entre as quais a formação de aldeamentos e a mobilização das populações indígenas aliadas ⁹⁷. Neste contexto, podemos supor o interesse pela manutenção de elementos com conhecimento da língua flamenga entre os “flecheiros”, uma das possíveis utilizações de Roulox Baro durante sua possível estadia na região do Rio de Janeiro.

Partindo da suposição de que a presença em Recife de um holandês, com as características que Pierre Moreau mencionou em sua crônica ⁹⁸, ou seja, que teria “convivido desde a sua juventude com os tapuias” e “sabia perfeitamente sua língua e era muito querido deles” (MOREAU, BARO; p.66), não ficaria sem registro por muito tempo, podemos avaliar que Roulox Baro teria se dirigido àquela cidade por volta do início da década de 40 do século XVII, época correspondente à primeira menção conhecida das suas atividades de explorador para a Companhia das Índias Ocidentais ⁹⁹. Outra evidência que apontaria para ter sido a transferência de Baro para terras pernambucanas ocorrido no referido período, seria a trégua entre Portugal e Holanda assinada na mesma época, o que teria facilitado o seu deslocamento para o território ocupado pelos holandeses. Sobre os efeitos dessa trégua nas relações entre a administração dos territórios ocupados pelos batavos e as autoridades das posições dominadas pelos “portugueses”, transcrevemos o registro de Joan Nieuhof, em sua crônica ¹⁰⁰:

“Em junho de 1641, o Conde Maurício e o Grande Conselho foram informados da conclusão de uma trégua de dez anos entre os Estados da Holanda e o Rei de Portugal, bem como de todas as cláusulas a ela pertinentes. Os termos desse tratado foram

⁹⁷ Sobre este conjunto de providências, veja-se ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. Especialmente pp. 123-125.

⁹⁸ MOREAU, Pierre., BARO Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1979.

⁹⁹ Segundo Gonsalves de Mello, em 1643 Baro teria sido mencionado como já tendo efetuado serviços como explorador para a Companhia das Índias Ocidentais. Sobre o assunto, veja-se GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo de Flamengos*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978. Especialmente: pp.202-203, nota 15

¹⁰⁰ NIEUHOF, Joan *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues.

divulgados em todas as nossas Capitânicas, por meio de proclamações, cessando, assim, as hostilidades de ambas as partes. Passaram, então, os holandeses a viver em boas relações com os moradores da Bahia, oferecendo-lhes amplas demonstrações de amizade, suficientes para convencer os portugueses de que jamais teriam motivo para temer, de nossa parte, qualquer infração da trégua pactuada.” (NIEUHOF; p.108).

Além da sua eventual participação no “comércio” de escravos indígenas, e no esquema de defesa da costa em torno do Rio de Janeiro, dentro do período que vai de sua chegada, em 1617, até seu provável deslocamento para Recife, no início dos anos 1640, podemos supor a participação de Roulox Baro em outras atividades que teriam contado com a participação de contingentes indígenas. Uma delas seria uma possível participação na expedição que Martim de Sá teria equipado e aparelhado, dando o seu comando a seu filho Salvador Correia de Sá e Benevides, e enviado em socorro da capital da colônia, tomada pelos holandeses, em fevereiro de 1625 (BOXER,1973; p.72). Frei Vicente do Salvador aponta ¹⁰¹, em nosso entendimento, não apenas a participação dos indígenas nessa expedição, como a interação entre as práticas de combate de europeus e indígenas, na atuação das “forças armadas” de Martim de Sá ¹⁰².

“..e entraram no rio do Espírito Santo a 10 de março de 1625, onde havia poucos dias era chegado Salvador Correa de Sá e Benevides com 250 homens brancos e índios em quatro canoas e uma caravela, que seu pai Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, mandava em socorro da Bahia, o qual ajudou a Francisco de Aguiar Coutinho, governador e senhor daquela terra do Espírito Santo, a trincheirar a vila, pondo nas trincheiras quatro roqueiras, que na terra havia, e desembarcando os holandeses lhes tiraram com uma delas, e lhes mataram um homem; e depois de entrados na vila lhe saíram os nossos por todas as partes, com grande urro do gentio, e lhes mataram 35, e cativaram dois, (.....)de sorte que o general dos holandeses se retirou para as naus com perto de 100 feridos, de 300 que haviam desembarcado, e alguns mortos, entre os quais foi um o seu almirante Guilherme Ians, e outro o traidor Rodrigo Pedro, que na mesma vila havia sido morador, e casado com mulher portuguesa, e sendo trazido por culpas a esta Bahia, fugiu do cárcere para Holanda, e vinha por capitão em uma nau nesta jornada, e com esta raiva mandou o general uma nau, e quatro lanchas a queimar a caravela de Salvador Correa, que havia mandado meter pelo rio acima, em um estreito, mas ele acudiu nas suas canoas, e lhes matou quarenta homens, e tomou uma das lanchas.” ¹⁰³

¹⁰¹ Em sua *História do Brasil*, capítulo trigésimo sétimo do livro quinto.

¹⁰² Ao comentar o resultado desse encontro entre forças luso-brasileiras e holandesas, Charles R. Boxer, em seu BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973, afirma “*Em suas vitórias, os portugueses ficaram devendo muito à destreza dos índios arqueiros que Salvador de Sá trouxera consigo dos aldeamentos fundados pelos jesuítas nas capitânicas do Rio de Janeiro e São Vicente, pois a maioria dos óbitos foi causada por ferimentos feitos por flechas.*” (BOXER, 1973; p.74).

¹⁰³ Os trechos reproduzidos da crônica de Frei Vicente do Salvador estão referenciados pelo capítulo e pelo livro correspondentes, não constando numeração de página na versão virtual consultada, a saber: Edição de base: Biblioteca Nacional – setor de obras digitalizadas. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/Buscar.html?letraObras=*&PO=5&portal=55, visita junho de 2005.

Em seu livro *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*, Charles R. Boxer informa ter Salvador Correia de Sá e Benevides retornado ao Rio de Janeiro, após participar dos últimos quinze dias do cerco à cidade de Salvador, para onde se dirigiu após os combates no Espírito Santo. Boxer reproduz um registro de D. Manuel de Menezes ¹⁰⁴, em sua crônica “Recuperação da cidade do Salvador”¹⁰⁵, onde afirma sua visão sobre as assimilações da cultura de guerra indígena nas forças montadas por Martim de Sá. Ao registrar ter Salvador Correia de Sá e Benevides oferecido “*seus índios e suas canoas de guerra para um ataque noturno aos navios holandeses ancorados no porto*”, oferta que teria sido recusada, sendo recebida com escárnio por D. Manuel de Menezes a idéia de se conseguir algum êxito:

“..com canoas feitas de um só tronco ocado, fáceis de afundar, e tendo como remadores miseráveis índios nus, tão aconchegados uns nos outros que um só disparo seria capaz de varrê-los de proa a popa, matando todos eles num fechar de olhos, caso houvesse ânimo de desperdiçar um tiro com tão desprezíveis criaturas.” (D. Manuel de Menezes apud BOXER, 1973; p.77).

Outra ocasião na qual podemos supor uma possível participação de Roulox Baro data de fins de 1639, quando do Rio de Janeiro teriam partido 1200 homens, entre brancos e índios, para a cidade de Salvador, com a finalidade de reforçar a armada do conde da Torre. Esta armada travou combate com uma frota de navios holandeses, ao largo da ilha de Itamaracá, levando Torre a desistir de atacar Pernambuco (BOXER, 1973; p.132). Dentre as diversas etapas dessa malograda investida, segundo registra Gaspar Barleus em sua crônica ¹⁰⁶, algumas poderiam ter servido para uma eventual passagem de Baro para o território controlado pelos holandeses. Nos enfrentamentos navais, encontramos registros de ocorrências com aprisionamentos ou fugas para a praia, tanto pelo afundamento quanto pela debandada de sua possível embarcação. Nas ações em terra, temos como exemplos dessas situações os registros referentes ao desembarque, às margens do Cunhaú, “*de uma partida de 300 soldados*”... “*morrendo-lhes oitenta e sete e ficando-lhes diversos feridos e prisioneiros*” (BARLEUS; p.188),

¹⁰⁴ Líder da esquadra que partiu de Lisboa e se reuniu à armada espanhola comandada por Dom Fradique de Toledo y Osorio, a qual viria a se somar a frota comandada por Salvador Correia de Sá e Benevides.

¹⁰⁵ MENEZES, D. Manuel de. “Recuperação da cidade do Salvador”, em *Revista trimestral do IHGB*, XXII, pp. 357 a 411 e 527 a 633. (Apud BOXER, 1973)

¹⁰⁶ BARLEUS, Gaspar *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. [1647] Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980. Fac-símile da edição do Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. Tradução e Notas de Cláudio Brandão.

ou, ainda, aqueles referentes ao retorno por terra de cerca de 2500 homens desembarcados próximo ao Cabo de São Roque, sob o comando de Luís Barbalho Bezerra¹⁰⁷, o desembarque gerou o seguinte comentário de Barleus:

“Barbalho, encetando a jornada, mandou trucidar, por dura necessidade militar, os enfermos e os incapazes de acompanhá-lo para evitar que, aprisionados pelos nossos, dessem notícias dele e de sua marcha por terra, o que receava ansiosamente, conforme viemos a saber dos que haviam escondido nos matos e foram por nós capturados.” (BARLEUS; pp.190-191).

A partir da leitura desses trechos, quando procuramos compilar registros de processos envolvendo a interação entre os colonos e os povos indígenas na região e na época em que provavelmente hospedaram Roulox Baro, antes do mesmo se tornar empregado dos batavos, algumas conclusões nos parecem evidentes. As considerações do professor Teensma, referindo-se aos indígenas que teriam recebido Roulox Baro, no sentido de que *“Por volta de 1620, os índios de tradição lingüística Tupi acima descritos, encontravam-se desde muito tempo cristianizados por padres jesuítas. Reduzidos em aldeias e integrados no processo colonial..”*, nos parece uma tentativa de simplificação que não se justificaria. Ao contrário do que apontam as abordagens que, como lembra John Manuel Monteiro¹⁰⁸, investem numa imagem dos índios como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante, a esfera da sociabilidade nativa *não* é apenas aquela que está totalmente externa à esfera colonial. Dos registros desta sociabilidade, parecem emergir a permeabilidade e a flexibilidade das formas culturais presentes nas interações cotidianas entre os europeus e alguns grupos indígenas. A partir destas observações, propomos uma análise das representações de Roulox Baro sobre os brasileiros e tapuias presentes em sua *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, alvo de nosso próximo capítulo.

¹⁰⁷ Vivaldo Coaracy, em seu *O Rio de Janeiro no Século Dezesete*, faz a seguinte observação a respeito dos reforços enviados para o Conde da Torre: *“Finalmente, seguiram, parte do porto de Santos e parte do Rio de Janeiro, as tropas recrutadas, completadas por grande quantidade de índios flecheiros, para a Bahia, onde foram incorporadas à expedição de Luís Barbalho para a tentativa de restauração de Pernambuco”*. (COARACY; p.93). Este Luís Barbalho Bezerra viria a governar o Rio de Janeiro (1643-1644) quando do término do primeiro mandato de Salvador Correia de Sá e Benevides (1637-1643). (COARACY; p.117).

¹⁰⁸ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos.htm> Visita em fevereiro de 2006.

Capítulo III

O gentio na *Relação da Viagem ao País dos Tapuias.*

Em linhas gerais, nosso texto se limita a descrever a viagem de Baro registrando com bastante detalhe os acontecimentos ocorridos no cumprimento de sua missão junto à liderança dos tapuias, no interior da capitania do Rio Grande. Segundo seus registros, a ordem para a viagem foi recebida em 3 de abril de 1647, tendo partido imediatamente de onde se encontrava, nas cercanias da sede da capitania, no litoral do atual estado do Rio Grande do Norte, na companhia de “*João Straffi, brasileiro, 3 tapuias e 4 cães, para termos com que caçar e obter alimentos.*”¹⁰⁹ (MOREAU, BARO; p.92) Foram em direção ao interior do continente, onde habitavam os tapuias liderados por Janduí. Em função da espera por baixarem os níveis das águas dos rios em torno da região onde residia, só no dia 21, com a ajuda de dois homens de uma aldeia de brasileiros¹¹⁰, teriam atravessado o rio Camaragibe. Neste ponto receberam uma delegação de tapuias enviada por Janduí, episódio assim registrado:

“Vieram ao nosso encontro dez tapuias que tinham atravessado o Rio Potengi a nado e entre eles estava Muroti, filho do velho Janduí, seu rei. Comunicou-me que seu pai mandara dizer-lhe para encontrá-lo logo, pois o inimigo lhe pedira sua colaboração. Retruquei-lhe que havia três semanas deixara minha casa para defrontar o rei seu pai e fora impedido pela enchente. Respondeu-me que me ensinaria um lugar pelo qual facilmente poderia passar com os meus.” (MOREAU, BARO; pp. 92-93).

No dia 24, após terem passado pelo Forte de Ceulen (atual Forte dos Reis Magos) e atravessado o rio Potengí, foram recebidos na casa de um funcionário da Companhia, e no dia 26 passado pelo último sinal da presença de colonos, “*o curral de André Claesten*”, partindo, em seguida, em direção às terras onde Janduí se encontrava. A 7 de

¹⁰⁹ A redação do quarto parágrafo da relação: “*Preparei-me imediatamente para partir e tomei para acompanhar-me João Straffi, brasileiro, três tapuias e quatro cães, para termos em caminho com que caçar e obter alimentos*”, pode levar a interpretação de que João Straffi, que também aparece em outras circunstâncias no documento, seria um brasileiro. Segundo Gonsalves de Mello, que adota a grafia Jan Stras, este companheiro de viagem seria um aprendiz polonês de Baro; citando o registro de uma Dag. Notule de 11 de março de 1647: “*Baro chegou a interessar algumas pessoas nessa vida de aventuras;...com ele é que quis trabalhar certo polonês, Jan Stras.*” (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.203).

¹¹⁰ Como vimos em capítulos anteriores, na maioria dos documentos relativos ao Brasil Holandês, a palavra em holandês cuja tradução foi tradicionalmente adotada como “brasilianos”, parecem indicar estarem se referindo aos diversos grupos tupi que habitavam os aldeamentos da costa.

maio, chegaram “a uma aldeia Terapissina cujo chefe era João Vvioauin, o qual nos recebeu amavelmente e nos deu para comer milho”; o chefe explicou a Baro a razão desses brasileiros se refugiarem no sertão, bem como o arranjo que eles tinham feito com os tapuias para permanecerem na área. Durante a permanência de Baro nessa aldeia, que se estendeu até o dia 15, ele atendeu a um grupo de brasileiros que teriam pedido proteção e um salvo-conduto para residirem no sertão. A caminho para se encontrar com Janduí, no dia 19, Baro deparou-se com outra aldeia de brasileiros, tal como os outros vivendo nas terras dos tapuias sob determinadas condições.

Aos 26 de maio, Baro registra seu primeiro encontro com Janduí e o início das conversações, que durariam até o dia 6 de julho. Conta que passou a maior parte desses dias marchando em companhia daquele chefe e de seus guerreiros, em conversas que se concentraram em dois assuntos: a situação de conflito gerada pela passagem para o lado dos luso-brasileiros de grupos tapuias antigos aliados de Janduí, com a decorrente necessidade de apoio militar vindo dos holandeses; e o comportamento que Roulox Baro desejava que os tapuias tivessem em relação aos colonos da sede da capitania do Rio Grande, em comparação ao adotado nos tempos em que o “embaixador” era o falecido Jacob Rabbi.

Ao longo desses dias com Janduí presenciou práticas características da cultura tapuia tais como a “corrida de árvores”, consultas ao “diabo”, “batismos” de um grupo de meninos, um casamento coletivo e um episódio de antropofagia ritual quando da morte de uma criança. Sobre a forma como Baro procura descrever aspectos da vida cotidiana dos tapuias, ao contrário de outros cronistas, nosso autor não tenta encaixar em esquemas previamente determinados suas imagens da sociedade tapuia. Passando a impressão de que os aceitava como eram, e, como destaca Ernst van den Boogart¹¹¹, nunca os descreve como “selvagens”, o que pode ser encarado como mais uma evidência da influência de sua formação cultural peculiar na forma de perceber e registrar o que viveu em sua missão.

Após se separar de Janduí, a caminho de sua residência, Baro ainda teria pernoitado em uma aldeia de brasileiros nas margens do Potengi, tendo chegado em casa, “em Incarenigi, no Governo do Rio Grande”, em 14 de julho de 1647.

¹¹¹ Ernst van den Boogaart, “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu, 1630-1654,” in: Ernst van den Boogaart, ed., in collaboration with, H.R. Hoetink, and P.J.P. Whitehead, *Johan Maurits van Nassau-Siegen: A Humanist Prince in Europe and Brazil. Essays on the Tercentenary of His Death* (The Hague: Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979): 519-538

Adicionalmente, seus registros incluem detalhes sobre as atividades de caça, pesca e coleta de alimentos, além de sua preparação e consumo, durante o percurso¹¹².

Ao longo da leitura dos registros dessa viagem, procuraremos extrair uma série de aspectos, algumas expressos indiretamente, que nos permitam uma reflexão sobre as interações entre os diversos grupos étnicos e sociais mencionadas no diário de Roulox Baro. Primeiramente, podemos perceber um quadro no qual o controle do denominado “país dos tapuias” parecia ser exercido efetivamente pelos tapuias. Essa idéia é sugerida pela ausência de referências à presença de agentes dos grupos que disputavam o controle da costa, sejam civis ou religiosos, ao longo da viagem. Essa percepção pode servir, ao nosso ver, para uma melhor avaliação da real extensão geográfica da “ocupação holandesa do Nordeste”.

Outra indicação que os registros parecem revelar é a de que Baro seria encarado pelos tapuias como uma pessoa que conhecia os códigos das alianças entre indígenas e europeus, e não como um europeu “amigo”, como pareciam encarar o, naquela altura falecido, antigo intérprete Jacob Rabbi. Observamos, também, registros sugerindo uma demonstração por parte dos tapuias apontando para uma percepção de que, até aqueles dias, os holandeses faziam o possível para manter a aliança com este grupo, independentemente de suas ações contra os colonos que habitavam as proximidades de suas terras. Encontramos ainda indicações de uma preocupação quanto ao comportamento que estaria sendo cobrado por Baro em relação a essas citadas ações. Destaca-se, nos registros das negociações entre Janduí e Baro, a indicação de uma percepção por parte da liderança tapuia da necessidade premente de ajuda militar ao seu grupo pelas tropas dos holandeses, em virtude do rumo dos acontecimentos. Quanto ao relacionamento com os tupis aldeados que teriam fugido para o sertão, fica-se com a impressão de que os tapuias haviam encontrado uma fórmula conveniente. A partir destas conclusões, procuraremos desenvolver nossa interpretação sobre as relações inter-étnicas presentes no texto.

Como o relato de Baro faz referência a diversos acidentes geográficos da região por onde teria se desenrolado a sua missão, convém alertar que a “idéia básica” que nos referimos como possível elemento para uma avaliação da “real extensão geográfica” da “invasão” holandesa, não está relacionada a uma identificação dos rios, montes,

¹¹² Como bem observou B. N. Teensma, em seu estudo mencionado anteriormente, Baro, em seu relato, não teria prestado “*muita atenção a fenômenos naturais como o clima e a vegetação, considerando-os evidências óbvias que não precisavam de comentário.*” (TEENSMA, 1998).

caminhos da topografia atual, visando a uma possível reconstituição do caminho da viagem ao País dos Tapuias. O que identificamos como de interesse no que nos informa o documento são as indicações sobre os “limites” deste “país”, e o quanto pode ser confirmado, em nossos cronistas, sobre sua existência e sua autonomia, a partir dos indícios apontados por Baro em seu relatório.

A indicação contida na escolha da expressão “País dos Tapuias” para informar o destino da viagem de Baro, “na terra firme do Brasil”, poderia ser interpretada como uma tentativa de um cronista estrangeiro em indicar a grande fragilidade do domínio português na região, na medida em que um país autônomo, e demonstrando uma posição hostil, cercaria suas posições no litoral. Entretanto, a leitura do que informa Baro sobre o seu deslocamento entre sua residência, no litoral, e a região onde Janduí vivia (80 léguas da costa)¹¹³, parece confirmar diretamente a inexistência de qualquer forma de resistência ao poder dos tapuias a partir de uma certa distância do litoral. Entre os registros que indicam esta suposta situação, podemos destacar o fato da última referência a uma residência de colono, o “*curral de André Claesen*” (MOREAU, BARO; p.93), ter aparecido nas anotações referentes ao dia 26 de abril, ou seja, no terceiro dia após a travessia do Potengi, início efetivo da viagem.

Adicionalmente, encontramos referências diversas passando a idéia de dois territórios distintos. Primeiro quando Baro teria pedido aos brasileiros, no sertão, para notificarem “*por mensageiro especial, aos nossos que estivessem no Rio Grande, os atentados e traições que se praticassem contra os nossos.*” (MOREAU, BARO; p.96): em declarações, como: “*Afirmi-lhes que, quando viessem do lado do Rio Grande, eu os receberia cortesmente e pedi-lhes que tomassem cuidado de não ofender ninguém.*” (MOREAU, BARO; p.97); em recordações de Janduí : “*Quando Jacob Rabbi vivia, juntava-se aos seus tapuias, com os quais descia à minha (de Baro) Capitania do Rio Grande...*” (MOREAU, BARO; p.99); ou, ainda, em registros do tipo “*Enviei João Straffi na manhã seguinte ao Rio Grande para reunir os meus homens...*” (MOREAU, BARO; p.102).

Em crônicas sobre o período, contemporâneas à produção do texto de Baro, encontramos indicações que apontam para a confirmação desta pequena faixa de domínio holandês junto ao litoral, na região dos acontecimentos narrados, sendo que,

¹¹³ José Honório Rodrigues, em nota da edição que aqui utilizamos da crônica de Joan Nieuhof, situa o destino da expedição como a região dos ribeiros do Assu, Mossoró e Apodi, hoje parte do estado do Rio Grande do Norte. (Nieuhof; p.354-Nota 450).

especialmente naquela ocasião, devido ao estado de beligerância pela revolta dos luso-brasileiros, somava-se um êxodo tanto de colonos quanto de brasileiros. Uma visão mais geral sobre o território que efetivamente chegou a ser administrado pela Companhia pode ser útil para uma melhor percepção das condições nas quais se desenvolveram as relações inter-étnicas que buscamos identificar entre as idéias básicas percebidas no documento. Sobre a região do Rio Grande, Joan Nieuhof diz em sua *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* [1682]¹¹⁴, que: “Era hábito dos Tapuias fazerem uma ou duas incursões anuais, nessa Capitania. Principalmente durante a seca que os privava de água fresca. Mantinha-se, assim, a animosidade entre portugueses e nativos”. (NIEUHOF; p.88).

Encontramos na crônica de Pierre Moreau uma avaliação da situação dos “habitantes do campo”, sem determinar o quanto afastados do litoral estariam estes colonos, o que indica a ausência da administração, tanto holandesa quanto portuguesa, dando a entender, ainda, que “no campo” o poder seria exercido, de fato, pelos tapuias. Neste sentido, o referido trecho, que reproduzimos em seguida, parece bem claro:

“Os habitantes do campo, tomados sob a proteção da Companhia das Índias, ainda que lhes dessem salvo-conduto, jamais estavam seguros. Assim, o povo português gemia oprimido por desolação tão imprevista, via o ouro e a prata, grandes bens de que regurgitavam, ao abandono e à pilhagem, e seus vizinhos, parentes e amigos seriam a todo instante vítimas miseráveis destes selvagens que se banquetevavam com os seus corpos, aos quais tinham feito experimentar toda espécie de barbaridades.” (MOREAU, BARO; p.26).

Sobre a capitania do Rio Grande, as pesquisas de Câmara Cascudo, publicadas em seu *História do Rio Grande do Norte*¹¹⁵, indicam que, “as vésperas do domínio holandês”, ela praticamente se limitariam a um âmbito redondo de 15 a 18 léguas; com sesmarias, em sua maioria, sem benefícios. Os aldeamentos seriam de cinco a seis povoados, sendo o mais populoso o de Mipibu. Natal tinha de 35 a 40 casas de palha e barro; a vida organizava-se fora da cidade, ocorrendo-se apenas para as reuniões administrativas ou religiosas, o número de camponeses não ultrapassaria o número de 120 a 130 almas em um raio de seis a nove milhas. O único engenho que estaria em

¹¹⁴ NIEUHOF, Joan *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues

¹¹⁵ CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1984.

produção, Cunhaú, “*safrejava 6000 a 7000 arrobas de açúcar.*”, embarcadas para Pernambuco. (CÂMARA CASCUDO; p.59).

Nos registros referentes aos acontecimentos envolvendo Baro e Muroti, logo nos primeiros dias da viagem, podemos encontrar indicações que parecem revelar uma percepção, por parte do grupo comandado pelo filho de Janduí, tanto da posição de Baro entre os holandeses, quanto da importância dada pela administração da Companhia à aliança com os tapuias. Quanto à importância de Muroti junto aos tapuias, na visão de Baro, esta pode ser avaliada pelo fato de nosso cronista ter confiado ao mesmo, ainda na “sede da capitania”, os presentes que precisaria ofertar para Janduí. Como aparece no registro que transcrevemos em seguida:

“No dia seguinte entreguei ao referido Muroti os presentes que Suas Senhorias, os nobres e poderosos Senhores, representantes dos Estados Gerais, enviavam ao Rei Janduí, seu pai, rogando-lhe que os fizesse levar pelos seus acompanhantes.” (MOREAU, BARO; p.93).

Pouco mais adiante, após a travessia do rio Monpabu, Baro registra que os homens de Muroti teriam pedido permissão para “*ir caçar e pegar alguns animais no curral de André Claesen*”, tendo Baro recusado, afirmando “*que havia suficiente nos bosques e campos sem entrar nos parques dos particulares*”. Ameaçando mandar amarrar a uma árvore o primeiro que tentasse. O grupo avisou que assim que Baro se afastasse “*iriam matar tudo que pudessem pegar no mencionado curral.*”. Diante da ameaça de Baro de que saberia como tratá-los nesse caso, teriam perguntado “*E que nos farás?*”, e, em seguida “*Compete a ti ou aos holandeses agir contra nós?*”.

Acreditamos que a última questão mencionada merece uma leitura mais atenta. Esta distinção explícita, entre a posição de Baro e a dos holandeses em geral, parece indicar a percepção pelo grupo de Muroti de que Roulox Baro deveria ser encarado como um elemento com formação híbrida, uma pessoa que estava vendendo sua familiaridade com os processos de convivência entre os luso-brasileiros e os indígenas, e cujos interesses pessoais envolviam a valorização e a estabilidade da aliança dos holandeses com os tapuias.

A diferença entre as práticas que os tapuias percebiam no cotidiano dos holandeses e as que permeavam a atuação de Roulox Baro aparece em registros posteriores, quando o chefe Janduí, em diálogo com Baro, parece demonstrar sua visão da posição de Baro em relação aos holandeses. Percebendo, ao que parece, uma

aparente relativização, da parte de Baro – supostamente em decorrência de sua formação junto aos povos indígenas – da importância dada ao tipo de “liturgia” que cercava os “europeus” ocupando cargos no poder, os quais, em função dos mesmos, mereceriam sinais que despertassem o respeito e a admiração de seus liderados ¹¹⁶. Idéia que transpareceria no registro do debate sobre o comportamento dos tapuias, que abordaremos mais adiante, na seguinte fala atribuída a Janduí: “*Jacob Rabbi, continuou ele, tinha mais poderes do que tu: estava sempre provido de um bom comando e acompanhado de diversos soldados, ao passo que tu vens aqui sem comando e sem um soldado.*” (MOREAU, BARO; p.100).

Retornando ao episódio do “curral de Claesen”, o representante do grupo de Muroti teria acrescentado “*Pois mesmo que tivéssemos cometido toda sorte de maldades, como recentemente fizeram os do Ceará, virieis sempre procurar-nos tendo em vista a paz.*” ¹¹⁷. Baro respondeu que castigaria os do Ceará pela traição, e que doravante eles iriam perder a sua confiança. Ficando assim registrado o final deste episódio:

“Então, para mostrar que pouco ligavam ao que lhes afirmava, entraram no dito curral e apossaram-se de duas vacas, que queriam matar. Dirigindo-me a Muroti, avisei-o de que me queixaria a seu pai, que não o mandara ao meu encontro para comportar-se mal. Jurei que qualquer deles que descesse, daí em diante, ao Rio Grande sem a senha que eu próprio daria a Janduí, seria preso no forte e que eu o castigaria à minha discrição. Muroti nada retrucou e, tendo anoitecido, fomos repousar.” (MOREAU, BARO; p.93).

A afirmação, atribuída ao representante dos homens de Muroti, de que apesar de todos os abusos que cometessem os holandeses não romperiam a aliança, é coerente com o que mostra a pesquisa de José Antônio Gonsalves de Mello, em seu *Tempo de Flamengos* ¹¹⁸. O referido autor encontrou na coleção “*Dagelijksche Notulen*” vários registros de incursões dos tapuias nas terras dos colonos, parecendo serem frutos diretos

¹¹⁶ Sobre essa “liturgia de poder” no Brasil Holandês, veja-se WEHLING, Arno. “A organização política no Brasil holandês e o papel das liturgias de poder no governo de Nassau”. In. *Seminário Internacional “A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário”* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005; pp.11-30. Segundo este autor, este quadro se apresentava, na época, “*nos dois lados do Atlântico.*” p.15.

¹¹⁷ Se referindo ao episódio assim narrado na crônica de Pierre Moreau: “*..aconteceu que os tapuias e brasileiros dissidentes de Janduí deixaram o partido holandês e adotaram o dos portugueses, não só devido a morte de Jacob Rabbi, como porque não lhes haviam querido entregar Garstman. Fizeram uma incursão ao Ceará, onde mataram e massacraram todos os habitantes holandeses do interior e solicitaram insistentemente a Janduí, rei de sua nação, que se unisse a eles e socorresse os portugueses, mandando-lhe pequenos presentes a fim de melhor convencê-lo.*”(MOREAU, BARO; p.66).

¹¹⁸ GONSALVES DE MELLO, José Antônio *Tempo de Flamengos*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

da política de manter a aliança com os tapuias a qualquer preço. Ações como, por exemplo, a incursão descrita na “Dag. Notule” de 26 de novembro de 1639, compilada por Gonsalves de Mello, e que transcrevemos em seguida:

“Assim, por exemplo, em 1639, quando Janduí com 2000 tapuias – homens, mulheres e meninos – aproximou-se do povoado do Rio Grande, causando grandes danos aos moradores. Com a maior sem-cerimônia iam arrancando as roças, novas e velhas, que encontravam. O Conselho despachou logo os filhos de Janduí que se achavam em Recife, recomendando-lhes que fizessem voltar os seus para o lugar donde haviam procedido, quando fossem necessários seriam chamados” (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.204).

Para uma melhor compreensão da evolução para a ausência de submissão por parte dos tapuias, tolerado pelos holandeses, procuramos registros referentes às circunstâncias que cercaram os primeiros passos desta aliança, cuja duração teria merecido afirmações de Janduí, como registra Baro: *“que sempre servira aos holandeses em suas necessidades”* (MOREAU, BARO; p.102); ou ainda *“..há vinte e cinco anos que só guerreio a favor deles..”* (MOREAU, BARO; p.98). Os relatos das primeiras ações conjuntas, entre tapuias e holandeses, sugerem algumas “especificidades” no que se tornou a política da Companhia para com os tapuias de Janduí. Como analisa Gonsalves de Mello, política que não seria bastante clara nem mesmo para os funcionários da mesma, que se viam obrigados a consultas diretas ao Conselho, o qual, repetidamente, exigia que se *“deveria manter favoráveis a nós os tapuias, por todos os meios.”* (Dag. Notule de 28 de janeiro de 1636) (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.201).

A descrição da atuação dos homens de Janduí na operação militar – planejada com auxílio de informações transferidas pelos próprios tapuias, a partir dos contatos de 1631¹¹⁹ – que teria levado ao domínio da sede da capitania do Rio Grande pelos holandeses, iniciada com a tomada do Forte dos Santos Reis, em 1633, pela expedição enviada do Recife¹²⁰, ajuda a perceber as bases em que teria se desenvolvido a aliança

¹¹⁹ Para uma descrição desses contatos entre os tapuias e a Companhia, veja-se: BOOGAART, E. van den. “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu – 1631-1654”. In. BOOGAART, E. van den, ed. In collaboration with HOETINK, H. R. and Whitehead, P. J. P. *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679: A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: Johan Maurits van Nassau-Siegen Stichting, 1979. pp.519-538.

¹²⁰ Como podemos encontrar, por exemplo, em CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1984 – esta expedição, comandada pelos chefes militares Jan Corlisz Lichthardt e Baltazar Bijma, acompanhados de Mathijs van Ceulen e Servaes Carpenter, assumiu o controle do forte, mudando o nome para *Castelo de Ceulen*, e entregando o comando para o capitão Joris Garstman

entre aquele grupo indígena e os holandeses da Companhia. Duarte de Albuquerque Coelho, em sua *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*¹²¹, afirma que o “inimigo”, “*depois de entrar no forte enviou logo dois índios à Janduú, chefe dos tapuias, que viviam a 80 léguas no interior.*”, e, em seguida, participa ao mesmo estar de posse do forte, “*pelo que podiam descer seguramente, e que os esperavam com afã; que no campo achariam muito gado e alguns moradores, em que poderiam cevar sua ira.*”. Para, em seguida, fazer o relato que transcrevemos abaixo:

“Baixando logo Janduú com muitos destes Tapuias, deu inesperadamente no engenho de Francisco Coelho, para onde pouco antes se tinham retirado alguns moradores, e o mataram juntamente com sua mulher, cinco filhos, e todos os que ali acharam, excedendo talvez a 60 pessoas, sem que a algum concedessem a vida, propriedade destes bárbaros. Feito isto, dirigiram-se ao forte, onde entrou Janduú com poucos, e todos se viram bem hospedados, e brindados com dádivas para eles estimáveis. Porém o inimigo conservava-os menos por amar sua companhia que por servir-se deles contra nós. Assim acontece a quem é glutão (estes o são muito) e pouco seguro na amizade, como soem ser outros que não são Tapuias, bem que nisto o parecem. Eram enfim tais e tantos os trabalhos que cada dia cresciam àqueles infelizes moradores, que já com a vinda dos Tapuias lhes pareciam menos ímpios os Holandeses. Mas é de crer que seus pecados lhes iam multiplicando os inimigos e castigos.” (ALBUQUERQUE COELHO; p.139)

Nesta, que poderíamos considerar uma das primeiras ações militares onde Janduú “*servira aos holandeses em suas necessidades*”, encontramos algumas das circunstâncias que parecem ter cercado a relação entre os holandeses e os tapuias de Janduú, e que se mostrariam evidentes em nosso documento. A observação de Albuquerque Coelho de que “*o inimigo conservava-os menos por amar sua companhia que por servir-se deles contra nós.*”, parece revelar a dificuldade que as características culturais do grupo liderado por Janduú traziam para uma convivência mais próxima. No relatório de Baro, encontramos registrada a reação deste intérprete, apesar de seu longo período de convivência com práticas culturais dos grupos indígenas, diante da possibilidade de Janduú se transferir para o Rio Grande, na passagem:

“..., de sorte que, não podendo resistir-lhes, estava resolvido, caso não fosse socorrido por mim e pelos meus homens, a retirar-se para o Rio Grande, próximo do nosso forte.

¹²¹ A obra do Marquês de Basto, donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, cuja primeira edição é de 1654, é apontada por Gonsalves de Mello como documento da maior importância enquanto “crônica pernambucana” da guerra, onde, além de registrar o ânimo dos naturais da terra em defender “*a sua capitania, os seus engenhos, as suas capelas, os seus rios...*”, esta repleto de “*nomes de pessoas, de lugares, de engenhos pernambucanos e paraibanos.*”(GONSALVES DE MELLO, 1978;p.30). Dando uma especial atenção às informações de caráter militar; especialmente com a “estratégia de guerra lenta”, adotada pelo “exército pernambucano”; aborda episódios envolvendo os tapuias particularmente nos registros referentes a 1634 e 1637.

Este discurso me sobressaltou, pois não tinha nenhuma vontade de vê-lo tão perto de mim.” (MOREAU, BARO; p.103).

Nos registros do que seria o primeiro dia do encontro entre Roulox Baro e Janduí, 26 de maio, ainda nas saudações iniciais, podemos perceber a circulação de informações, em uma região situada 80 léguas no interior do continente, sobre o que acontecia no litoral. Segundo Roulox Baro, Janduí teria perguntado se havia alguma novidade que tivesse motivado a sua viagem ao sertão, no que Roulox Baro teria feito um “discurso formal de embaixador”: *“Respondi-lhe que, graças a Deus, não sofríamos qualquer falta; tínhamos recebido socorro e hortaliças da Holanda, e depois disso nossa força volante se apoderara do Rio São Francisco e a nossa armada conquistara aos portugueses a Ilha de Itaparica e três léguas de terra na Baía de Todos os Santos.”* (MOREAU, BARO; p.98). Ao que Janduí retrucou, afirmando que teria ouvido *“justamente o contrário da gente de Camarão, que lhe assegurava que nós estávamos em tal estado de penúria que dentro em breve seríamos forçados a nos render.”* (MOREAU, BARO; p.98).

Ainda neste encontro do dia 26, Roulox Baro registra um episódio em que Janduí parece procurar fazer entender que a situação de conflito em que “sua terra” estaria mergulhada, fazia com que os presentes que Baro lhe trazia não fossem o suficiente para selar a aliança, encaminhando um processo de convencimento para que Baro entendesse que o apoio de tropas teria ganho uma nova importância. Após mandar trazer um lote de objetos, Janduí teria declarado:

“Eis aqui os presentes que me enviaram há pouco, convidando-me para seguir o seu partido contra vós outros, holandeses, prometendo-me muitos outros, caso eu quisesse ser dos seus. Veja estes machados, estas machadinhas, estas foices, estes facões e outros instrumentos de ferro; a menos peça vale mais que tudo aquilo que os vossos Senhores holandeses jamais me enviaram.” (MOREAU, BARO; p.98)

Baro não soube como responder a isso, e perguntou se só por causa de belos presentes ele romperia sua aliança. Segundo Baro, Janduí, após comentar que tinha perseguido os partidários dos portugueses até o rio Paraíba, obrigando-os a atravessá-lo a nado, teria afirmado que *“Fora e era ainda amigo dos holandeses, os quais jamais tinham dado motivo de queixa de sua fidelidade”*, no que Baro teria acrescentado *“Disse-lhe que estes não duvidavam absolutamente disso, e que quando ele tivesse*

necessidade de socorro o encontraria prontamente.” (MOREAU, BARO; p.98). Janduí concluiu este primeiro encontro, com uma ameaça que parece indicar o que os tapuias esperavam de seus parceiros, além dos habituais presentes:

“Sempre assim me prometeram, replicou, e verei no momento da necessidade; há vinte e cinco anos que só guerreio a favor deles e seria muito fácil para mim chegar a um acordo com os meus vizinhos e reunir aqueles que se revoltam contra mim. Eles me odeiam porque eu não os segui e porque não fiz nas minhas terras como eles fizeram no Ceará, onde degolaram os vossos homens.” (MOREAU, BARO; p.98).

No dia seguinte, Janduí examinou os presentes levados por Roulox Baro e declarado que suas preocupações não seriam resolvidas com aquele tipo de oferta. O diálogo que foi assim registrado por Roulox Baro:

“Não valia a pena trazer-me tais coisas de tão longe. Os portugueses têm razão de dizer que o ferro dos holandeses não vale nada e menos ainda seus espelhos e pentes; nunca vi coisas tão desprezíveis. Eu estava acostumado a receber antigamente de vossa gente belas trombetas, grandes alabardas, belos espelhos, lindos copos e belas taças bem trabalhadas, que guardo em minha taba para mostrá-los aos outros tapuias que me vêm visitar, dizendo-lhes: um certo senhor holandês me enviou isto, outro aquilo.” (MOREAU, BARO; p.98).

Baro procurou contornar a situação afirmando *“que aquilo com que eu lhe presenteava tinha vindo recentemente da Holanda e que nós nada possuíamos de melhor; que era preciso que ele não se deixasse levar pelo que diziam os portugueses, porque não eram nossos amigos.”*. Ao que Janduí respondeu: *“Não, não, disse ele, eu bem vejo que os machados que me deram são mais bonitos e de melhor têmpera do que os vossos; não faço caso, porém, dos presentes deles, porque sei muito bem que são uns impostores”*. Mas Janduí *“Não deixava de aceitar o que os Nobres Poderosos meus senhores lhe enviavam, na esperança de que, no futuro, lhe seriam enviados objetos mais belos e melhores.”* (MOREAU, BARO; p.99).

Nestes dois diálogos envolvendo os presentes oferecidos por ambos os partidos que pretendiam o apoio de Janduí, podemos encontrar indicações que, somadas ao fato de que outros grupos tapuias estavam sendo acusados de terem debandado para o lado dos luso-brasileiros, apontam para uma maleabilidade, uma abertura para negociar aliança, contrariando a tese de que “odiavam” os “portugueses”.

Nas referências relativas ao dia 28 de maio, encontramos registros de uma conversa entre Roulox Baro e Janduí sobre a mudança de comportamento que Roulox

Baro pretendia obter dos tapuias, em relação aos “tempos de Jacob Rabbi”. Inicialmente, Roulox Baro propõe o tipo de atitude que espera dos comandados de Janduí, quando no Rio Grande: *“O que existisse no tempo da colheita estaria a seu dispor e ao dos seus; contanto que não enviasse homens armados para pedir esses víveres”*; e, também, o que não deveria continuar a acontecer, denunciando que *“os que vinham de sua parte à Capitania do Rio Grande não se contentavam com o que se lhes dava de boa mente, mas queriam tudo carregar, com ameaças de morte, dizendo um deles: “Eu sou o Capitão fulano”, outro, que era filho de Janduí; um terceiro, que era senhor de tal lugar, e assim por diante, e com essas palavras levavam os trastes e o gado dos moradores.”* (MOREAU, BARO; p.99). A reação de Janduí, *“Eis uma boa conversa...”*, parece soar como se, finalmente, poderiam discutir as conseqüências do assassinato de Jacob Rabbi no futuro das relações entre tapuias e holandeses, assunto que até então tinha sido evitado, como de resto não se tocaria no restante do relatório. Esta espécie de silêncio diplomático em torno desse assunto pode ser atribuído, além da urgência das preocupações de defesa militar, ao fato de que Joris Garstman já estaria preso, apesar de não ter sido entregue aos tapuias, como estes teriam exigido.

Mas antes de continuarmos a análise do diálogo acima referido, procuraremos compilar alguns registros sobre as circunstâncias que teriam cercado o episódio do assassinato de Jacob Rabbi, por estarem associados diretamente a diversos aspectos dos acontecimentos tratados em nosso documento.

Jacob Rabbi, conforme registra Gaspar Barleus, teria vindo para o Brasil em 1637, acompanhando Maurício de Nassau, *“a pedido do rei Janduí e com permissão do Conde de Nassau, partira para as terras dos tapuias, afim de servir de intérprete entre os holandeses e aquela nação.”*, ainda, que o mesmo teria vivido por *“quatro anos com os costumes deles, agradável ao rei, espectador e testemunha bem aceita de tudo.”* (BARLEUS; p.269).

O perfil de Jacob Rabbi mostrado por Alfredo de Carvalho, sem mencionar as fontes diretas, mas, aparentemente, baseando-se nos inimigos daquele intérprete, tem o seguinte teor:

“...um aventureiro rude e brutal, valente e cruel, astuto e cúvido, no qual dominavam os instintos puramente animais; favorecendo a sua perfeita assimilação aos representantes duma raça primitiva, afazendo-se aos seus costumes e chegando a escolher entre eles a companheira.” (CARVALHO; p.169).

Conforme nos informa Joan Nieuhof, Jacob Rabbi, que “ *outrora, fora encarregado de estar no meio dos tapuias, comissionado pela Companhia, para manter os tapuias em amizade e boas disposições para com este governo; assim como ele já os tinha, por várias vezes, conduzido das montanhas (onde eles habitavam), em nosso auxílio*”, foi assassinado em uma emboscada atribuída ao Tenente-Coronel Joris Garstman, comandante holandês do Rio Grande, na madrugada de 5 de abril de 1646. Acrescenta Nieuhof que Rabbi: “*morava no Rio Grande, no forte Ceulen, e era casado com uma brasileira, embora fosse de ascendência alemã*”; e, ainda, da preocupação das autoridades holandesas: “*O Conselho chocou-se profundamente com essa vilania, porque Jacob Rabbi era casado com uma brasileira e gozava de grande estima entre os tapuias, sendo, pois, de se recear que o crime fizesse com que tanto os tapuias como os brasileiros se revoltassem contra nós.*” Joan Nieuhof diz ainda que “*Conforme revelara a amigos seus, havia já tempo que Rabbi suspeitava da traição de Garstman e, justamente por esse motivo, estava de partida para o Rio Grande a fim de se refugiar entre os tapuias* “. Considerado autor do crime, por ordem dos Altos Comissários da Justiça e Finanças, aos 24 de abril, Joris Garstman foi preso sob custódia, sendo substituído em seu posto pelo Major Bayert ¹²². (NIEUHOF; p.277).

Entre os documentos pesquisados por Gonsalves de Mello, com referências às incursões dos tapuias, aparecem as indicações tanto do envolvimento de Jacob Rabbi, quanto da desaprovação de Joris Gartsman quanto ao tratamento dado aos colonos na capitania do Rio Grande pelos homens de Janduí. Em 1643 uns 800 a 900 tapuias aproximam-se de Mompabu, matando o gado e destruindo as roças. Registro daquele mesmo, daria conta de que Joris Garstman teria comparecido perante o Alto Conselho do Recife queixando-se dos abusos e estragos que os moradores do Rio Grande teriam sofrido dos tapuias conduzidos por Jacob Rabbi, e que, em função desse episódio, o pagamento a este dos seus vencimentos de empregado da Companhia teria sido suspenso. Jacob Rabbi era acusado ainda de instigar os tapuias contra os habitantes “*hoje é sabido*”, dizia Joris Garstman, “*que o dito Jacob Rabbi mandara os tapuias saquear as casas dos moradores e trazer-lhe o produto do roubo*”. Essas acusações teriam levado o Alto Conselho a demitir Rabbi e autorizar a sua prisão. (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.205). Segundo Gaspar Barleus, Jacob Rabbi apareceria como interlocutor entre Nassau e Janduí, quando o Conde preparava sua partida para a

¹²² Segundo Gonsalves de Mello, que adota a grafia Bayart, Cornelis Bayart seria um dos seis majores na

Holanda; ou seja, de alguma forma já estaria reabilitado por volta de maio de 1644.(BARLEUS; p.269).

Para Alfredo de Carvalho ¹²³, entre os documentos contemporâneos por ele examinados, “*Rabbi raramente aparece até as proximidades da campanha restauradora de Pernambuco, quando atingiu ao apogeu e fim de sua inglória existência.*” (CARVALHO; p.170). Nesta fase teriam acontecido, entre julho e outubro de 1645, uma série de atentados com morte de moradores e pilhagens e incêndios de casas e engenhos, atribuídos aos tapuias, sob o comando de Jacob Rabbi. Estando entre estas ações os massacres de Cunhaú (julho de 1645) e de Uruassú (outubro de 1645), conhecidos por estarem relacionados com a recente beatificação dos sacerdotes católicos André de Soveral e Francisco Ferro, “e seus companheiros”, mortos nesses atentados, segundo a interpretação do Vaticano, “*in odium fidei*” (por ódio à fé) ¹²⁴.

Em seu registro sobre estes massacres, o cronista Joan Nieuhof afirmou que: “*os tapuias tomados de ódio para com os lusos, atacaram alguns deles, a 16 de julho, no engenho de Cunhaú, matando todos os que lá se encontravam, sem que os holandeses das redondezas conseguissem impedi-lo*”, informando, em seguida, que após atacarem outras localidades do Rio Grande, conseguiram a capitulação dos rebeldes luso-brasileiros com a promessa de terem os colonos as vidas preservadas : “*alguns portugueses fugiram para Paraíba e os tapuias tomando esse ato como quebra do tratado que acabavam de fazer, combinaram com os demais brasilianos executar os portugueses remanescentes onde quer que os encontrassem, o que logo fizeram*” (NIEUHOF; pp.262-263). E conclui:

“O resultado de tudo isso foi que o Rio Grande ficou inteiramente expurgado de rebeldes, a exceção de uns poucos sobre os quais os tapuias não puderam lançar mão. Suas propriedades, inclusive gado, foram depois vendidas, em benefício da Companhia e de seus credores e os armazéns públicos foram supridos com boas reservas de carne em boa hora recebidas.”(NIEUHOF; p.263).

Pierre Moreau, que teria chegado ao Recife na mesma época da repercussão do assassinato de Rabbí, em 1646, considerou sinal de má sorte para o novo Conselho que

colônia em 1643, na ocasião lotado na Cidade Maurícia. (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.167).

¹²³ Em seu estudo sobre Jacob Rabbi, “Um Intérprete dos Tapuios”, editado na coletânea CARVALHO, Alfredo de *Aventuras e Aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia., 1930.

¹²⁴ Segundo informa SALES, D. Eugênio de Araújo. “Mártires Brasileiros”, coluna “Voz do Pastor”. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 11/12/1998.

tomava posse, que a primeira notícia que lhes teria sido trazida tinha sido a de que as alianças com os povos indígenas estariam ameaçadas, pois :

“ a maior parte dos tapuias e brasilianos, que sempre tinham sido aliados dos holandeses e combatido a seu serviço, os haviam abandonado e adotado o partido de seus inimigos, por ódio àquilo que Joris Garstman, general da milícia, fizera seis meses antes, mandando matar o alemão Jacob Rabbi; este homem intrépido de tal forma se adaptara a estes selvagens em seus costumes e modo de viver, que se tornara como se fosse um deles, e estes de tal modo a ele se afeiçoaram, que o fizeram um de seus principais capitães.” (MOREAU, BARO; p.63).

Pelo que foi apurado por Pierre Moreau, na versão dos amigos de Joris Garstman, o crime foi causado pelo assassinato por Jacob Rabbi do sogro de Joris Garstman, e que a morte de Jacob Rabbi só apresentava vantagens para a população, posto que este *“escolhia os piores tapuias e com eles efetuava diversas pilhagens no país”*. Entretanto, havia os que sustentavam que outros tinham sido os motivos de Joris Garstman, conforme o registro que transcrevemos em seguida, afirmando que o mesmo:

“sabendo que Jacob Rabbi reunira, com o fruto de seus roubos, uma rica presa e a escondera em lugar que ele bem conhecia, mandara matá-lo para disso tirar proveito; e, com efeito, encontraram-se em seu poder algumas jóias, reconhecidas por aqueles que Jacob Rabbi tinha roubado” (MOREAU, BARO; pp.63-64).

Ainda segundo a crônica de Pierre Moreau, Janduí teria solicitado a entrega de Joris Garstman para ser justificado pelos tapuias: *“de acordo com o privilégio que lhes tinha sido outorgado pelos Estados Gerais e a Companhia das Índias, de somente eles serem os juizes dos criminosos de sua nação.”*; e, ainda, que a delegação daquele chefe tapuia teria alegado, em defesa de Jacob Rabbi, a argumentação que se segue:

“Quanto ao assassinato do sogro de Garstman, este é que dera o motivo, como todos sabiam muito bem, quanto aos seus roubos e furtos, se ele tinha tomado gado, era somente para viver, pois não era razoável que ele e sua gente morressem de fome quando lhes era recusado comida. Se tomara instrumentos de ferro, era para servir-se deles no campo, a serviço dos próprios holandeses, aos quais os tapuias jamais tinham pedido soldo, e pelos quais muitas vezes se tinham expostos.” (MOREAU, BARO; pp.63-64).

Segundo Pierre Moreau, os tapuias teriam considerado, adicionalmente, que se, em todo caso, Jacob Rabbi tivesse de ser castigado: *“devia-se ter seguido o costume dos holandeses; em vez disso tinham-no assassinado, quando poderiam facilmente mandar prendê-lo”* (MOREAU, BARO; p.64). Os “Senhores do Conselho” teriam respondido

aos enviados de Janduí que não poderiam entregar Joris Garstman pelo fato de ele ser um oficial superior, sendo que se o mesmo fosse condenado a morte teria ainda direito a apelação junto aos Dezenove, na Holanda. Em seguida, teriam mandado vir Joris Garstman, que teria sido encarcerado na presença dos delegados dos tapuias, os quais, conforme informa Pierre Moreau: “, *no entanto, voltaram descontentes para os seus, por ter sido recusado Garstman, e disseram, ao partir, que os holandeses se arrependeriam.*” (MOREAU, BARO; p.64).

Esta argumentação entre a delegação dos tapuias e as autoridades do Recife sobre quem deveria punir Joris Gartsman, contém uma indicação sobre o processo de reconstrução cultural que os tapuias vinham passando diante da circunstância de precisarem lidar com os invasores europeus: a alegação da quebra de um acordo, firmado anteriormente, definindo a jurisdição para os crimes cometidos. Esta prática parece se confirmar como assimilada com a assinatura de tratado¹²⁵ de paz entre os tapuias e os luso-brasileiros no final do século XVII . Outra evidência deste referido processo seria a inclusão de dinheiro entre os presentes enviados ao chefe Janduí, como veremos mais adiante.

Retornando para a análise dos registros da “boa conversa” entre Roulox Baro e Janduí, dois pontos parecem se destacar na posição do líder indígena em relação ao comportamento que os seus liderados deviam adotar segundo o discurso de Roulox Baro. A defesa dos saques eventuais aos colonos, antigamente permitidos, ou “coordenados”, por Jacob Rabbi, em função da falta de apoio dos holandeses em retorno aos serviços prestados; repetindo a posição adotada perante o Conselho, quando do pedido para que pudessem julgar Joris Garstman. E, ainda, a efetividade da autoridade de Roulox Baro. Após o comentário “*Eis uma boa conversa*”, Janduí teria argumentado: “*Meus homens sempre se contentaram com algumas ferramentas que puderam apanhar e não era preciso fazer tanto barulho por um pouco de carne que tivessem levado e comido.*” (MOREAU, BARO; p.99). Para, em seguida acrescentar, conforme a tradução de Alfredo de Carvalho:

“Quando Jacob Rabbi era vivo, juntava-se aos meus tapuias, com os quais descia à capitania do Rio Grande e dizia a este ou àquele: “Dá-me um boi para minha gente, do contrário mandarei matá-lo, e todos o obedeciam. Jacob tinha muito mais poder sobre a

¹²⁵ Conforme podemos ler nas “Cópias das Capitulações realizadas entre o Governador Geral do Brasil, Antonio Luiz Gonçalves da Camara e Canindé, Rei dos Janduins. Cidade do Salvador, Baía de Todos os Santos, 10 de Abril de 1692.”. Incluída no trabalho: ENNES, Ernesto *A s guerras nos Palmares* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Pp. 422-426.

sua gente do que tu, porque se fazia temer dos moradores, enquanto tu o temes” (CARVALHO; p.169).

Diante desta posição desafiadora de Janduú, Roulox Baro registra ter argumentado que Jacob Rabbi nunca tivera *“quer o poder, quer o comando”* que ele possuía, e que Jacob Rabbi fora *“homem de má vida, odiado dos seus e de todos aqueles que o conheciam”*, e, ainda, que: *“não cuidava de imitá-lo, temendo terminar como ele.”* (MOREAU, BARO; p.100). Nessa altura Janduú retrucou com a declaração, que já nos referimos, em que parece demonstrar sua percepção da falta, em torno de Roulox Baro, de elementos simbólicos convencionais que envolveriam normalmente as autoridades holandesas com as quais tivera contato: *“Jacob Rabbi, continuou ele, tinha mais poderes do que tu: estava sempre provido de um bom comando e acompanhado de diversos soldados, ao passo que tu vens aqui sem comando e sem um soldado.”* (MOREAU, BARO; p.100).

Na seqüência de sua argumentação, Roulox Baro tenta demonstrar não precisar do aparato que Janduú estranhava não acompanhá-lo. Posição que se poderia atribuir a sua criação dentro das características da formação multicultural das forças de defesa do Rio de Janeiro. Ou, ainda, que estivesse procurando disfarçar o fato da administração holandesa não lhe fornecer o tal aparato, em função da sua condição de “mestiço”, uma das razões “econômicas” que teriam ajudado ao seu estabelecimento como sucessor de Jacob Rabbi como “embaixador” junto aos povos do sertão. E disse a Janduú: *“Não desejo, disse-lhe, ser acompanhado de ladrões, como ele o era, que poupavam os inimigos para saquear os vizinhos e amigos.”*, acrescentando *“que era uma felicidade Jacob Rabbi ter morrido, porque se ainda vivesse seria obrigado a prestar contas das extorsões e pilhagens que praticara contra os seus, e que ninguém poderia inocentá-los.”* (MOREAU, BARO; p.100).

A resposta atribuída nos registros de Roulox Baro ao chefe Janduú, pode, em nosso entender, ser interpretada como uma tentativa de demonstrar para nosso cronista que a sua posição de intermediário, nos termos de independência em relação aos demais funcionários da Companhia que seu modo de ação revelava, seria compreendida, desde que Baro não abusasse de sua “autoridade”, evitando agir como se tivesse uma tropa para respaldá-lo. Ou, em outras palavras, como se fosse realmente “um holandês”. *“Não, replicou, mas se tu falasses com maior brandura a mim e à minha gente do que o fazes, terias maior satisfação do que pensas, pois eles não toleram ser tratados*

rudemente.” (MOREAU, BARO; p.100). Mas Baro promete: “*Se eles se abstiverem, disse-lhe, de maltratar a minha gente e os que estão sob minha proteção, eu lhes darei presentes da Europa.*”, e a conclusão da conversa: “*Eles assim o farão*”, respondeu-me, e tomando-me pela mão conduziu-me a cear com ele frutas do jenipapo e caldo feito com farinha de mandioca e milho.” (MOREAU, BARO; p.100).

Analisando o nosso texto, e buscando os indícios que apontam para a idéia de um forte apelo de Janduí por assistência militar como uma das idéias centrais, parece se revelar um enredo diplomático, onde partindo da ameaça de uma possível mudança para as hostes do inimigo, terminaria com o nosso líder indígena aceitando uma promessa vaga de uma futura ajuda, e, ainda, dentro das condições impostas por Roulox Baro. A posição inicial estaria caracterizada na justificativa apontada por Pierre Moreau para aquela viagem de Roulox Baro:

“Quando o Conselho do Recife soube de tudo isso e ficou certo da boa vontade de Janduí para com ele, temeroso que o mesmo se deixasse conquistar e desejando conservar sua aliança, decidiu enviar-lhe Roulox Baro, que lhes servia comumente de intérprete, o qual, tendo convivido desde a sua juventude com os tapuias, sabia perfeitamente sua língua e era muito querido deles. Este devia agradecer-lhe em seu nome a amizade que lhes dispensava e, em testemunho da sua, presenteá-lo de sua parte com machados, machadinhas, facas, espelhos, pentes e objetos semelhantes, ao mesmo tempo que deveria demonstrar-lhe os embustes e infidelidades dos portugueses, convidando-o a não nos abandonar.” (MOREAU, BARO; p.66).

Pierre Moreau, pelo que registra em sua crônica quando do retorno de Roulox Baro, teria percebido a importância atribuída por Janduí aos que o estavam ameaçando, e o grau de urgência da necessidade de auxílio que este esperava dos holandeses. Demonstra ainda que teria conhecimento do verdadeiro quadro militar vivido pela administração em Recife, impossibilitando, naquele momento, o cumprimento das promessas de Roulox Baro. Como podemos ver no trecho a seguir:

“Roulox Baro encontrou Janduí disposto a permanecer sempre seu amigo e ser-lhes fiel no futuro, como fora no passado, apesar dos agrados que lhe tinham feito os portugueses para conquistá-lo para o seu lado; não o conseguindo, tinham-lhe ódio e declararam-se, com os outros tapuias e brasileiros descontentes, seus inimigos mortais e ameaçavam e aos seus de destruição, conservando-os em perpétuo alarme e receosos de alguma surpresa. O diabo invocado por este Rei, e no qual ele confia, consultando-o sobre os seus negócios, nada lhe prognosticou de bom. Ele implorou, então, a assistência dos holandeses e Roulox Baro prometeu-lhe um poderoso socorro do Recife, que a esse tempo quase não dispunha de forças para se manter e esperava reforços da Europa para si mesmo, estando, pois, incapacitado de ir protegê-los tão depressa.” (MOREAU, BARO; p.66)

Uma série de fatores teriam levado ao cenário que, segundo o registro de Pierre Moreau, teria obrigado Janduú a “implorar” a assistência dos holandeses. Segundo Joan Nieuhof, em abril de 1645, já chegavam informações sobre a extensão para a região de Janduú das atividades dos rebeldes pernambucanos: era *“voz corrente naquela região que Camarão, chefe dos brasileiros se achava em marcha do Sertão para o Ceará, a fim de se reunir com os brasileiros da região e atacar a Capitania do Rio Grande.”* (NIEUHOF; p.139). Se, neste momento, ainda havia um tipo de situação que justificasse a hipótese de que os tapuias poderiam ser deslocados para ajudar a controlar a rebelião no sul, os acontecimentos que se seguiram levariam sucessivamente ao cenário pouco seguro em que encontramos Janduú no nosso documento. Segundo este referido cronista, o Conselho do Brasil Holandês teria discutido, em julho de 1645, *“se, para a segurança do país, não necessitariam do auxílio dos tapuias, sob o comando de seu rei Janduú residente no Rio Grande”*, solução que seria descartada com a seguinte argumentação: *“Entretanto, levando em consideração as devastações que forçosamente acarretaria a marcha de um povo bárbaro, através do país, julgaram de bom alvitre nada decidir sobre esse ponto..”* (NIEUHOF; p.183).

Ainda sobre a posição dos tapuias, em 1645, no panorama estratégico das forças que disputavam o controle da área sob domínio formal da Companhia, Joan Nieuhof transcreve em sua crônica um documento que aponta um aspecto pouco explorado na historiografia sobre a “restauração pernambucana”. Em carta de 19/7/1645, onde respondia ao Conselho sobre os motivos alegados pelos portugueses do Brasil Holandês para as atividades dos rebeldes, que o governo na Bahia estaria sendo acusado de apoiar, numa atitude que poderia ser interpretada como quebra da trégua celebrada entre o rei de Portugal e o Governo holandês, o Governador Antônio Teles da Silva assim mencionava a citada ameaça tapuia que pesava sobre a população, segundo a transcrição do cronista: *“Os portugueses sob seu governo comunicaram-me as razões que os impeliram a esta rebelião, solicitando o meu auxílio na qualidade de súdito do Rei meu Senhor. Disseram-me que receavam ser sacrificados à fúria de 4000 Tapuias especialmente enviados do Rio Grande para esse fim,..”* (NIEUHOF; p.177).

Através de algumas notícias para o Conselho sobre a situação no Rio Grande, compiladas nos registros da crônica de Joan Nieuhof, podemos ter uma noção da evolução dos referidos acontecimentos que viriam a contribuir para a mudança da

situação dos tapuias liderados por Janduí. Em princípios de julho de 1645, diversos informes, inclusive vindos de Roulox Baro e de Jacob Rabbi, teriam comunicado que: “*diante da ameaça de invasão pelas forças de Camarão, provenientes do sul e pelos índios de Ceará e Maranhão, haviam desarmado todos os portugueses e recolhido as armas ao forte de Ceulen*”¹²⁶; informando que “*o chefe Janduí e suas forças tapuias estavam prontos para se lançarem contra os lusos logo que recebessem ordens*”; e, ainda que: “*Cientes disso, muitos peninsulares haviam fugido para Paraíba.*” (NIEUHOF; p.188). Em seqüência teriam ocorrido os massacres já mencionados sob a liderança de Jacob Rabbi, cuja motivação, na visão de Joan Nieuhof foi assim registrada: “*Informados de que os portugueses de Pernambuco estavam revoltados, os tapuias, tomados de ódio para com os lusos, atacaram..*” (NIEUHOF; p.262), o que teria resultado no “expurgo de rebeldes” no Rio Grande, cujo registro pragmático daquele cronista já foi aqui mencionado.

Em novembro de 1645, encontramos notícias dos movimentos de tropas entre soldados holandeses e o “*inimigo recém-chegado ao Rio Grande, procedente da Paraíba.*” (NIEUHOF; p.267). Teria início uma série de combates procurando não permitir que as tropas de Camarão ocupassem o interior da capitania, “*e assim impedir que as nossas guarnições de lá recebessem gado e farinha*”, com a participação ativa os tapuias liderados por Jacob Rabbi e pelos filhos “*do rei Janduí*” (NIEUHOF; p.269). A ação dos tapuias teria se estendido aos combates na Paraíba, como registra o relatório do Capitão Willem Lambertsz, de setembro de 1645, onde informa, segundo o registro de Joan Nieuhof:

“Não sem grande dificuldade, conseguira, finalmente, do rei Janduí, uma força de 200 tapuias, pois o rei fingia temer que, durante a ausência de suas tropas, fosse vítima de alguma incursão de seus vizinhos para massacrá-lo, juntamente com sua família, exigindo, ao mesmo tempo, que todos os portugueses da Paraíba fossem passados a fio de espada. Continuando sua informação diz Lambertsz que, marchando com esses tapuias para a Capitania de Paraíba, exterminaram eles todos os portugueses que encontraram no trajeto, em número de 100, aproximadamente, tendo igualmente saqueado suas propriedades..” (NIEUHOF; p.257)

¹²⁶ O “Camarão”, mencionado pelo cronista, seria Antônio Felipe Camarão, índio potiguar, também conhecido por Poti (camarão na língua tupi), e que teria atuado como “Capitão-mor” dos índios na campanha de restauração do domínio da região pelos luso-brasileiros. Para informações sobre a sua atuação, veja-se: VARNHAGEN, Francisco A. de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

Em abril de 1646, de acordo com as cartas dirigidas ao Conselho pelo Coronel Joris Garstman, “*o inimigo já havia abandonado o Rio Grande*”. (NIEUHOF; p.276). Abril de 1646, mesma data da ocorrência que marcaria o aumento das dificuldades nas relações entre holandeses e os povos indígenas, o assassinato de Jacob Rabbi. Entre os diversos aspectos em que a influência deste acontecimento se mostra presente em nosso documento, encontramos a mudança na correlação de forças entre aliados e inimigos de Janduí na região. Aparecendo como divisor de águas, em diversas ocasiões, como no episódio envolvendo as ações dos tapuias e brasileiros do Ceará, com referência a conveniência ou não de se continuar apoiando os holandeses; registrado, por exemplo, na afirmação de Janduí para Baro: “*Eles me odeiam porque eu não os segui e porque não fiz nas minhas terras como eles fizeram no Ceará, onde degolaram os vossos homens*”. (MOREAU, BARO; p.98). Segue-se, a transcrição do registro na crônica de Pierre Moreau, do citado episódio; segundo este autor, ainda em 1647.

“..aconteceu que os tapuias e brasileiros dissidentes de Janduí deixaram o partido holandês e adotaram o dos portugueses, não só devido a morte de Jacob Rabbi, como porque não lhes haviam querido entregar Garstman. Fizeram uma incursão ao Ceará, onde mataram e massacraram todos os habitantes holandeses do interior e solicitaram insistentemente a Janduí, rei de sua nação, que se unisse a eles e socorresse os portugueses, mandando-lhe pequenos presentes a fim de melhor convencê-lo. Este respondeu-lhes, entretanto, que preferia guerreá-los a consentir e aprovar sua má ação no Ceará.” (MOREAU, BARO; p.66).

No que se refere ao cerne das negociações, ou seja, às condições para a manutenção da fidelidade de Janduí aos holandeses, um dos fatores que o teria levado à “*implorar a assistência dos holandeses*”, foi a pressão que as forças lideradas por Camarão estaria fazendo no sentido de desestabilizar a liderança de Janduí entre os grupos tapuias da região. No registro de Roulox Baro que reproduziremos a seguir, narrando um episódio que teria ocorrido em primeiro de julho, podemos avaliar a rede de intrigas com a qual Janduí tinha que lidar. Na declaração final atribuída a Janduí para o nosso cronista, encontramos o que parece resumir a “mensagem” que ele esperava que chegasse aos holandeses que o teriam enviado como “embaixador”.

“..um capitão dos tapuias, chamado Vvariju, veio visitar Janduí, com sua gente conduzida por trinta e quatro chefes e regalaram-se com farinha, ratos e milho, que tinham trazido. Janduí indagou dele o motivo de sua viagem, dizendo-lhe Vvariju que vinha da caça aos inimigos e que, pensando ir juntar-se a Paicu, que a tal os convidara, não conseguira encontrar o caminho. – “Tu devias trazer-me, disse Janduí, os presentes que ele te enviou.” – “Acreditei, replicou Vvariju, que isso não seria necessário, porque

eles me asseguraram que tinham vindo de tua parte e que tinham me avisado do seu desejo.” – “Isto é falso, disse o ancião; é certo que me enviaram alguns presentes por brasileiros, os quais lhe devolvi, a fim de que me viessem encontrar e trazer-me o resto daquilo que me pertencia. Mas esses marotos tomaram outro caminho e fugiram com a gente de Paicu. Deram-te alguma coisa?” – “Sim, disse Vvariju, machados e facas. Procederam igualmente com Paicu.” Janduú gritou: “Ah! Traidores! Se eu estivesse agora ao pé do Rio de Vvariju, daria cabo deles, com suas mulheres e filhos.” Depois, voltando-se para mim, disse: - “Este povo não quer outra coisa senão levar-me para o lado dos portugueses. Não lhes basta ter massacrado os do Ceará, querem acabar com todos os holandeses: eis porque é preciso que te resolvas a voltar aqui com a maior quantidade de soldados que poderes, juntar-te aos brasileiros teus aliados e vires encontrar-me para, todos juntos, nós os atacarmos e destruímos.” Disse-lhe que assim o faria.” (MOREAU, BARO; p.101) ¹²⁷.

Ao se despedir de Vvariju, em 3 de junho, conforme os registros do relatório, Janduú teria dado *“uma parte dos presentes que eu lhe trouxera, sob a promessa de seguir o seu partido, que é o nosso”*; tendo, em seguida, comentado com Roulox Baro: *“Vês, meu filho, como é necessário que eu dê aos tapuias parte do que me ofereceste? Pois, de outro modo, eu ficaria só; não tenho o suficiente para distribuir aos outros chefes”*; que teria respondido: *“Prometi-lhe que, dali em diante, eu me abasteceria de presentes suficientes para todos.”* (MOREAU, BARO; p.101). Promessa registrada no relatório, talvez, como forma de reivindicar o envio de mais presentes por parte da administração da Companhia.

No registro referente ao dia 7 de junho, Roulox Baro narra outro episódio relacionado com a referida pressão sobre os aliados, onde podemos interpretar na declaração atribuída à Janduú, uma argumentação que, mais uma vez, procuraria destacar a sua percepção do caráter de “mestiço” da posição de Roulox Baro, e a sua importância em relação aos grupos mencionados: “os holandeses” e “os brasileiros”. Além de parecer reconhecer, pela primeira vez, que estava em desvantagem em termos militares. E na resposta de Roulox Baro, podemos ver, tanto uma tentativa de ganhar tempo antes de prometer ajuda efetiva:

“Cerca de meio-dia, dois tapuias de Preciaua vieram ter conosco, assegurando que Paicu e sua gente tinha feito um acordo com os inimigos, resolvidos a vir todos juntos guerrear contra Janduú. Este magoou-se, sentou-se no chão e, após um longo silêncio, disse-me: - “Vês, meu filho, o que se passa? Não queres socorrer-me contra teus

¹²⁷ Este conflito com outros grupos tapuias já estaria presente na época de uma visita anterior de Roulox Baro. Conforme registra Joan Nieuhof, a 13 de agosto de 1646, Roulox Baro: *“que como já relatamos, fora incumbido de levar alguns presentes a Janduú, rei dos tapuias, trouxe uma carta desse chefe indígena, datada de primeiro de julho, endereçada ao Conselho, na qual agradecia os presentes e pedia que lhe enviasse armas de ferro, pois estava em guerra com os Paiacus, e, logo que os tivesse subjogado, marcharia com todas as suas forças contra os portugueses.”* (Nieuhof; p.295).

inimigos e os meus? Tu me asseguravas há dias que tinhas tanto poder e comando sobre os teus, quanto tivera Jacob Rabbi, e que podias levantar tantos holandeses e brasileiros quantos quisesses. Eis o momento de prová-lo, visto que os nossos inimigos estão mais fortes do que eu.”

“Respondi-lhe nestes termos – “É preciso, primeiramente, meu pai, que te informes se a notícia que vem de lhe ser dada é verdadeira e, se for, que reunas tantos tapuias quantos puderes. Por mim, irei à minha morada e te trarei dos meus tudo o que puder conseguir para o teu socorro; mas creio que o que te disseram é inventado; e o tempo irá demonstrar isso”. (MOREAU, BARO; p.102).

Mais adiante, no registro referente ao dia 13 de junho, em outra conversa entre Janduú e Roulox Baro, na qual o chefe tapuia procura mostrar ao cronista detalhes sobre o quadro dos acontecimentos, além de, após reconhecer mais uma vez a inferioridade militar que atribuía às suas forças frente aos inimigos, “ameaçava” com a possibilidade de ser obrigado a levar seu povo para a sede da capitania.

“..Janduú, conversando comigo, disse-me que sempre servira aos holandeses em suas necessidades; que pedia retribuição contra aqueles que haviam matado os da minha nação em Salinas e em Ipanema, os quais, indignados pelo fato de eles não terem seguido o seu partido, tendo sido amigos anteriormente, procuravam sua perda; tinham-se aliado à gente de Camarão e aumentado sua armada de grandes e temíveis tropas, que estavam acampadas acima do Paraíba com Vvajapeba, que tinha estado sempre do seu lado e morara longo tempo entre eles na Várzea; eles é que lhes tinham enviado os presentes que me mostrara, da parte do referido Camarão. Que eles todos se tinham juntado a Paiucu, de sorte que, não podendo resistir-lhes, estava resolvido, caso não fosse socorrido por mim e pelos meus homens, a retirar-se para o Rio Grande, próximo do nosso forte. Este discurso me sobressaltou, pois não tinha nenhuma vontade de vê-lo tão perto de mim. Eis porque lhe disse que não devia ele abandonar a sua terra e que ali devia esperar o inimigo, caso fosse verdadeiro que este estava pronto para atacar.” (MOREAU, BARO; pp.102-103).

Nos dias que se seguiram, segundo o relato de Roulox Baro, as respostas do “diabo” às consultas dos feiticeiros insistiam para que as forças de Janduú não entrassem em combate antes da chegada do reforço dos holandeses, e, ainda, que deveriam “atravessar o rio, e vir para o Rio Grande” (MOREAU, BARO; p.106). Roulox Baro argumentou ser mais conveniente eles se dirigirem para um local pobre, onde os inimigos, ao perseguí-los, não pudessem encontrar o que comer. Prometeu que o socorro viria, mas “que era necessário que eu próprio fosse buscá-los.”, o que Janduú não gostou: “O ancião não ficou muito contente e respondeu-me que, se eu não fosse depressa e voltasse ainda mais rapidamente, os seus inimigos e os meus deitariam a perder a eles e a nós, até mesmo no Rio Grande”. (MOREAU, BARO; p.106). Em 5 de

julho, encontramos o último diálogo entre Roulox Baro e Janduí, quando o chefe teria perguntado se ele voltaria breve, recebendo como resposta:

“..informei-lhe que sim, acrescentando que enquanto ele me esperava, devia mandar alguns de seus homens à busca do inimigo, a fim de capturar prisioneiros, para saber dos seus intuítos e de suas forças. Deveria esperá-los o maior tempo que pudesse caso acreditasse que não poderia resistir-lhes, se retirasse para Vvahy. Se isso acontecesse, deveria enviar-me dois ou três homens ao Rio Grande, que me avisariam do que se passava. Assim me prometeu. Despedi-me, então, de Janduí, recusando a companhia dos tapuias que ofereceu para me guiarem.” (MOREAU, BARO; p.107).

Nesta passagem que acabamos de reproduzir é de ressaltar a segurança demonstrada por Baro no que se refere ao seu deslocamento até a chegada em sua casa. Como pudemos ler no depoimento de Knivet, mesmo alguns europeus experientes não costumavam prescindir de tais guias.

Antes de passarmos aos comentários sobre os brasileiros citados no relatório, podemos montar um pequeno resumo dos acontecimentos envolvendo os tapuias de Janduí, entre o retorno de Roulox Baro e a rendição dos holandeses, utilizando as informações compiladas por Ernst van den Boogaart¹²⁸. De volta de sua viagem, o Conselho teria fornecido a Baro, após alguma relutância, um pequeno grupo de soldados, munição, fardas e ferramentas. Apesar deste auxílio, Janduí foi derrotado pelos inimigos. O Conselho teria, então, enviado um reforço de vinte homens para, com o auxílio de índios aliados do Ceará, vingarem esta derrota. Após uma segunda derrota, os tapuias de Janduí e seus aliados do Ceará viriam a se recolher ao forte Ceulen. Em junho de 1648 já apareceriam restabelecidos no sertão, promovendo as habituais incursões na capitania. Foi quando Roulox Baro renunciou, sendo substituído por Pieter Persijn. Os tapuias de Janduí mantiveram a lealdade aos holandeses até a capitulação das tropas da Companhia no Rio Grande, negociando com os colonos e sendo visitados no sertão anualmente por Persijn. Os tapuias de Janduí teriam sido incluídos na cláusula de anistia para os índios que ficaram do lado dos holandeses.

Sobre o relacionamento dos tapuias de Janduí com as autoridades do Brasil Holandês, na fase posterior à missão de Baro, temos o registro de Joan Nieuhof, no final de outubro de 1647: “ *os tapuias, exasperados pelo assassínio de seu comandante*

¹²⁸ BOOGAART, E. van den. “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu – 1631-1654”. In. BOOGART, E. van den, ed. In collaboration with HOETINK, H. R. and Whitehead, P. J. P. *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679: A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: Johan Maurits van Nassau-Siegen Stichting, 1979. pp.519-538.

Jacob Rabbi, abandonaram-nos. O Conselho fez o que pôde para os acalmar aprisionando e desterrando Garstman, o autor do delito e confiscando seus haveres. Contudo, não se conseguiu persuadir os tapuias que se reunissem a nós como antes.” (NIEUHOF; p.307). Esta seria a sua última referência aos tapuias de Janduí; Joan Nieuhof partiria para a Holanda em julho de 1649.

A forma de denominação genérica de brasileiros adotada no relatório, não só acompanha a forma costumeira dos holandeses se referirem aos tupis¹²⁹, como parece apontar para uma extensão dessa identificação como um “grupo étnico” pelos próprios tupis, ao se verem diante da necessidade de demonstrarem uma posição comum em relação aos desmandos dos “comandantes” e em relação aos tapuias. Baro denomina como brasileiros, basicamente, os membros das aldeias vizinhas a sede da capitania – citados na partida e na chegada da viagem – , e os grupos que aparecem como “refugiados” no território dos tapuias.

No caso dos encontros com os vizinhos, não são registrados diálogos, nem comentários específicos, aparentemente mostrando um relacionamento habitual, como podemos ler nos respectivos registros. No trecho referente ao início efetivo da viagem, em abril de 1647, a respeito da superação das dificuldades causadas pela enchente nos rios das redondezas da sede da capitania, assim são mencionados os brasileiros: *“No dia 21, além dos homens que tinha comigo, tomei dois na aldeia dos brasileiros, para nos conduzirem ao outro lado do rio, onde chegamos aproximadamente ao meio-dia.”* (MOREAU, BARO; p.92). No que se refere aos registros relativos à chegada, em julho de 1647, encontramos referências aos brasileiros no trecho que reproduzimos em seguida:

“.. chegamos à tarde à aldeia que existia à margem do Rio Potengi, onde passei o dia seguinte, a fim de que me mostrassem onde estavam aquelas belas pedras negras das quais falei acima. Dois habitantes aí me conduziram e mostraram-me grande quantidade delas. Na volta, mandei pilar um pouco de milho para comer durante à viagem.

No dia 10, querendo eu partir, trouxeram-me uma beberagem feita com milho e mel selvagem; bebi-a toda e depois caminhei pela encosta e pela serra, até chegar no rio. Na noite do dia 11, mandei de volta os brasileiros da mencionada aldeia que me acompanhavam; encontramos milho e peixe para cear.

No dia 12, atravessei o rio, no qual pescamos o suficiente para alimentar-nos.

¹²⁹ Sobre este costume, registra Gonsalves de Mello: *“Se bem que fosse conhecida a política dos holandeses com relação aos tupis – ou brasileiros, como são chamados nos documentos holandeses – a que dizia respeito aos tapuias ainda não era bastante clara em 1636.”* (GONSALVES DE MELLO, 1978: p.201).

E no dia seguinte, tendo encontrado brasileiros que pescavam, juntamo-nos a eles, e misturamos com a sua pesca os ratos que os meus negros tinham apanhado.

Cheguei a Cameru no dia 14, cerca do meio-dia, e à tarde à minha casa, em Incarenigi, no Governo do Rio Grande, depois de ter suportado a fome e as fadigas que lestes.” (MOREAU, BARO; p.107).

O primeiro encontro com brasileiros que estariam como “exilados” no sertão aparece nos registros do período entre os dias 7 e 12 de maio (MOREAU, BARO.; p.94-96). No final do dia 7, a expedição chegava “*a uma aldeia Terapissima cujo chefe era João Vviouin, o qual nos recebeu amavelmente e nos deu para comer milho...e deu-nos a beber mel silvestre.*” (MOREAU, BARO, p.94). Note-se o nome (João) mostrando um provável batismo, indicação dos novos hábitos e costumes que teriam adquirido nas aldeamentos ¹³⁰. No registro do diálogo entre Roulox Baro e Vviouin, que teria ocorrido no dia seguinte, destacamos a presença da idéia de identidade genérica de “brasiliano” – associada aos tupis aldeados – bem como o teor do acordo entre aqueles brasileiros e os tapuias de Janduí para o refúgio no sertão. Encontramos, ainda o registro da pressão dos grupos aliados dos lusos – “os inimigos”:

“No dia 8, Vvioauin veio procurar-me e, tendo-lhe eu perguntado que fazia ele nestas matas, tão distante de nós e de seus compatriotas, respondeu-me que era por causa da guerra, mantendo-se em paz com os seus vizinhos, os tapuias, e dando-lhes de boa vontade o que tinha, quando estes o vinham visitar. Que, entretanto, os inimigos tinham estado duas vezes em sua casa, a fim de procurar atraí-lo para o seu partido. Tinham feito o mesmo com Janduí há um mês e ele não sabia o que haviam resolvido juntos, nada mais conhecendo a respeito senão o que tinha ouvido dizer pelos tapuias que moravam a uma distância dele de apenas dois dias de marcha” (MOREAU, BARO; p.95)

Ainda em sua permanência na aldeia de Vvioauin, Roulox Baro teria sido procurado por um grupo de brasileiros que pretendiam se fixar na região, e que para isso, pediam um salvo-conduto. Estes registros nos parecem ricos de informações sobre as intensas relações de diferentes grupos étnicos e sociais, envolvendo brasileiros, tapuias, comandantes de aldeias (“oficiais de brasileiros”), e um intérprete representando os “Nobres Poderosos” do Recife, que frequentavam o sertão:

“Perguntei-lhes como sabiam da minha chegada e porque me pediam salvo-conduto; se tinham feito mal a alguém, uma vez que queriam mudar de residência. Responderam que

¹³⁰ Segundo registra Frans Leonard Schalkwuk, em seu *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)*, em sua maioria, os brasileiros das aldeias já tinham sido batizadas, e os missionários da Igreja Cristã Reformada trabalharam no fundamento já lançado pelos padres católicos romanos. (SCHALKWUK; p. 209).

sabiam muito bem da minha chegada, que os oficiais dos brasileiros residentes mais abaixo os ameaçavam constantemente de expulsão, e, por isso, tinham resolvido procurar outra morada, ligando-se aos tapuias, a fim de facilmente conseguir víveres nas matas para eles próprios, suas mulheres e crianças. Sofriam muito no lugar que iriam deixar e, estando no mato, poderiam resistir a seus inimigos e servir a seus amigos. Desejavam construir uma grande aldeia e manter-se em paz pelo seu número, sem nada temer, sustentando o esforço de guerra, se isso fosse necessário.”

“Propus à todos esses brasileiros que, se promettessem nada tentar contra os holandeses e seus aliados, mas, ao contrário, seguir o seu partido e interesses perante e contra todos, serem amigos de seus amigos e inimigos de seus inimigos, bem como avisar-me de tudo quanto se tramasse contra eles no Rio Grande, onde eu morava, eu os receberia sob a minha proteção e salvaguarda. Assim me juraram. Prometendo-me conduzir incontinentemente à minha presença todos os de seu grupo. A fim de fazerem o mesmo, desde que eu lhes desse o salvo-conduto que pediam, esperando a aprovação dos Nobres Poderosos e o consentimento dos senhores da Companhia das Índias Ocidentais.” (MOREAU, BARO; p.95).

Em seguida, o grupo de brasileiros teria sido trazido à presença de Roulox Baro, e insistido na necessidade do “*salvo-conduto, a fim de que nenhum oficial brasileiro pudesse obrigá-los a partir de suas residências*”. Diante da argumentação de que sem a aprovação dos “*Nobres Poderosos meus Senhores*” de nada adiantaria um salvo-conduto, de seu próprio punho, teriam insistido em um documento provisório, episódio assim registrado no relatório:

“...porque no sertão havia tapuias e brasileiros que recrutavam todos aqueles que encontravam, o que causava grande temor entre eles; de posse do salvo-conduto, nada mais temeriam, e diriam a todos os que viessem procurá-los que nenhum poder tinham mais sobre eles, visto que pertenciam à minha nação e não à deles; prometiam-me permanecer fiéis e descobrir as traições tramadas contra nós, mediante remuneração. Todos assim o juraram e também os seus chefes, que eram quase em número de vinte e seis. Feito isto, dei-lhes o salvo-conduto, cujo teor era este: Que ninguém se atrevesse a tirar brasileiros destes lugares, nem ultrajá-los por meio de palavras ou de outra qualquer forma. Eles estavam autorizados a construir ali uma nova aldeia, fazer plantações e residir tanto e tão longamente quanto perseverassem em sua fidelidade, obrigando-se a notificar, incessantemente, por mensageiro especial, aos nossos que estivessem no Rio Grande, os atentados e traições que se praticassem contra os nossos. Feito provisoriamente e dependente da aprovação dos Nobres Poderosos, a 11 de maio de 1647” (MOREAU, BARO; p.96)

Um episódio que pode adicionar elementos para uma leitura da rede de relações entre os diversos grupos sociais envolvidos, é o registro do aparecimento de “*dois brasileiros e uma mulher*”, na aldeia de Vviouin, durante a permanência de Roulox Baro, que teriam afirmado que este viera para “*enganá-los e levá-los para fora do sertão*”, segundo lhes haviam assegurado em Potengi. Conforme registra nosso cronista, se revelaria uma rede de intrigas:

“Tive bastante trabalho para desfazer este boato, perguntando-lhes de onde tinham tido notícia desta mentira. Responderam-me que fora de um certo Luís Caravata, português, e de um chamado Vitapitanga, tapuia, que era de seu partido. Comuniquei-lhes que se os capturasse, ensinar-lhes-ia a falar a verdade e não mais fazer correr boatos maldosos contra a minha pessoa” (MOREAU, BARO; p.96).

Novas perspectivas sobre a dinâmica do cotidiano desses encontros culturais, podem ser encontradas nos registros do dia 19 de maio, quando a expedição chegou em uma região habitada por um grupo de brasileiros, encontrando-a abandonada, com apenas alguns velhos. Estes informaram estarem sem o seu “principal” – dito Diego – o qual teria sido procurado e trazido para uma entrevista com Baro. No diálogo que teria ocorrido nos parece presente a influência da identificação de Roulox Baro com um representante da cultura tupi, na qual teria passado importantes anos de sua formação. Baro se posicionou questionando agressivamente o que levaria um tupi a se afastar de seu povo (*“nos abandonarem assim”*), ao mesmo tempo que oferecia amparo se resolvessem voltar para o litoral, e, ainda, alertando para se cuidarem em relação à agressividade característica dos tapuias. Episódio assim registrado:

“Disse-me que Janduí lhe dera este lugar para nele habitar com os seus, mas o mesmo não era seguro contra os seus inimigos, motivo por que era obrigado, ao primeiro ruído de guerra, a abandoná-lo e fugir para o mato. Ponderei-lhe que eles eram uns sem-vergonha por nos abandonarem assim e à sua própria nação. Respondeu-me que não eram sem-vergonha, mas que, não tendo recorrido aos seus inimigos, aos quais não podiam resistir, era prudente fugir; oprimidos pela fome em sua aldeia, tinham sido obrigados a procurar seus amigos para obter víveres, quando deles careceram. Sem isso, sentir-se-iam felizes em viverem em paz, pois, devido à sua pobreza, só raramente eram atacados pelos seus inimigos, e dispunham de todas as matas ao redor para uma retirada segura. Janduí deixara-lhes a liberdade de cultivar estas terras, e eles tinham plantado raízes e semeado ervilhas e favas, além daquilo que encontravam nas florestas. Não eram ingratos para com Janduí, a quem davam, liberalmente, uma parte daquilo que haviam plantado e semeado; à hora que ele falava, seus homens estavam nas roças semeando milho; não tinham ainda varas de raízes de fazer farinha, mas Janduí lhes prometera dá-las quando, com o bom tempo, descesse ao vale. Afirmei-lhes que, quando viessem do lado do Rio Grande, eu os receberia cortesmente e pedi-lhes que tomassem cuidado de não ofender ninguém.” (MOREAU, BARO; p.97).

Sobre os motivos que poderiam ter levado os brasileiros a procurarem sua transferência para o sertão, ou, como disse Roulox Baro: *“nos abandonarem assim e à sua própria nação”*, encontramos: a situação de fome na antiga aldeia; o atual estado de guerra; e o abuso dos “comandantes” de brasileiros. Abusos estes, que aparecem explicitamente na insistência que teria sido demonstrada pelos brasileiros na obtenção

de salvo-conduto de Roulox Baro, apesar de pretenderem se estabelecer na região dominada por Janduí e da alegação de que só teria validade com a aprovação dos “Nobres Poderosos” no Recife.

Segundo Joan Nieuhof, na rebelião dos brasileiros do Ceará, em 1644, quando massacraram a guarnição do forte e os operários das salinas próximas do rio Upanema: *“se buscarmos a verdadeira explicação desse desastre, encontrá-la-emos nos desmandos dos nossos oficiais que, por seus abusos e arbitrariedades, forçaram os moradores da região a reagirem contra as injúrias recebidas.”* (NIEUHOF; p.94). Em *Tempo de Flamengos*, José Antônio Gonsalves de Mello indica a proximidade da capital, ou uma comunicação fácil com o Recife, como em Alagoas, Goiana e Paraíba, para explicar o que teria favorecido o cuidado e interesse do governo flamengo com os ameríndios aldeados; enquanto o afastamento e as dificuldades de comunicação com Pernambuco, como no Rio Grande, no Ceará e no Maranhão, parecem ter facilitado todo o gênero de exploração dos naturais. Registrando ainda que os “comandantes”, que teriam se encarregado do governo civil e da direção do serviço dos indígenas: *“não eram pessoas recrutadas com requisitos especiais; muitos não tinham em mira senão enriquecer rapidamente.”* (GONSALVES DE MELLO, 1978; p.207).

Um registro a ser destacado, envolvendo os brasileiros, seria um episódio em que alguns brasileiros haviam se retirado para suas casas, abandonando a expedição, no dia 29 de maio, causando uma observação de Roulox Baro para Janduí onde parece se revelar a complexidade da rede de leituras dos elementos das diversas culturas presentes:

“Pedi-lhe que não mais se fiasse nos brasileiros, pois, de outro modo, lhe pregariam alguma peça e ele não tinha razão para confiar naqueles que tinham abandonado a sua própria nação, à qual retornariam todas as vezes que a ocasião lhes parecesse favorável. Retrucou-me que teria cautela, e então nos separamos para ir dormir.” (MOREAU, BARO; p.100).

Podemos ler nessa fala de Roulox Baro uma preocupação com uma falta de lealdade no comportamento dos indígenas de origem tupi que abandonavam os seus companheiros que haviam permanecido nos aldeamentos próximos da costa. Em nosso entender, este tipo de comportamento teria se tornado alvo de observação, devido a sua formação entre elementos de cultura similar. Adicionalmente, parece confirmar o processo de rearticulação onde os diversos grupos tupis recebiam a identificação genérica de “aldeados” (“brasileiros”), identidade assumida, por vezes, para servir aos

interesses dos próprios indígenas, e que Roulox Baro parece assumir ao longo de todo o seu discurso, mesmo tendo em mente a dificuldade de se saber até que ponto, como bem observa Maria Regina Celestino de Oliveira, os indígenas mantinham suas identificações próprias entre si e com as outras etnias e assumiam outra diante dos agentes dos brancos ¹³¹.

Em relação a estes grupos de brasileiros, moradores das aldeias próximas a sede da capitania do Rio Grande, um retrospecto de algumas circunstâncias em que se viram envolvidos pode dar uma idéia da diversidade de situações em que foram pressionados para mudanças em seus comportamentos e hábitos. Com o deslocamento para as aldeias jesuíticas, sofreram um primeiro incentivo, da parte dos jesuítas, para se adequarem a “cultura de aldeia”¹³². Conforme John Hemming ¹³³, o padre jesuíta que comandava as aldeias no Rio Grande na época da chegada dos holandeses, padre Manuel de Moraes, que possuía sangue indígena e era fluente na língua geral, recebeu ordens de seus superiores para, junto com “seus” índios, combaterem os “protestantes”, e, antes de ser capturado, em janeiro de 1635, teria enfrentado as forças da Companhia durante seis meses em Itamaracá e durante dois anos na Paraíba. Ainda segundo Hemming, após sua captura Moraes teria surpreendido os holandeses oferecendo-se para servir à Companhia, levando 1600 de “seus” índios de várias idades “voluntariamente” para o lado dos holandeses; se tornando publicamente um calvinista e viajado, posteriormente, para a Holanda, onde viria a se casar (HEMMINGS; pp.302-303). Com essa nova situação passariam a serem instruídos na religião reformada pelos predicantes ¹³⁴. E, finalmente, como mostra o relatório de Roulox Baro, teriam sido levados a se estabelecerem nas terras do interior sob as condições impostas pelos tapuias.

A leitura das representações das interações entre os grupos indígenas, e entre estes e os “brancos”, presentes ao longo do texto de Roulox Baro, nos parece, em função do processo de “indianização” ao qual seu autor teria passado, útil para uma melhor

¹³¹ Sobre este processo de rearticulação, ver a obra da Professora Doutora Maria Regina Celestino de Almeida – *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

¹³² Sobre a participação dos jesuítas na formação desta “cultura das aldeias”, vejam-se: *Metarmofoses Indígenas*, mencionado na nota anterior, e, ainda, a tese de doutorado de Charlotte Castelnau-L’Estoile, CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. *Les ouvriers d’une vigne stérile. Les jésuites et la conversion des Indiens au Brésil. 1580-1620*. Thèse de doctorat. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1999.

¹³³ HEMMING, John Red Gold: *The conquest of the Brazilian Indians*. London: Papermac, 1995.

¹³⁴ Sobre as medidas e atitudes adotadas pelos holandeses visando à educação e à instrução religiosa dos índios, veja-se GONSALVES DE MELLO, 1978; pp. 211-225.

compreensão tanto da fluidez das fronteiras culturais, quanto das constantes adaptações culturais que teriam cercado aquelas relações interétnicas.

Conclusão.

A leitura que procuramos desenvolver acerca dos contatos inter-étnicos presentes no relatório da *Viagem ao País dos Tapuias*, nos levou, pela história de vida peculiar de seu autor, a levantar um leque de questões sobre os índios na sociedade colonial, envolvendo uma série de aspectos que vêm sendo valorizados nos últimos anos em abordagens interdisciplinares. A procura por elementos que nos permitisse uma melhor avaliação do cenário onde nosso autor passou parte de sua passagem e da idade adulta, mostrou-se muito frutífera neste aspecto. A consulta à narrativas de contemporâneos, que transitaram por caminhos semelhantes aos que supostamente teria seguido Roulox Baro, descortinou um material rico em informações sobre a convivência entre grupos indígenas – e entre estes e os “brancos” que procuravam se estabelecer – em limites geográficos mais amplos do que os do Brasil Holandês.

Da crônica de Knivet, apoiada pelos registros de Cavendish sobre a que seria sua última viagem, podemos encontrar um alto grau de sociabilidade, entre o gentio e os luso-brasileiros, pouco valorizado ou mesmo mencionado em análises sobre o encontro entre “civilização” e “barbárie”. No âmbito das forças de defesa do litoral, assim como nas parcerias para obtenção de mão-de-obra escrava, os registros apontam para um esforço de adaptação, envolvendo a assimilação de diversos elementos de ambas as culturas pelos envolvidos, dentro dos objetivos próprios de cada grupo. O relato de Knivet parece mostrar uma formação para o “exército” liderado por Martim de Sá, que combinaria não apenas “portugueses” e indígenas, mas, também, um contingente de mestiços e de brancos nascidos no Brasil, dos quais seu chefe seria o maior exemplo¹³⁵. O fato de Martim de Sá, elemento central na coordenação das alianças com os indígenas na maior parte do período, ter sido não só o primeiro governador do Rio de Janeiro nascido nesta cidade, mas de ter afirmado em carta dirigida à Câmara do Rio ser “*aqui nascido e criado*” (COARACY; p.19), parece justificar “simbolicamente” a percepção de que certos elementos denominados por alguns cronistas como “portugueses” deveriam receber, em nossa leitura, a classificação de “luso-brasileiros”.

A trajetória de Roulox Baro nos quadros da administração da Companhia das Índias Ocidentais, passando em poucos anos de um desconhecido (“um certo Roulox Baro”) para intermediário junto aos aliados tapuias e responsável pela segurança dos

colonos da capitania do Rio Grande, parece mostrar a importância, para a sobrevivência de qualquer dos grupos europeus em terras brasílicas, da presença de “diplomatas” com formação adequada junto às culturas em fase de profundas reformulações. A economia, tanto de materiais quanto de funcionários, e a capacidade de viajar pelo sertão caçando e pescando sua alimentação diária, se completava-se com a sua identificação com os indígenas, posto que se ganhava sua confiança é porque comportava-se conforme os seus padrões.

A leitura de seu relatório transmite a idéia de um “sertão” que abrigava uma diversidade de grupos humanos, os quais, por vezes demonstravam Ter um alto grau de consciência das adaptações necessárias para suas próprias sobrevivências, e do papel que desempenhavam nas lutas que os rivais europeus travavam para dominarem trechos do litoral. Apesar da circunstância sempre presente da necessidade dos indígenas representarem uma imagem para os representantes dos brancos, uma identidade étnica de “brasiliano”, incentivada no período nos aldeamentos religiosos, parece emergir dos registros de Baro sobre o comportamento dos grupos de tupis abrigados nas terras dos tapuias. O “ódio” aos portugueses que as crônicas costumam atribuir genericamente aos tapuias, pelo que transparece das falas atribuídas aos mesmos no relatório, seriam mais uma justificativa sugerida pelos próprios europeus, tanto para a sugestão de que deviam manter aliança com seus inimigos (os holandeses), quanto para justificar e incentivar os massacres, o que parece ter se mostrado muito útil para manter os colonos luso-brasileiros sob controle.

Ao longo de todo o trabalho temos a presença e a participação dos povos indígenas nos diversos processos de conquista, ocupação e defesa das terras brasílicas cobiçadas pelos europeus. Uma contínua combinação de acordos, conflitos e adaptações de práticas culturais entre indígenas, mestiços e europeus, acompanhou, no período que observamos, nossa história social e cultural.

¹³⁵ Como vimos anteriormente, Knivet registra ter ouvido o comentário, a respeito de Martim de Sá, de que: “o capitão não é mais que um filho bastardo do governador.” (KNIVET; p.237).

Fontes

ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. [1654] Recife: Secretaria do Interior, 1944.

BARLEUS, Gaspar *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. [1647] Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1980. Fac-símile da edição do Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. Tradução e Notas de Cláudio Brandão.

CARDIM, Pe. Fernão. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. [1625] São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

CAVENDISH, Thomas *The last voyage of Thomas Cavendish* [1625] Edited and with an Introduction by David B. Quinn. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

DE LÉRY, Jean *Viagem à Terra do Brasil* [1578]. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil – História da província Santa Cruz*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1980. (1ª publ. do *Tratado*: 1826; 1ª publ. da *História*: 1576).

KNIVET, A. “*Narração da viagem que, nos anos de 1591 e seguintes, fez Antônio Knivet, da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomas Candish. Tradução do hollandez (Offerecida ao Instituto Histórico pelo traductor)*” [1625] Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XLI, Parte Primeira, pp. 183-272. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro & Cia., 1878.

MOREAU, P., BARO, R. *História das Últimas Lutas Entre Holandeses e Portugueses e Relação da viagem ao País dos Tapuias*. [1651]. Tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória José Honório Rodrigues. Belo Horizonte/ São Paulo, Ed. Itatiaia/ Edusp, 1979.

NIEUHOF, Joan *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* [1682] Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues.

Roteiro do Rico Brasil. [1624] Autor desconhecido. Tradução, introdução e notas por Joaquim de Sousa Leão, filho. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.303 – Abril-Junho – 1974. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1975.

RUITERS, Dierick *A Tocha da Navegação*, [1623] Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 269, outubro-dezembro de 1965, pp. 3 a 84, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1966.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil* [c.1630] Literatura Brasileira. Textos literários em meio eletrônico. Edição de base: Biblioteca Nacional – setor de obras digitalizadas. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/Buscar.html?letraObras=*&PO=5&portal=55 , visita junho de 2005.

Bibliografia.

ABREU, J. Capistrano de *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu & Livraria Briguet, 1954.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Os Índios Aldeados: histórias e identidades em construção.”. *Tempo*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 2001, v.6, n.12. pp.51-71.

_____. *Metamorfoses indígenas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARTH, Frederick. “Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras”. In. _____. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2000. Pp. 25-67.

BERRIOS, Nelson Martinez *Las crónicas hispanas y las voces del outro*. Apresentado no I Taller de Extension do Centro de Estudios Culturales da Universidad de Chile – Janeiro de 1999.

BOOGAART, E. van den. “Infernal Allies: The Dutch West India Company and the Tarairiu – 1631-1654”. In. BOOGART, E. van den, ed. In collaboration with HOETINK, H. R. and Whitehead, P. J. P. *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679: A Humanist Prince in Europe and Brazil*. The Hague: Johan Maurits van Nassau-Siegen Sticing, 1979. pp.519-538.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português.1415-1825*. Lisboa: Edições 70, s/data.

_____. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1973 (a).

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973 (b).

BRUNN, Gerhard. “Johann Motitz. Vida e legado.” In. *Seminário Internacional “A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário”* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005; pp. 325-340.

BURKE, Peter. “Unidade e Variedade na História Cultural” In. _____ *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 233-267.

CARVALHO, Alfredo de *Aventuras e Aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia., 1930.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1984.

CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte. *Les ouvriers d’une vigne stérile. Les jésuites et la conversion des Indiens au Brésil. 1580-1620*. Thèse de doctorat. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1999.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DANTAS, B. *et alii* “Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico” In. CUNHA, Manuela C. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ENNES, Ernesto *A s guerras nos Palmares* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

GALINDO, Marcos; HULSMAN, Lodewijk Orgs. *Guia de Fontes para a história do Brasil Holandês*. Brasília : Minc / Recife : Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana – Instituto de Cultura ; 2001.

GINZBURG, Carlo. “Prefácio à edição italiana” In. _____ *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987. pp. 15-34.

_____. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário” In. _____ *Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

_____. “O Inquisidor como Antropólogo”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990/1991. Vol.11, n.21. pp.9-20.

_____. “Introdução” In. _____ *História Noturna: Decifrando o Sabá*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991. Pp.9-37.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio *Tempo de Flamengos*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978.

_____. “O Domínio Holandês na Bahia e no Nordeste”. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1: “A Época Colonial”. Volume 1: “Do Descobrimento à Expansão Territorial”. – 13ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “La Red Agujerada – identidades étnicas y occidentalización en el México Colonial (siglos XVI-XIX)”. *América Indígena*. 1986. Vol. XLVI, n.3, pp. 411-433.

GUEDES, Max Justo. “Instrumentos da conquista: O papel da cartografia no desenvolvimento do poder naval batavo”. In. TOSTES, V. L. B., BENCHETRIT, S. F. Orgs. *Seminário Internacional “A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005. Pp. 43-88.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, n.1:p.5-27,1988.

_____. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*; vol. VIII(2), 391-413, jul-out. 2000.

HEMMING, John *Red Gold: The conquest of the Brazilian Indians*. London: Papermac, 1995.

HERÔNCIO DE MELO, Padre Paulo. *Os Holandeses no Rio Grande*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937.

HILL, Jonathan (Org.) *History, Power and Identity, Ethnogenesis in the Americas. 1492-1992*. Iowa City, University of Iowa Press, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 1: “A Época Colonial”. Volume 1: “Do Descobrimento à Expansão Territorial”. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

MARTINEZ, José Luis *Voces, discursos e identidades coloniales en los Andes del siglo XVI*. Apresentado no I Taller de Extension do Centro de Estudios Culturales da Universidad de Chile – Janeiro de 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1998.

MEUWESE, Marcus P. “FOR THE PEACE AND WELL-BEING OF THE COUNTRY: INTERCULTURAL MEDIATORS AND DUTCH-INDIAN RELATIONS IN NEW NETHERLAND AND DUTCH BRAZIL, 1600-1664”. Indiana: University of Notre Dame – Dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy – September, 2003.

Disponível em: <http://etd.nd.edu/ETD-db/theses/available/etd-09272003-005338/>
Acesso em Dezemrode2005.

MINTZ, Sidney W. “Culture: An anthropological View”. *The Yale Review*. Yale University Press, 1982. Pp. 499-512.

_____ *O Poder Amargo do Açúcar*. Organização e tradução Christine Rufino Dabat. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____ “A Ótica dos Colonizadores”. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil – Caderno Idéias Especial, 22 de abril de 2000.

_____ “Traduzindo tradições: Gramáticas, Vocabulários e Catecismos em Línguas Nativas na América Portuguesa”. In. Pais de Brito Joaquim. *Os Índios, Nós*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000. Pp.36-43.

_____ *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001. Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos.htm> Visita em fevereiro de 2006.

NAGEL, Rolf. “História dos feitos recentes praticados... A presença holandesa no Brasil no texto literário de Gaspar Barleus” In. *Seminário Internacional “A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário”* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005; pp.251-258.

NETSCHER, Pieter Marinus. *Holandeses no Brasil, notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mário Sette. São Paulo : : Cia. Ed. Nacional, , 1942.

OLIVEIRA, Nanci Vieira de. *São Barnabé: lugar e memória*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese de doutorado.

_____ (LAB/UERJ); FUNARI, Pedro Paulo A. (NEE/UNICAMP). “Projeto Conjunto – Estratégias de ocupação e defesa do litoral sul fluminense: uma análise da rede de fortificações na baía de Ilha Grande”. Disponível em

http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/ilha_grande.html Acesso em Janeiro de 2006.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Colonização e Conflito: O Povoamento do Sertão Nordestino e a “Guerra dos Bárbaros”*. Tese de mestrado defendida na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1989.

POMPA, Cristina. “As muitas línguas da conversão: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial”. *Tempo*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001. V.6, n.11. pp.27-44.

_____ *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2003.

PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____ “Tupi ou Não Tupi? Uma Contribuição ao Estudo da Etnohistória dos Povos Indígenas no Brasil Colonial”. In. RISÉRIO, Antônio (Org.) *Invenção do Brasil*. Salvador: MADE, 1997.

Disponível em {<http://www.biblio.ufpe.br/libvirt/revistas/ethnos/puntonni.htm>} Acesso em julho/2002.

RABANAL, Manuel Abilio; PEINADO, Federico Lara. *Comentario de Textos Historicos*. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A., 1997.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Jorge Zahar Editor/Edusp, 1996.

RODRIGUES, José Honório *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.

_____ *A Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHALKWIJK, Frans Leonard *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)* São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

SCHWARTZ, S. “Brazilian Ethnogenesis: Mestiços, Mamelucos and Pardos” In. GRUZINSKI, S. *et alii Le Nouveaux Mondes*. Paris: 1996. Pp7-27.

SIDER, Gerald “Identity as History – Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southern United States” *Identities Global Studies in Culture and Power*. New Hampshire. Vol.1 (1). Pp.109-122.

STERN, Steve “A Historical Watershed” In. _____ *Peru’s Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest, Huamanga to 1640*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1982. Pp. 51-79.

TEENSMA, B.N. “O Diário de Rodolfo Baro (1647) Como Monumento aos Índios Tarairiú do Rio Grande do Norte”. *Revista Ethnos*. Ano II, n. 3 Jul/Dez 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Heresia dos índios*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

_____ “Capistrano de Abreu – Capítulos de história colonial”. In. MOTA, L. D. (org.) *Introdução ao Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

VARNHAGEN, Francisco A. de. *História das lutas com os holandeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipe. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 6(24);381-403.

WEHLING, Arno. “A organização política do Brasil holandês e o papel das liturgias de poder no governo de Nassau”. In. *Seminário Internacional “A Presença Holandesa no Brasil: Memória e Imaginário”* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2005; pp.11-30.

ZENHA, Celeste "Antropologia e história. Heranças e perspectivas" in Mosaico - Revista de Ciências Sociais. Ano 2, número 2, volume 1. Vitória, UFES, 1999. pp.69 a 87.

ZUMTHOR, Paul A *Holanda no Tempo de Rembrandt*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.